

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE ARTES E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS

Deborah do Carmo Filippetto

**CONSTRUÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DE NARRATIVAS DO SI
EM *O SIMPATIZANTE*, DE VIET THANH NGUYEN**

Santa Maria, RS
2023

Deborah do Carmo Filippetto

**CONSTRUÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DE NARRATIVAS DO SI
EM *O SIMPATIZANTE*, DE VIET THANH NGUYEN**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção de título de **Mestre em Letras - Ênfase em Estudos Literários**.

Orientador: Prof. Dr. Dionei Mathias.

Santa Maria, RS
2023

This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001

Filippetto, Deborah
CONSTRUÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DE NARRATIVAS DO SI EM O
SIMPATIZANTE, DE VIET THANH NGUYEN / Deborah Filippetto.
2023.
129 p.; 30 cm

Orientador: Dionei Mathias
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Maria, Centro de Artes e Letras, Programa de Pós-Graduação
em Letras, RS, 2023

1. Viet Thanh Nguyen 2. O Simpatizante 3. Identidade
4. Literatura de fluxos migratórios I. Mathias, Dionei
II. Título.

Sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFSM. Dados fornecidos pelo autor(a). Sob supervisão da Direção da Divisão de Processos Técnicos da Biblioteca Central. Bibliotecária responsável Paula Schoenfeldt Patta CRB 10/1728.

Declaro, DEBORAH FILIPPETTO, para os devidos fins e sob as penas da lei, que a pesquisa constante neste trabalho de conclusão de curso (Dissertação) foi por mim elaborada e que as informações necessárias objeto de consulta em literatura e outras fontes estão devidamente referenciadas. Declaro, ainda, que este trabalho ou parte dele não foi apresentado anteriormente para obtenção de qualquer outro grau acadêmico, estando ciente de que a inveracidade da presente declaração poderá resultar na anulação da titulação pela Universidade, entre outras consequências legais.

Deborah do Carmo Filippetto

**CONSTRUÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DE NARRATIVAS DO SI
EM *O SIMPATIZANTE*, DE VIET THANH NGUYEN**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção de título de **Mestre em Letras - Ênfase em Estudos Literários**.

Aprovado em 05 de janeiro de 2023

Dionei Mathias, Dr., (UFSM)
(Presidente/Orientador)
(por videoconferência)

Leila Assumpção Harris, Dr.^a (UERJ)
(por videoconferência)

Rubelise da Cunha, Dr.^a (FURG)
(por videoconferência)

Santa Maria, RS
2023

A todos os deslocados que reinventam a si diariamente.

AGRADECIMENTOS

À minha mãe e ao meu pai, principais pilares do meu desenvolvimento pessoal.

Ao meu orientador, por iluminar os caminhos da pesquisa e ser um modelo para o desenvolvimento profissional de todos aqueles que o cercam.

RESUMO

CONSTRUÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DE NARRATIVAS DO SI EM *O SIMPATIZANTE*, DE VIET THANH NGUYEN

AUTORA: Deborah do Carmo Filippetto

ORIENTADOR: Dionei Mathias

A presente dissertação tem como objetivo investigar narrativas do si que despertam potencial de sentido e pertencimento aos personagens do romance *O Simpatizante*, de Viet Thanh Nguyen (2017), tendo como foco principal o protagonista narrador, atentando para como os elementos de ambiguidade são administrados em seus espaços de socialização. Para tanto, consideram-se como conceitos principais as proposições de Stuart Hall (2014) acerca de identidade e diferença, tendo em vista a utilização da língua e seu caráter relacional nos processos de inclusão e exclusão do outro (WOODWARD, 2014). A obra de Nguyen encena personagens vietnamitas refugiados nos Estados Unidos ao final da Guerra do Vietnã e que estão em contato com um novo espaço social, caracterizado tanto por personagens quanto por práticas diversas, provenientes de fluxos transnacionais de socialização e imigração. Como narrador, o protagonista sem nome necessita exercer sua voz a fim de sobreviver, fazendo isso através de uma confissão exigida por seus captores quando retorna ao Vietnã. Assim como o protagonista, sua construção narrativa é perpassada por elementos de ambiguidade que são constantemente tensionados conforme o contexto em que o personagem se insere. O método de análise desta pesquisa consiste em observar as dinâmicas de socialização a partir de dois eixos principais, a saber: i) pressupostos discursivos; e ii) negociações discursivas. Para tanto, são utilizadas as proposições teóricas e conceituais de Luciano dos Santos (2011) sobre identidades culturais, pensando como pressupostos discursivos o que o autor chama de identidades fechadas, e como negociações discursivas as identidades abertas. Nesta esteira, o foco de análise inicia a partir do contexto transnacional, passando, posteriormente, para os contextos nacional e étnico-cultural, chegando às demais subjetividades do sujeito. Tais subjetividades precisam ser organizadas e transformadas em narrativas concisas do si, tendo em mente um contexto social contemporâneo em que os moldes identitários norteadores são constantemente deslocados (HALL, 2006). Em suma, busca-se discutir como a ambiguidade se torna uma aliada de grupos minoritários para se contrapor às narrativas hegemônicas.

Palavras-chave: Viet Thanh Nguyen. *O Simpatizante*. Identidade. Literatura de fluxos migratórios.

ABSTRACT

DEVELOPMENT AND MANAGEMENT OF SELF-NARRATIVES IN *THE SYMPATHIZER*, BY VIET THANH NGUYEN

AUTHOR: Deborah do Carmo Filippetto

ADVISOR: Dionei Mathias

The present thesis aims to investigate the narratives of self that give sense of meaning and belongingness to the characters of the novel *The Sympathizer*, by Viet Thanh Nguyen (2017), mainly on the narrator protagonist, seeing how elements of ambiguity are managed by them in their socialization spaces. Therefore, Stuart Hall's (2014) propositions around identity and differences guide this analysis as major concepts, in consideration of the usage of language and its relational character in the processes of inclusion and exclusion of the other (WOODWARD, 2014). Nguyen's literary work stages Vietnamese refugees in the United States during the end of the Vietnam War making contact with a new social space, characterized by both diversified characters and social practices, from transnational flows of socialization and immigration. The narrative voice presents himself as a nameless protagonist that needs to exercise his voice in order to survive, executing it through the writing of a confession, required by their captors when he returns to Vietnam. As well as the protagonist, its narrative construction is pervaded by elements of ambiguity, which are constantly stressed out according to the context that the character is inserted. The analysis method is composed by observation of socialization dynamics through two main axes, namely the discursive assumptions and the discursive negotiations. Accordingly, the theoretical and conceptual propositions by Luciano dos Santos (2011) about cultural identities are taken into account, thinking about what the author proposes as closed identities in terms of discursive assumptions, and the open identities as discursive negotiations. In this way, the opening focus of analysis is the transnational context, moving to the national, ethnic-cultural, and finally, to the other subjectivities of the self, which need to be organized and converted into narratives of the self, having in mind the contemporary social context in which the identity guiding models are constantly displaced (HALL, 2006). In sum, it seeks to discuss how ambiguity becomes an ally of minority groups to oppose the hegemonic narratives.

Keywords: Viet Thanh Nguyen. *The Sympathizer*. Identity. Literature of migratory flows.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	9
2	IDENTIDADE, AMBIGUIDADE E DESLOCAMENTO	15
2.1	ADMINISTRAÇÃO DA DIFERENÇA E CRIVOS DO PERTENCIMENTO IDENTITÁRIO	18
2.2	LITERATURA COMO ESPAÇO PARA NARRATIVAS MEMORIAIS	21
2.3	NEGOCIAÇÕES E APROPRIAÇÕES DISCURSIVAS NOS CONTEXTOS TRANSNACIONAIS.....	23
3	LITERATURA ASIÁTICO-AMERICANA E FLUXOS TRANSNACIONAIS	32
4	CONFLUÊNCIAS TRANSNACIONAIS	40
4.1	CONTEXTO HISTÓRICO E FICCIONALIZAÇÃO	41
4.2	INDÚSTRIA CINEMATOGRAFICA E FICCIONALIZAÇÃO NO CONTEXTO DIEGÉTICO	47
4.3	TENTATIVAS DE ESTABILIZAÇÃO MEMORIAL	54
5	FORMAÇÃO DA IDENTIDADE NACIONAL	60
5.1	COORDENADAS DE IDENTIFICAÇÃO NACIONAL	60
5.2	FRONTEIRAS DO PERTENCIMENTO.....	66
5.3	INTENCIONALIDADE DA LÍNGUA	74
6	ADMINISTRAÇÃO ÉTNICO-CULTURAL	79
6.1	FORMAÇÃO DE NÚCLEOS COMUNITÁRIOS.....	79
6.2	TRANSGRESSÃO E REVISÃO DE MALHAS DE SENTIDO	86
6.3	GERENCIAMENTO DAS PRÁTICAS SIMBÓLICAS.....	90
7	MODELOS DISCURSIVOS E POSICIONAMENTOS DO SI	98
7.1	BINARISMOS, POLARIZAÇÕES E CONTRADIÇÕES.....	98
7.2	A VIOLÊNCIA NO MARCO INDIVIDUAL COMO REFLEXO DO ESPAÇO SOCIAL	107
7.3	PROPRIAÇÃO E RESISTÊNCIA	114
8	CONSIDERAÇÕES FINAIS	118
	REFERÊNCIAS	123

1 INTRODUÇÃO

Desde a estabilização de um conceito sobre o “Ocidente”, países europeus e outras potências anglófonas parecem ter assumido uma posição de protagonismo em seu cerne, fomentando crescentes discussões a respeito do pertencimento e da representação identitária. Tomando como foco os Estados Unidos, é possível perceber o esforço recorrente de reescrever as narrativas de identificação, pelo fato de o país ter “uma história de imigração como parte elementar de sua constituição nacional” (MATHIAS, 2018, p. 232). Consequentemente, estabelecer uma narrativa do si para os diversos grupos étnico-culturais minoritários se torna uma ação importante, tanto para a legitimação de suas vozes quanto para a conquista de direitos igualitários¹. A exemplo disso, está a inclusão de literaturas étnicas no cânone literário estudado no país, mudança considerada por teóricos, como David Palumbo-Liu (1995a), um marco importante para avançar em direção ao reconhecimento multicultural².

Além da importância dos fluxos migratórios no percurso histórico dos Estados Unidos, a propaganda bélica durante a Segunda Guerra incendiou o espírito nacionalista dentro do país, reforçando moldes de representação da identidade americana imaginada pelo grupo hegemônico. Padrões anteriormente estabelecidos e que se intensificaram com os discursos em prol da guerra começam a sofrer uma desestabilização, essencialmente pelo envolvimento dos Estados Unidos em dois principais eventos: a Guerra Fria e a Guerra do Vietnã (ANDERSON, 2005). Ao final da Guerra do Vietnã, com o fracasso dos investimentos norte-americanos empregados no conflito, mais de 1 milhão de refugiados buscaram asilo no país (ADAMS, 2008). Esses sujeitos passaram a fazer parte de minorias étnicas dos Estados Unidos, sendo classificados, a partir de determinados vetores de identificação, como asiático-americanos.

Em conjunto com outras vozes oriundas de fluxos migratórios, Viet Thanh Nguyen, filho de refugiados vietnamitas, discute as questões identitárias de minorias a partir de seus textos

¹ Constantes atos e leis como *Nationality Act* (1790) e *Immigration Law* (1917) foram estipuladas dentro do território dos Estados Unidos para restringir a entrada, o acesso e a aquisição de documentação para cidadania e naturalização de imigrantes asiáticos e seus filhos nascidos no país de assentamento. Além das restrições de entrada e segregação no país, outro exemplo notável da retirada de direitos de cidadãos asiático-americanos foi a chamada *Executive Order 9066*, que designava campos de segregação para japoneses e seus descendentes em 1942, após o ataque do Japão a Pearl Harbor durante a Segunda Guerra Mundial (ADAMS, 2008).

² Palumbo-Liu (1995a) considera a inclusão de literaturas étnicas ao cânone estudado nos Estados Unidos como um aspecto central para a institucionalização do multiculturalismo no país; porém, reconhece que os primeiros passos desse multiculturalismo são distintos de um multiculturalismo *crítico* imaginado.

teóricos e literários. O autor conquista visibilidade em sua pesquisa no campo da literatura comparada com títulos como *Race and Resistance: Literature and Politics in Asian America*, de 2002, e *Nothing Ever Dies: Vietnam and the Memory of War*, de 2016. Em 2015, o autor publica seu primeiro romance, *The Sympathizer*, o qual, nos anos de 2016 e 2017, seria consagrado com o prêmio Pulitzer de Ficção e o *Prix du Meilleur Livre Étranger*, respectivamente. Ainda em 2017, o autor publicou a coletânea de contos intitulada *The Refugees*, contribuindo para um conjunto de reflexões literárias sobre os fluxos migratórios e as experiências que remetem à condição de refugiado.

Como voz integrante da Literatura Asiático-Americana (ADAMS, 2008), Nguyen dialoga com os padrões de discurso (VAN DIJK, [1998], 2015) que permeiam os espaços sociais. Através desses padrões, são estabelecidas as tensões que legitimam ou deslegitimam as narrativas identitárias que se diferem do discurso dominante e que delineiam a possibilidade de agência dos integrantes de grupos minoritários no projeto de sociedade. Em suas temáticas e abordagens principais, destacam-se: o questionamento das etiquetas que designam os espaços sociais aos sujeitos; a memória na construção narrativa do si e as condições de hipervisibilidade ou hiperinvisibilidade que se atribui aos sujeitos sob a condição de refugiados (NGUYEN, 2018); o pertencimento; e o deslocamento (geográfico e afetivo). O autor revisa a ideia de identidade nacional frisando aspectos de deslocamento de refugiados, uma vez que esses sujeitos deixam de ter acesso ao seu espaço geográfico de origem e precisam reelaborar sua coesão narrativa a partir de outros vetores.

Esta dissertação, que tem como objeto de estudo o romance *O Simpatizante* (2017a), inscreve-se no campo dos estudos literários, com ênfase na formação (e transformação) da identidade no contexto pós-moderno (HALL, 2018). O romance em questão encena as tensões sociais oriundas da alteridade gerada a partir do deslocamento dos personagens, enfatizando características étnico-culturais e subjetividades que perpassam o sujeito. Conforme Chantal Lacroix (2010), as expressões de pertencimento se manifestam em diferentes esferas e vetores perante a problemática do acolhimento de imigrantes e refugiados. Nesse sentido, o pertencimento e a integração dos indivíduos em uma sociedade está além dos direitos civis que podem ser conquistados, pois também estão associados aos níveis afetivos de troca cultural e o acolhimento nos países hospedeiros. Segundo a autora, quando os indivíduos se inserem nas malhas sociais, há um movimento dialógico entre a cultura e os valores do grupo hegemônico e do grupo minoritário.

Apesar disso, as transformações oriundas do dialogismo dessas relações não são simétricas, uma vez que elas se estabelecem a partir da categorização de características de alteridade e hierarquizações sociais.

A partir dessa problemática, *O Simpatizante* (2017a) desvela entre-lugares que se estabelecem em meio às hierarquias sociais, expondo as diferentes narrativas identitárias que se formam a partir da socialização nas zonas de contato (PRATT, 2008) entre esses grupos. De acordo com as dinâmicas de socialização que imperam no romance, são revisitadas as limitações da agência e do espaço para o exercício da voz de grupos minoritários na narrativa, assim como os vetores discursivos que sustentam as construções identitárias híbridas dos personagens e a fragilidade de moldes identitários propostos. Essas tensões ocorrem em virtude do contexto em que os personagens se inserem no romance, a saber, o espaço social norte-americano pós-guerra, em que, a partir de discursos homogeneizantes identitários, o grupo hegemônico busca silenciar a presença de sujeitos oriundos de fluxos migratórios que habitam e adentram esse espaço. Inevitavelmente, personagens como o protagonista e outros refugiados passam a transitar entre as fronteiras da nacionalidade e do pertencimento, o que permite reelaborar a maneira como as etiquetas de filiação identitária são compostas a partir de um viés transnacional (BERND, 2013).

O Simpatizante é narrado por um protagonista sem nome, que se descreve como um espião do Vietnã Norte (comandado pelo Partido Comunista do Vietnã — PCV) infiltrado no exército do Vietnã Sul (grupo financiado pelos Estados Unidos para que o PCV não ganhasse as eleições democráticas do Vietnã após o Tratado de Genebra). A história é apresentada em dois momentos principais: no primeiro, o protagonista escreve uma confissão em que organiza e expõe, de forma analítica, suas memórias pessoais para comprovar sua filiação ao Partido Comunista do romance; já no segundo momento, a narrativa é conduzida a partir do presente diegético, no qual o protagonista se encontra após escrever sua confissão inicial, apresentando mudanças significativas do narrador em seu posicionamento do si na narração. No primeiro momento, portanto, o sujeito descreve a si de forma fragmentada e distante, buscando uma posição neutra perante os atritos discursivos e ideológicos dos espaços em que se insere, ao passo que, no segundo momento narrativo, ele é marcado por um reconhecimento do si e por uma reconciliação com as expressões de sua diferença, expandindo sua consciência sobre sua busca por pertencimento. É também no segundo momento que a memória do narrador protagonista começa a se aproximar cada vez mais do presente, demarcando a continuidade de sua história.

O romance oferece diferentes vetores de formação de sentido associados à afetividade e ao desejo de pertencimento, negociados nos espaços de socialização. Em ambos os momentos narrativos, o protagonista costura diferentes malhas sociais e interage com personagens que partilham de diferentes formas de alteridade. Isso permite que a escrita de sua confissão testemunhe a influência de eixos de subjetividade e transitividade das facetas identitárias assumidas pelos personagens, os quais estão entremeados pela relação da memória individual e coletiva durante o percurso narrativo. A capacidade de adaptação e percepção do protagonista é aguçada pela complexidade de suas experiências de mobilidade durante a vida: como refugiado na infância (momento que sua mãe sai do Vietnã Norte para o Sul devido aos conflitos políticos), como estudante intercambista na juventude, como refugiado nos Estados Unidos e no presente diegético. As diferentes experiências do narrador são rememoradas de forma atemporal em sua confissão, desvelando, ao longo da obra, dinâmicas de administração da identidade e da alteridade. Para o protagonista, suas características identitárias dúbias podem servir como uma ponte em determinados momentos, permitindo uma aproximação entre lacunas de sentido que lhe são impostas por moldes identitários. É a partir da exploração dos entre-lugares e da ambiguidade dos moldes identitários que lacunas de sentido entre narrativas individuais e coletivas são preenchidas e reescritas, conforme os personagens são confrontados com a ambiguidade e alteridade nos espaços em que se encontram.

Como questão norteadora desta dissertação, busca-se responder à pergunta: “Como a ambiguidade e a fragilização de sentidos são administradas a partir da construção da narrativa identitária do sujeito perpassado pela alteridade?”. Para este fim, as relações de identificação dos personagens com a nação, a administração étnico-cultural, o gerenciamento histórico-memorial, as estruturas de poder que perpassam as malhas sociais, a memória individual e as intersecções do sujeito se tornam essenciais para analisar os aspectos de socialização e administração do si na segunda metade do século XX do romance.

Com o intuito de discutir os percursos de administração identitária dos personagens, a dissertação é estruturada a partir de dois eixos principais que revisam os pressupostos discursivos e as negociações discursivas. Essa organização tem como objetivo iniciar a análise a partir do contexto global em que os personagens se inserem, como são deslocados de seu país de origem e quais forças influem para esse deslocamento, a fim de verificar os diferentes níveis de impacto sobre a construção identitária e como o desejo de pertencimento é reestruturado após a diáspora a

partir de dinâmicas transnacionais. Posteriormente, o olhar da análise é refinado para os eixos menores que compõem as narrativas identitárias, buscando pensar a influência das características individuais e subjetivas nas negociações de pertencimento e de representação do si. Os primeiros capítulos teóricos contextualizam o leitor sobre a abordagem teórica utilizada na dissertação, buscando apresentar questões identitárias fundamentais sobre a obra e seu impacto literário, funcionando como crivo para dialogar e questionar a respeito das etiquetas de classificação aplicadas às produções literárias e aos grupos minoritários contemporâneos.

O primeiro eixo de análise tematiza os pressupostos discursivos, a saber, as identidades que são concebidas como estruturas prontas e com menos potencial de transigência (narrativas nacionais, culturais e de memórias históricas). O primeiro capítulo revisa os símbolos que emergem de confluências transnacionais e aborda de que forma esses símbolos são produzidos e negociados. O capítulo seguinte revisa a formação da identidade nacional a partir de seu potencial de formação e estabilização de divisões entre diferentes agrupamentos sociais, destacando alguns aspectos importantes a respeito da utilização da língua na formação e na transgressão dessas fronteiras de pertencimento. Posteriormente, o terceiro capítulo verifica aspectos das transformações e da administração étnico-cultural, iniciando o estreitamento do olhar de análise para as narrativas comunitárias.

No segundo eixo de análise, são pautadas as estruturas que impactam as negociações discursivas, considerando os vetores de identificação e de formação de sentido a partir da relação do sujeito com seu espaço de socialização. Para tanto, as estruturas de poder, opressão e resistência são discutidas, levando em consideração algumas expressões de violência explícita ou implícita presentes nas tessituras sociais, como a influência dos discursos ideológicos e o potencial de agrupamento e distinção que eles proporcionam. Por último, é estabelecido um paralelo entre as representações individuais encenadas na narrativa, como forma de metaforizar os eventos que os personagens vivenciam a partir dos sedimentos da memória individual e das rupturas traumáticas, aspectos recorrentes na construção das narrativas do si das comunidades representadas.

Por fim, a dissertação busca refletir sobre as matrizes de formação de sentido que os indivíduos utilizam para se inserirem em espaços sociais, verificando como é possível estabelecer dinâmicas de negociação e transformação dos vetores de identificação. Por intermédio das macroestruturas identitárias (os pressupostos discursivos), espera-se entender como se estabelecem os discursos dominantes e como eles são legitimados em detrimento de outras narrativas

existenciais. Já com a investigação das microestruturas identitárias (negociações discursivas), espera-se compreender a negociação de múltiplas facetas identitárias que perpassam e se opõem entre si na construção dos indivíduos do romance. Em suma, a dissertação verifica como é feita a manutenção de narrativas identitárias que não se enquadram nos moldes de referência propostos pelos discursos dominantes em *O Simpatizante*.

2 IDENTIDADE, AMBIGUIDADE E DESLOCAMENTO

Situar-se no presente é uma das principais inquietações do sujeito contemporâneo. Como uma necessidade inerente do desenvolvimento humano, o ato de *narrar* reflete a tendência de estabelecer um ponto de divisão entre o presente e o vivido, bem como a utilização de nomenclaturas para organizar eventos, períodos, espaços e até mesmo as estruturas que diferenciam os sujeitos. Essa organização tem por finalidade fornecer marcadores que permitam pensar *quem* somos, *por que* somos e *onde* somos, ou seja, formular uma narrativa para si é uma forma de garantir o pertencimento a um projeto identitário e, conseqüentemente, garantir uma continuidade desse projeto do presente para o futuro.

O período contemporâneo intensifica inquietações anteriores e demarca um momento emergente de revisão e tensões identitárias. O próprio uso dos termos “modernidade” e “pós-modernidade” carrega consigo discussões sobre a ambigüidade inerente a essas nomenclaturas³. Apesar da relação direta com a modernidade, a pós-modernidade traz novas questões em seu cerne, como a desestabilização das antigas identidades norteadoras. Se, conforme Zygmunt Bauman ([1991], 1998, p. 14), a essência do homem moderno era centrada em uma constante batalha para organizar seus sentidos quando confrontado com a energia caótica da ambivalência, agora⁴ prevalecem as incertezas e confusões causadas pela fragilização dos vetores de sentido, já não sendo possível elidir a ambigüidade presente nas dinâmicas de socialização. Em função da atual mobilidade (física e cultural) e dos constantes fluxos de mudança, o exercício de situar o si a vetores de pertencimento se torna um esforço contínuo, o qual se intensifica cada vez mais pelas trocas étnico-culturais dentro de um espectro social que está em constante expansão.

Analisando a transformação dos espaços sociais e as dinâmicas de pensar a identidade, Stuart Hall ([1992], 2006) organiza essas mudanças a partir de três formas: as sociedades tradicionais, as sociedades modernas e as sociedades da modernidade tardia (ou pós-modernas). As

³Autores como Linda Hutcheon ([1988], 1991) e Jameson ([1991], 2000) pensam o período pós-moderno como uma continuidade de seu antecessor, uma vez que não é possível estabelecer um marco específico entre o final de um e início de outro.

⁴Em suas reflexões, ao invés de se referir ao período contemporâneo como “pós-moderno”, Zygmunt Bauman (2000) propõe o termo “modernidade líquida” para descrever a forma como as identidades se comportam atualmente. O conceito sugere que o indivíduo se define pela maneira como se comporta ou pelo que consome, fazendo com que instituições e locais específicos relacionados à identidade percam a sensação de solidez e estabilidade, considerando a forma como a sociedade atual é concebida por constantes movimentos de mudança. Nesse caso, Bauman refuta o termo de identidades “pós-modernas”, considerando-as como “líquidas” dentro do contexto que descreve.

sociedades tradicionais eram marcadas pela estabilidade, em que as experiências das gerações anteriores tinham uma continuidade em relação ao presente, vivido através do passado, e os símbolos despertavam sentido. Aqui, as narrativas identitárias não se flexionavam, pois elas não eram confrontadas com a alteridade, o que levava a uma estabilização dos sujeitos no tempo e no espaço geográfico através de macronarrativas de pertencimento que serviam como moldes identitários. De acordo a definição de Hall ([1992], 2006, as identidades nas sociedades modernas começam a contrastar em relação às sociedades tradicionais, sendo perpassadas por rápidas mudanças decorrentes do processo de globalização. Durante esse período, houve uma aceleração na demanda de produção e do fluxo de capital, que começou a se estender em nível mundial, ampliando as conexões entre diferentes áreas do globo. Com esses processos, mudanças nas concepções de tempo e espaço que situavam as identidades começaram a se intensificar e ser mais perceptíveis e, em conformidade com as relações sociais, deixam de ser restritas a contextos locais. O centro dessas sociedades é deslocado e deixa de ser único, permitindo que instâncias de poder plurais se estabeleçam simultaneamente; são as chamadas sociedades da modernidade tardia.

Até este momento, a pluralidade de sentidos era concebida como uma *oposição* à ordem vigente, em que

...o outro da ordem não é [reconhecido como] uma outra ordem: sua única alternativa é o caos. O outro da ordem é o miasma do indeterminado e do imprevisível. O outro é a incerteza, essa fonte e arquétipo de todo medo. Os tropos do “outro da ordem” são: a indefinibilidade, a incoerência, a incongruência, a incompatibilidade, a ilogicidade, a irracionalidade, a ambiguidade, a confusão, a incapacidade de decidir, a ambivalência (BAUMAN, 1999, p. 14).

Assim, surgem as estabilizações de uma ordem pautada pela caracterização e pela organização do *outro*. Em outras palavras, tornou-se necessário que, para a manutenção da ordem vigente, fosse estabelecida uma relação de poder sobre as diferentes experiências que passaram a circular nos espaços sociais. A experiência da alteridade faz com que o sujeito, antes compreendido por uma identidade centralizada, precise se posicionar para negociar e gerenciar seu pertencimento. A partir da segunda metade do século XX, a intensificação desse contato global fez com que despontasse a fragilização dos “quadros de referência que davam aos indivíduos ancoragem estável no mundo social” (HALL, 2006, p. 9), dando espaço para a atual concepção de sociedade pós-moderna.

Hall ainda distingue os tipos de sujeito social conforme a compreensão identitária de seus períodos. O primeiro, da sociedade tradicional, é entendido por uma essência fixa e imutável do si.

O segundo, com a intensificação do individualismo na sociedade moderna, concebia a essência do si a partir de uma perspectiva sociológica e dialogística, constantemente sendo transformado “na relação com ‘outras pessoas importantes para ele’, que mediavam [...] os valores, os sentidos e os símbolos — a cultura — dos mundos que ele/ela habitava” (HALL, 2006, p. 11). Por fim, o terceiro é o sujeito pós-moderno, que estaria deslocado e descentrado, sem possuir uma essência única, pois se constitui de diversos fragmentos identitários inacabados (HALL, 2006, p. 28). Se antes o sujeito possuía um projeto referencial para pensar o si em relação ao mundo, agora passa a ser interseccionado, confrontado por diversos vetores confluentes que lhe oferecem ou lhe negam sentidos e pertencimento. Com a fragmentação dos quadros de referência na pós-modernidade, a ideia de essência do sujeito também é dissolvida, de forma que os modelos norteadores não são mais centralizados e deixam de ser, necessariamente, coerentes entre si. A ideia de que existia uma ordem estável começa a ser fragilizada pelas discontinuidades, gerando lacunas de sentido que precisam ser revisadas para que o sentido identitário se forme.

A fragmentação de moldes norteadores vivenciada em larga escala nesse período nem sempre permite que as produções narrativas sejam coesas e livres de ambivalência. Frederic Jameson conceitua a construção desses elos de sentido como “uma miragem objetiva da significação gerada e projetada pela relação interna dos significantes” (JAMESON, 2000, p. 53), sendo essa formação de sentidos necessária para situar o sujeito no espaço social. O autor continua argumentando que, quando as cadeias de significação se desfazem, os sentidos deixam de se relacionar entre si, passando a ser “uma série de puros presentes, não relacionados no tempo” (loc. cit). Jameson utiliza a experiência metafórica da esquizofrenia para conceituar como a ambiguidade afeta e fragmenta a experiência do sujeito, que, em contrapartida, está sempre em busca de uma unificação do si e dos diversos eixos que o perpassam. Nesse caso, os eixos individuais (intersecções do sujeito) são produtos do posicionamento e da encenação do si no tempo e nos espaços de socialização. Para estruturar uma narrativa do si, é necessário que essas facetas identitárias descentralizadas sejam estabilizadas, permitindo a formação de elos entre o passado, o presente e o futuro desse sujeito.

Contudo, condições diaspóricas ou traumáticas tendem a dificultar esse processo de organização e estabilização do si, fazendo com que as produções narrativas subsequentes sejam perpassadas pela experiência de deslocamento. Em vista disso, a escrita literária se inscreve como um espaço essencial para a legitimação dessas vozes e experiências, uma vez que o espaço social

ainda tende a apagar as expressões narrativas que divergem da produção hegemônica (MATHIAS, 2017). Além disso, o espaço ficcional supõe uma configuração diegética que parte das experiências singulares, podendo ampliar esse sentido para uma escala plural.

2.1 ADMINISTRAÇÃO DA DIFERENÇA E CRIVOS DO PERTENCIMENTO IDENTITÁRIO

Na modernidade, as macroidentidades nacionais e culturais supriam a estabilização do sujeito a partir de seus símbolos, conforme Stuart Hall aponta: “as culturas nacionais em que nascemos se constituem em uma das principais fontes de identidade cultural” (HALL, 2006, p. 29). Esses moldes, até então concebidos como estruturas estáveis de sentido, permitiam que o sujeito se posicionasse socialmente e se distinguisse dos outros, tendo em vista o seu pertencimento assegurado por esses vetores de localização. Ademais, a língua passou a desempenhar um papel central na construção da identidade em virtude das limitações para descrever quem pertencia a esses moldes, o que ocorreu de uma forma relacional com a diferença do outro. De outra forma, como estratégia de estabilização da identidade, a língua passa a ser uma fonte de formação de sentido para definir o que é a diferença do outro, definindo quem pertence a um grupo e quem não pertence.

Katheryn Woodward (2014) destaca que essas formas de organização são produzidas a partir do caráter relacional da diferença, de forma que só é possível conceituar e definir uma identidade para si a partir da caracterização da alteridade do outro, feita por meio da língua. Ainda conforme a autora, esse caráter relacional das identidades culturais na pós-modernidade não é autorreferencial, uma vez que depende da existência de um outro para a construção do sentido. Woodward (2014, p. 40) afirma que “essa marcação da diferença ocorre tanto por meio de sistemas simbólicos de representação quanto por meio de formas de exclusão social. A identidade, pois, não é o oposto de diferença: a identidade depende da diferença”. Sendo assim, pensar o pertencimento a um determinado grupo parte da nomenclatura da diferença do outro, definindo quais são as características que não fazem parte do grupo imaginado como “o seu”.

Essas formações simbólicas que compõem e classificam o sujeito estão associadas às possibilidades de produção de sentido pelas práticas discursivas. Além disso, a cristalização dessas formações simbólicas está associada à formação das identidades culturais. Essas produções de

sentido têm impacto direto nas negociações de poder que perpassam os espaços sociais, assim como definem

[...] o poder da representação e sobre como e por que alguns significados são preferidos relativamente a outros. Todas as práticas de significação que produzem significados envolvem relações de poder, incluindo o poder para definir quem é incluído e quem é excluído. A cultura molda a identidade ao dar sentido à experiência e ao tornar possível optar, dentre várias identidades possíveis, por um modo específico de subjetividade — tal como a da feminilidade loira e distante ou a da masculinidade ativa, atrativa e sofisticada [...]. Somos constrangidos, entretanto, não apenas pela gama de possibilidades que a cultura oferece, isto é, pela variedade de representações simbólicas, mas também pelas relações sociais. (WOODWARD, 2014, p. 19).

Com isso, os mecanismos discursivos, além de permitirem a organização das facetas do sujeito em uma malha narrativa, moldam e definem os limites do pertencimento. A diferença existe a partir dos significados que a língua consegue definir para as formações de sentido e para a representação social. Nisso, as estratégias retóricas por trás de uma representação se relacionam à manutenção e à obtenção de poder dentro dos espaços sociais, assim como à subversão desse poder estabelecido. É através dessas diferenciações e formações simbólicas que os indivíduos são inseridos em categorias identitárias, como identidades nacionais, de gênero, sexuais, raciais, étnicas (SILVA, 2014, p. 84) e demais intersecções. Com a nomeação da diferença e da alteridade, surgem as práticas de inclusão e exclusão dentro desse pertencimento identitário, organizando quem pertence a um determinado grupo ou não.

O pertencimento a esses sistemas classificatórios é efetuado através da internalização das práticas linguísticas e da imposição dos limites da diferença. Essas práticas discursivas, utilizadas para a classificação dos sujeitos, definem tanto a imagem do si quanto a imagem do outro. Assim sendo, a negociação e o pertencimento de um indivíduo a um determinado espaço não depende apenas da sua motivação individual de participação.

Em conformidade com a ideia de um sujeito fragmentado em constante negociação e organização de sentidos, Zygmunt Bauman (2004) aponta que as identidades são resultado do posicionamento dos indivíduos nos espaços sociais. Ademais, ele destaca outros dois pontos relativos ao pertencimento:

Tornamo-nos conscientes de que o “pertencimento” e a “identidade” não têm a solidez de uma rocha, não são garantidos para toda a vida, são bastante negociáveis e revogáveis, e de que as decisões que o próprio indivíduo toma, os caminhos que percorre, a maneira como age — e a determinação de se manter firme a tudo isso — são fatores cruciais tanto para o “pertencimento” quanto para a “identidade”. (BAUMAN, 2005, p. 19).

O pertencimento se volta para o caráter de constante modificação e transformação das identidades, uma vez que estão sempre em negociação nos espaços de socialização. Quanto à identidade, o crítico ressalta que essas negociações se tornam conscientes apenas quando o pertencimento é negado, fazendo com que o confronto com o outro e com a alteridade se insira nas dinâmicas de socialização, necessitando que os indivíduos negociem seu espaço constantemente para se inscrever nos espaços sociais. A necessidade de negociação constante aponta para o caráter dinâmico e mutável das identidades do sujeito contemporâneo.

Luciano dos Santos (2011) propõe que as identidades culturais também devem ser entendidas sob essa perspectiva. Assim como o sujeito, a identidade cultural está sob constante mudança, e uma concepção consolidada de determinada cultura não seria capaz de dar conta das constantes construções simbólicas e fluidas que estão no cerne das negociações de representação. A partir disso, o sentimento de pertencer a um determinado espaço social está associado aos meandros de apreensão de práticas culturais e ao ambiente de socialização do sujeito, tendo em consideração a intencionalidade na formação identitária no contexto das relações de poder que perpassam esse ambiente. Com isso, “o sentimento de pertencimento a um povo, a uma cultura, nacionalidade, região, grupo ou outra forma de identidade cultural quase sempre significou o não pertencer a outro” (SANTOS, 2011, p. 145). Santos propõe que, assim como a identidade individual, que está atrelada a uma condição relacional necessitando de um “outro” para ser afirmada, a identidade cultural também deve ser compreendida como um processo dinâmico e relacional de identidade e diferença.

É a partir da proposta de Luciano Santos (2011) de compreender as macroidentidades como estruturas negociáveis na pós-modernidade que a organização de análise desta dissertação é norteada. Em sua proposição, Santos (2011) pensa os vetores de identificação a partir de dois tipos de estruturas discursivas: as estruturas pressupostas como “fechadas” e as estruturas com um potencial “aberto”. As estruturas fechadas levam esse nome em virtude do pressuposto de pertencimento inerente do sujeito a essas etiquetas, a exemplo do nascimento em um determinado espaço geográfico, situando o sujeito numa etiqueta de pertencimento nacional. Já as estruturas abertas são conceituadas pelo autor como os vetores de identificação que pressupõem uma rápida mobilidade, que ocorre conforme a identificação individual do sujeito no espaço social em que se encontra, a saber, as interseções do sujeito e sua encenação pública.

Compreende-se, aqui, que as macroestruturas de identificação — a exemplo das narrativas nacionais e culturais —, têm potenciais de transformação e negociação, assim como as estruturas abertas: em virtude do caráter dialógico da língua para emoldurar a diferença, as estruturas imaginadas como fixas também têm fronteiras que podem ser transgredidas. Em outras palavras, a identidade é aqui concebida como uma estrutura em constante construção a partir das negociações discursivas envolvidas no espaço de socialização.

Para a organização dessas estruturas, os vetores de identificação são pensados de duas formas: macroestruturas e microestruturas. As macroestruturas de identificação são caracterizadas como pressuposições discursivas (relacionadas às estruturas “fechadas”), em que o pertencimento a um diferente espaço depende de um maior empreendimento de negociações para a transgressão das fronteiras. Enquanto isso, as microestruturas são conceituadas como negociações discursivas (ligadas às estruturas “abertas”), havendo um embate direto com as negociações do sujeito e tendo maior transigência de identificação.

2.2 LITERATURA COMO ESPAÇO PARA NARRATIVAS MEMORIAIS

Algumas práticas que geram narrativas de pertencimento dos indivíduos estão associadas à forma como o passado e a memória são gerenciados. A nível individual, Joël Candau ([2011], 2019) descreve que a memória está ligada à unificação e à coesão do si, sendo uma maneira de fortalecer as expressões identitárias. A transposição do passado para o presente, que acontece através da relação entre identidade e memória, está associada à forma como um sujeito efetua sua construção autobiográfica (ROSSI, [1991], 2007). Essa narrativa autobiográfica tem o pressuposto de o sujeito, localizado no presente, projetar-se no futuro a partir de suas experiências com o passado. Nisso, a forma como as memórias são acessadas revela nuances referentes ao presente desses sujeitos.

Em nível coletivo, o gerenciamento da memória e a inserção dessas interpretações em uma malha narrativa depende do compartilhamento de um mesmo acontecimento por um grupo de pessoas. Candau descreve a relação com a memória como um remodelamento constante das informações. Sendo assim, a reinterpretação da memória, que é efetuada no ato da rememoração, torna-se mais problemática em nível coletivo, uma vez que “toda tentativa de descrever a memória comum a todos os membros de um grupo a partir de suas lembranças, em um dado momento de

suas vidas, é reducionista, pois ela deixa na sombra aquilo que não é compartilhado” (CANDAU, 2019, p. 34). O autor também afirma que

...um grupo pode ter os mesmos marcos memoriais sem que por isso compartilhe as mesmas representações do passado. Por um lado, é uma característica geral do simbolismo cultural se criar uma comunidade de interesses, mas não de opiniões. [...] Mesmo que as lembranças se nutram da mesma fonte, a singularidade de cada cérebro humano faz com que eles não sigam necessariamente o mesmo caminho. Os atos de memória decididos coletivamente podem delimitar uma área de circulação de lembranças, sem que por isso seja determinada a via que cada um vai seguir. Algumas vias são objeto de uma adesão majoritária, mas memórias dissidentes preferirão caminhos transversais ou seguirão outros mal traçados. Assim, o compartilhamento da memória será fraco ou quase inexistente. (CANDAU, 2019, p. 35).

Resultante disso, para fornecerem crivos de sentido estável para seus membros, as narrativas e as identidades coletivas devem ser legitimadas em detrimento das narrativas transversais. Os marcos memoriais são reconhecidos por seu caráter factual e imutável, como um acontecimento histórico que mobiliza um grande número de pessoas. Como forma de estabilização e demarcação desse acontecimento factual, são estabelecidos símbolos que fornecem averiguação de sentido para a construção narrativa. Esses marcos simbólicos são chamados de “representações factuais, que são representações relativas à existência de certos fatos, e representações semânticas, que são representações relativas ao sentido atribuído a esses mesmos fatos” (CANDAU, 2019, p. 39). As representações factuais podem se manifestar a partir de monumentos, quadros, fotos e outros objetivos palpáveis. Seu objetivo é inscrever o passado no presente, gerando um apelo visual e material para o acontecimento. Ademais, os significados gerados por esses conjuntos imagéticos buscam construir um conjunto de aspectos unificadores de um grupo. Em outras palavras, esses símbolos podem ser despertados a partir de diferentes fontes, o que inclui o exercício da produção literária.

Produções narrativas memoriais que se distinguem dos moldes norteadores se tornam um potencial de revisão e negociação do sentido, evidenciando a possibilidade de representar novos parâmetros de identificação nos espaços de socialização. Tendo isso em mente, é importante pensar que algumas identidades são privilegiadas em virtude de estabilização narrativa, considerando grupos hegemônicos em um determinado espaço social. Através do exercício linguístico e da aquisição dos mecanismos discursivos, é possível que as memórias coletivas sejam representadas a partir de uma nova fonte simbólica. E é a partir dessa dinâmica de representação que a literatura de fluxos migratórios se torna essencial para pensar os crivos de identificação e construção de narrativas memoriais. Como Candau sinaliza, as narrativas construídas em torno de diferentes

símbolos podem variar de indivíduo para indivíduo, conforme a perspectiva aplicada para a rememoração do acontecimento factual. Sendo assim, a possibilidade de inscrever novos potenciais de sentido simbólico é essencial para que as diferentes experiências memoriais não sejam silenciadas.

Ao pensar macronarrativas de pertencimento, Benedict Anderson ([1983, 1991], 2006) se dirige aos aspectos unificadores de uma nação, abordando a representação de valores e costumes como crucial para nutrir o sentimento de união entre esses sujeitos. Inscrever novos meandros de representação significa evidenciar as fragilidades do discurso hegemônico que regula essas representações em larga escala. O conjunto de aspectos compartilhados por agrupamentos sociais é parametrizado a partir de construções imaginadas, tendo em vista que a diferença é empregada para pensar quem são os *outros* desse conjunto. Nisso, uma vez que os indivíduos partilham do mesmo sentimento de pertencimento a uma macroestrutura identitária, eles não precisam se conhecer diretamente, pois imaginam seus semelhantes a partir de si. De outras formas, a partir da estabilização de uma macronarrativa identitária de um grupo hegemônico, as outras formatações de sentido são suprimidas. Esse é caso de grupos minoritários que compõem os espaços sociais contemporâneos, os quais são inerentemente perpassados por ambiguidades oriundas dos frequentes fluxos migratórios. Sendo assim, a possibilidade de inscrever e estabilizar símbolos para representar novos valores e sentidos nas malhas narrativas depende da aquisição de espaço para negociar os sentidos nas tessituras sociais.

2.3 NEGOCIAÇÕES E APROPRIAÇÕES DISCURSIVAS NOS CONTEXTOS TRANSNACIONAIS

Tomaz Tadeu da Silva (2014) comenta que as práticas discursivas que dão forma às identidades são constantemente perpassadas por dois movimentos: um que busca a ordem e outro que busca a subversão. Uma vez que a identidade não se trata de uma essência, ela pode ser subvertida e fragilizada: “a identidade não é fixa, estável, coerente, unificada, permanente. A identidade tampouco é homogênea, definitiva, acabada, idêntica, transcendental. Por outro lado, podemos dizer que a identidade é uma construção, um efeito, um processo de produção, uma relação, um ato performativo” (SILVA, 2014, p. 84). Da mesma forma, são as construções discursivas, que visam integrar os sentidos a partir de um crivo de percepção.

A intensificação dos fluxos migratórios, que deslocam diferentes sujeitos pelo espaço geográfico do globo e colocam em contato as diferentes identidades culturais, exemplifica essas produções de sentido e a coerção do outro em malhas hierárquicas no espaço social. Se, por um lado, as narrativas de nacionalidade buscam estabelecer um projeto de identidade homogênea aos integrantes de um mesmo espaço nacional, por outro lado, os indivíduos que são marcados pela alteridade desse projeto normativo terão sua narrativa de pertencimento desestabilizada. Essas minorias, então, passam a ser menos favorecidas na distribuição de recursos e expressões de representação nesse espaço, uma vez que para terem uma participação igual elas dependem de um elemento de entrada para pertencer — o que lhes é negado. Os sujeitos deslocados, assim como seus descendentes, terão novas formas de se apropriar dos sentidos oferecidos pelas narrativas de pertencimento produzidas no ambiente em que circulam. Assim, começam a surgir narrativas transversais, as quais colocam em dúvida a coesão das narrativas normativas impostas anteriormente.

As dinâmicas do reconhecimento, perenes às identidades, dão forma às fronteiras entre as identidades (SANTOS, 2015). Dessas dinâmicas — que raramente são recíprocas para os atores sociais trocarem sentidos na mesma escala —, surgem lacunas de significado que são preenchidas a partir das suposições de um grupo a respeito do outro. David Palumbo-Liu (2000) caracteriza essas suposições em relação a grupo minoritário como “identidades assumidas”⁵. Nesse caso, ele aponta que os indivíduos pertencentes a um grupo minoritário são inseridos em malhas narrativas pré-existentes, versando sobre como, supostamente, eles se portam e quais hábitos possuem, com base em suas características étnicas e raciais. Esse movimento elide a subjetividade do indivíduo, restringindo sua capacidade de manifestar uma narrativa própria. Palumbo-Liu elucida como o indivíduo é apagado através da imposição dos pressupostos associados à sua estigmatização, fazendo uma diferenciação entre identidade e papéis sociais:

Para a identidade ser formada [...], para uma relação social acontecer, deve haver uma sequência de ações *mutuamente* reconhecida, fornecendo, implicitamente, o mesmo resultado hermenêutico para todas as partes envolvidas. A teoria de ação comunicativa de Scheff requer um ato social que se supõe poder ocorrer (indicando o parâmetro de comportamento razoável), emanando de atores sociais cujas identidades nos deram expectativas sobre eles. [...] A importância crucial do reconhecimento mútuo é que isso diferencia “identidade” de “papel social”. [...] A questão crucial aqui é se, quando se discute raça, etnicidade, gênero, classe, orientação sexual, e assim por diante, nós podemos falar sobre identidade, a qual se desdobra em reconhecimento *mútuo*, um senso *consensual* das identidades produzidas, e a sequência de ações e comportamentos a serem

⁵ “Assumed Identities”, tradução da autora.

“esperados”, ou se não estamos falando de papéis sociais, postulados não a respeito de, mas sobre “essas pessoas” sem seu consentimento. [...] Uma vez que uma teoria do estigma tenha sido inventada para explicar tanto a justiça da estigmatização quanto os comportamentos e características inerentes aos grupos estigmatizados, é tremendamente difícil para o estigmatizado responder sem confirmar sua identidade estigmatizada (PALUMBO-LIU, 2000, p. 771-772)^{6,7}.

A prática de conceber uma narrativa para o outro dá corpo ao conjunto de práticas institucionais que regulam a ordem desigual e assimétrica de distribuição de poder nos espaços sociais (PALUMBO-LIU, 2000, p. 769). Essas narrativas prontas consolidam e dão continuidade aos preconceitos que perpassam o espaço social, em que a imagem do outro é reconhecida a partir de uma perspectiva tipificada e reduzida. A partir disso, as interações estabelecidas pelo grupo dominante sobre o grupo subalterno não reconhecem o indivíduo marcado pela alteridade nem por suas características subjetivas, mas pelo papel social que lhe é imposto. Em outras palavras, o sujeito do grupo subalterno é visto como “o grupo” e a ele são atribuídos, através das suposições, os conjuntos definidos de preconceitos e tipificações sobre como esse sujeito se comporta.

Kwame Anthony Appiah discorre sobre a formação de rótulos classificatórios dos sujeitos da seguinte maneira:

Uma vez que identidades existem, pessoas tendem a formar uma imagem de um membro típico do grupo. Estereótipos se desenvolvem. Eles podem ter mais ou menos fundamentação na realidade, mas são quase sempre criticamente erradas sobre alguma coisa. [...] Em suma, identidades vêm, primeiro, com rótulos e ideias sobre por que e a quem elas devem ser aplicadas. Segundo, sua identidade molda seus pensamentos sobre como você deve agir; e, terceiro, isso afeta o jeito que outras pessoas tratam você. Finalmente, todas essas dimensões da identidade são contestáveis, sempre em disputa: quem está incluso, como eles estão, devem se comportar e ser tratados como eles (APPIAH, 2019, p. 12).⁸

⁶ No original: “For identity to be formed, [...] for a social relation to happen, there must be a *mutually* recognized sequence of actions that, implicitly, yields the same hermeneutic outcome for all parties involved. Scheff’s theory of communicative action requires a social act that is assumed to be able to take place (indicating the parameter of reasonable behavior), emanating from social actors whose identities have given us those expectations about them. [...] The crucial importance of mutual recognition is that it differentiates “identity” from “social role”: [...] The crucial issue here is, whether, when discussing race, ethnicity, gender, class, sexual orientation, and so forth, we can speak of identity, which hinges upon *mutual* recognition, a *consensual* sense of the identities produced, and the sequence of actions and behaviors to be “expected,” or whether we are not indeed speaking of social roles, posited not on but upon “such people” without their consent. [...] Once a stigma theory has been invented to account for both the justness of stigmatization and the behaviors and characteristics inherent in stigmatized groups, it is tremendously difficult for the stigmatized to respond without confirming his or her stigmatized identity” (PALUMBO-LIU, 2000, p. 771-772).

⁷ Todas as traduções apresentadas neste texto foram feitas pela autora da dissertação.

⁸ No original: “Once identities exist, people tend to form a picture of a typical member of the group. Stereotypes develop. They may have more or less foundation in reality, but they are almost always critically wrong about something. [...] In sum, identities come, first, with labels and ideas about why and whom they should be applied. Second, your identity shapes your thoughts about how you should behave; and, third, it affects the way other people treat you. Finally, all these dimensions of identity are contestable, always up for dispute: who’s in, what they’re like, how they should behave and be treated” (APPIAH, 2019, p. 12).

O autor organiza esse processo a partir de três principais vetores: a) a tipificação, que molda as características perenes de uma dada identidade e auxilia no processo de classificação dos sujeitos que se inscrevem nesse molde; b) a forma como esse processo de classificação delinea os pensamentos dos sujeitos que se associam a um molde; e c) a forma como o reconhecimento desse molde pelos outros afeta a maneira com que agem em relação a esses sujeitos nos espaços sociais.

Os rótulos classificatórios são adotados e utilizados para apropriação da realidade a partir dos crivos de formação, além de auxiliar a definir um conjunto de características que são internalizadas pelo sujeito a partir dos espaços de socialização de que participa. Como resultado, surge um conjunto de normas sobre como o sujeito vai se portar. Em razão de os rótulos serem definidos conforme a seleção de determinadas características de subjetividade, eles também têm o poder de definir como o sujeito vai se relacionar com os outros. Consequentemente, os posicionamentos e as escolhas não ocorrem, necessariamente, de forma consciente, pois os sujeitos estão inscritos nas práticas sociais.

Esses rótulos também fazem parte das dinâmicas de solidariedade que o sujeito estende a outros ou a seus iguais, de acordo com suas intersecções sociais. Dessa forma, a identificação ou a exclusão são mediadas por essas experiências e pelos afetos dirigidos a esses moldes. A mediação dos afetos é aprendida pela socialização do sujeito no espaço, ou seja, a solidariedade para com o outro não é uma condição inata do sujeito, podendo ser aprendida ou não. A solidariedade pode ser aprendida conforme o sujeito interage com as lacunas geradas pelas cisões de alteridade entre uma identidade e outra.

À medida que os rótulos se estabelecem, compreendê-los pressupõe imaginar um conjunto de características dos sujeitos que se inscrevem nessas classificações. Os rótulos fornecem motivações e conjuntos imagéticos a respeito daqueles a quem se estendem e daqueles a quem não se estendem, regulando o pertencimento e a tipificação das identidades associadas a ele. A partir desses vetores de classificação, os afetos positivos ou os afetos negativos são dirigidos a um determinado sujeito ou grupo. Appiah (2019) comenta que as identidades fazem parte das matrizes de inscrição nas malhas hierárquicas de status e respeito. Se por um lado uma identidade étnica pode significar prestígio em um espaço, por outro lado, as identidades que tendem a desafiar as suposições pré-estabelecidas nesse espaço social tendem a ter um jugo opressivo. Os sujeitos que não se enquadram nas classificações norteadoras desse espaço acabam por sofrer o desrespeito dos outros, considerado por Appiah como um “preço” a ser pago pela alteridade que representam.

Nesse sentido, em associação à carga opressiva, são estabelecidas as identidades estereotipadas. Os rótulos de classificação permitem determinar um lugar-comum de práticas e características para os indivíduos que compartilham uma mesma identidade, permitindo que um indivíduo saiba quais valores éticos que deve seguir, de acordo como o seu pertencimento. Da mesma forma, os sujeitos que não participam desse grupo saberão que eles são diferentes. Contudo, saber que existe uma cisão entre dois grupos não significa conhecer as práticas *do outro* que diferem *do si*. Assim, o que é incompreendido dá espaço para pressuposições, conforme os sujeitos são coisificados e caricaturados a partir do imaginário do outro, o que permite o surgimento de estereótipos.

As identidades pressupostas são aferidas aos sujeitos estigmatizados sem seu consentimento, negando ao sujeito do grupo subalterno a capacidade de expressão e reduzindo-o a um molde coisificado. Palumbo-Liu (2000) argumenta que a construção desses moldes “são edificações que servem para falar como ventrículo do poder” (p. 776). Nesse sentido, a identidade normativa não questiona a si mesma, pois parte do pressuposto de que o *outro* é que não se enquadra e que foge ao conjunto de regras internalizadas como “comuns”. Com isso, as narrativas dominantes estabelecem sua visão sobre o outro sem o questionamento do si, uma vez que são dadas como comum. O autor ainda comenta que essas malhas de sentido atribuídas aos sujeitos são legitimadas através das instituições regulamentadoras de poder, a exemplo do Estado Jurídico, reproduzindo os pressupostos tipificados ao julgar o outro. A exemplo do poder da imposição dessas suposições sobre um grupo — uma vez que o estigma é estabelecido e adere um conjunto de características sobre o outro —, passa a ser necessário que o grupo subalterno, como forma de resistência, utilize essas construções imagéticas e nomeie a alteridade.

Essa forma de resistência também é uma maneira de subverter a ordem hierárquica imposta aos grupos. Mary Louise Pratt (2008), ao descrever as zonas de contato entre a cultura dominante e a cultura subalterna, alerta para a concepção errônea de que o grupo marginalizado é pacífico em relação às práticas que lhe são impostas. A autora exemplifica isso comentando a relação entre centros imperiais e suas periferias.

Enquanto a metrópole imperial tende a se imaginar determinando a periferia [...], isso habitualmente a cega da dinâmica reversa, o poder que colônias possuem sobre suas “mães” pátrias. Por exemplo, impérios criam, no centro imperial de poder, uma necessidade obsessiva de apresentar e representar suas periferias e seus outros

continuamente para si mesmos. Eles se tornam dependentes de seus outros para conhecer a si mesmos (PRATT, 2008, p. 4).⁹

Apesar de o grupo dominante não considerar que depende do outro para distinguir e estabelecer a si mesmo, o contato entre as duas culturas, mesmo que em uma relação assimétrica de poder, gera respostas de representação. As zonas de contato, então, são os espaços de encontro entre pessoas que antes estavam geográfica e historicamente separadas. Essa zona passa a oferecer, aos sujeitos que por ela transitam, novas formas de conceber a realidade e formar malhas de sentido, o que ocorre através de uma relação dialógica entre as duas culturas, mesmo que os resultados dessa relação não sejam imediatamente percebidos pela cultura dominante.

Nora Tunkel (2012) afirma que as zonas de contato também são produzidas em outros contextos, e tais produções de sentido não são exclusivas às relações que se estabelecem com centros imperiais, como é o caso dos fluxos migratórios e diaspóricos. Essa perspectiva se inscreve na concepção de identidades não solidificadas e se estende desde as micronarrativas — como gênero e região, que servem como fonte de apropriação de sentido para os indivíduos —, até às macronarrativas de pertencimento — como a nação.

Como resultado, as produções culturais de margens se apropriam das práticas discursivas das culturas dominantes para se inscreverem nas malhas de produção de sentido desses espaços, o que pode acontecer de duas formas: como uma desobediência epistêmica ou como uma forma de assimilação do sujeito. No primeiro caso, o princípio da diferença que a corrente dominante impõe é utilizado como forma de resistência ao silenciamento. No segundo, o sujeito da margem busca apagar suas diferenças para se integrar, na medida do possível, à cultura dominante, internalizando as acepções ideológicas da corrente hegemônica a fim de se desvincular de sua condição de alteridade; com isso, acaba reproduzindo a ordem pré-estabelecida que o condiciona à condição marginal.

A concepção de hibridização proposta por Stelamaris Coser (2005) indica que as identidades culturais que são negociadas pelos sujeitos nos espaços sociais sempre são perpassadas por essas trocas e estão em constante mudança, conceituando o hibridismo como um “angustiante processo de tradução cultural” (COSER, 2005, p. 172). À medida que as transformações

⁹ No original: “While the imperial metropole tends to imagine itself as determining the periphery [...], it habitually blinds itself to the reverse dynamic, the power colonies have over their “mother” countries. For instance, empires create in the imperial center of power an obsessive need to present and re-present its peripheries and its other continually to itself. It becomes dependent on its others to know itself” (PRATT, 2008, p. 4).

decorrentes dos processos de globalização se estabelecem, as matrizes étnico-culturais também tendem a tomar outras formas, traduzindo-se em novas expressões identitárias híbridas. O reconhecimento do híbrido, para a autora, tem tanto um viés positivo “para ameaçar a monocultura e resgatar a vitalidade das contradições e da multiplicidade” (COSER, 2005, p. 184), quanto um potencial de perigo, quando aponta para a “assimilação de interesses e padrões culturais hegemônicos” (loc. cit). Ao considerar a ambiguidade e os processos de hibridismo que permitem confluências transnacionais, pensa-se aqui no potencial de transformação e no não apagamento pela assimilação cultural.

Pensando nos resultados da intensificação dos fluxos migratórios, a autora também descreve que a problemática de uma

...ênfase teórica nas culturas de fronteira e/ou de grupos de imigrantes e nômades contemporâneos parece obliterar o reconhecimento de que, na verdade, todas as sociedades são complexas e híbridas. O híbrido não está convenientemente circunscrito às margens, aos guetos de imigrantes, aos *barrios*, aos espaços alternativos, ou apenas aos dias atuais. Híbridos não são os outros: híbridos somos todos nós, são todas as culturas e todas as histórias. (COSER, 2005, p. 186).

Esse reconhecimento demanda conceber as estruturas hegemônicas como resultantes das dinâmicas de socialização de cada contexto, não sendo possível concebê-las como originais ou como matrizes primárias. Aponta-se, assim, para a necessidade de pensar as definições de comunidade a partir deste viés para que seja possível ir além das “fronteiras dualistas que caracterizavam a era moderna” (COSER, 2005, p. 185). Em outras palavras, para pensar identidades culturais no contexto pós-moderno, assim como identidades nacionais, é necessário entender que essas estruturas estão em constante mudança em virtude do contato entre diversos grupos.

Sob essa perspectiva, a condição híbrida deixa de ser entendida como um estigma negativo do sujeito, uma vez que todas as produções identitárias estão condicionadas por essa dinâmica. Nisso, os agrupamentos sociais não são formados por *sujeitos* híbridos, mas por identidades culturais que produzem sentido para os indivíduos de forma diversa, de acordo com o modo que esses sujeitos estão constantemente organizando suas diversas facetas e identificações em uma malha narrativa de sentidos. Essas malhas e narrativas do si, então, nem sempre têm resultados coerentes, apesar de demandarem do sujeito uma busca por coesão. Com isso, o sujeito enquanto intersecção de sentidos múltiplos (nem sempre coerentes entre si) pode apresentar diferentes facetas conforme o seu posicionamento em diferentes espaços de socialização.

Eurídice Figueiredo (2005) também estende a concepção de hibridismo às narrativas nacionais. Na pós-modernidade, elas precisam também ser revisadas para comportar diferentes sujeitos que participam do mesmo espaço geográfico e imaginado da nação. O reconhecimento de grupos minoritários sob essa narrativa norteadora se torna mais do que uma necessidade, passando a ser uma exigência (FIGUEIREDO, 2005, p. 200). Nisso, o estudo de Coser (2005) alerta para os mecanismos de assimilação que perpassam as narrativas totalizantes de pertencimento, enfatizando que a concepção híbrida deve ser entendida como uma maneira de transgredir a monocultura e não invisibilizar as individualidades que agora devem passar a ser reconhecidas.

A perspectiva de mudança e transformação identitária também deve levar em consideração as macroestruturas identitárias, em que se situam as relações transnacionais. Zilá Bernd (2013) propõe a percepção dessas relações a partir do transnacionalismo como uma forma de transgredir as fronteiras dessas macronarrativas de pertencimento. A autora também reconhece a importância de produções transculturais, a exemplo a literatura de fluxos migratórios, como forma de repensar o mapeamento de fronteiras e a transgressão de limites do pertencimento.

A perspectiva transcultural (*trans*, ir além, ultrapassa) favorece a implosão dos binarismos implícitos a um conceito tradicional [...], promovendo o entrecruzamento fertilizador, a valoração da diversidade, o reconhecimento das alteridades e, sobretudo, ensejando dinâmicas relacionais. Nesse sentido, mais importante do que rotular as produções ficcionais migrantes ou transnacionais é acolhê-las como estéticas transculturais que emergem da travessia das diferentes culturas e da utilização criativa dos vestígios e rastros memoriais, cujas brechas são preenchidas pela força imaginativa dos escritores. (BERND, 2013, p 217-218).

A transgressão de limitações nacionais permite o devido reconhecimento do impacto de vozes oriundas de fluxos migratórios. A alteridade e a diferença que transcorrem dessas produções estéticas e culturais realçam a ambiguidade e a ambivalência de sentidos, permitindo que contranarrativas de sentido se estabeleçam a partir das experiências do deslocamento. Nesse caso, essas produções se propõem como alternativas para enfraquecer os binarismos anteriormente fixados em determinados espaços sociais.

Para fomentar e viabilizar visibilidade a vozes perpassadas pela experiência da mobilidade, a fim de que elas emergjam a nível transnacional, ainda é necessária a diferenciação dessas produções a partir da utilização de termos guarda-chuva, os quais funcionam como etiquetas que classificam essas vozes de forma diferente das produções consideradas canônicas — normalmente, mas não exclusivamente, associadas às produções hegemônicas. As etiquetas têm um papel fundamental no processo de reconhecimento e obtenção de voz para grupos minoritários, conforme

expandem ou estabilizam essas novas formas de produzir sentido. A legitimação dessas vozes e experiências se estabelece, assim, como uma possibilidade de subverter as ordens discursivas que imperam de forma assimétrica.

3 LITERATURA ASIÁTICO-AMERICANA E FLUXOS TRANSNACIONAIS

Com o intuito de distinguir a literatura norte-americana de seus antecedentes europeus, os estudos literários começaram a empregar etiquetas classificatórias de acordo com o contexto de produção das obras. Às margens dos estudos de literatura norte-americana (frequentemente chamada apenas de “literatura americana” pelas potências culturais contemporâneas), emergiram também os estudos da literatura étnica. Esse movimento de crescente interesse pelas etiquetas classificatórias se intensificou com as discussões promovidas pelas palavras-chave “pós-colonial” e “pós-moderno”, também despertando um interesse de questionamento sobre uma literatura étnica a partir de um viés “pós”, como observa David Palumbo-Liu (1995).

Nessa esteira, ainda se debate as implicações inerentes à utilização das etiquetas étnicas como forma de classificar vozes oriundas de fluxos migratórios. Tendo em vista o reconhecimento mundial da literatura norte-americana ao se distinguir de outras literaturas europeias, é possível compreender o potencial de destaque que essas etiquetas proporcionam às obras que se inserem nessa nomenclatura. Porém, no caso da classificação étnica, que surge a partir das margens, é importante aguçar o olhar sobre a forma como essa classificação pode impactar na produção literária.

Com isso em mente, vale destacar a composição plural de vozes que as etiquetas étnicas agrupam sob seu símbolo. No caso de vozes do contexto norte-americano, é possível observar o destaque que a Literatura Asiático-Americana conquistou nas últimas décadas, tendo como ponto de partida a virada do milênio. Nesse período, a obra *The Interpreter of Maladies* (1999) foi consagrada com o prêmio Pulitzer de Ficção, da autora Jhumpa Lahiri, descendente de pais indianos, enquanto o autor Ha Jin, de origem chinesa, foi um dos finalistas dessa categoria. O momento pode ser considerado uma importante estabilização do potencial dessas vozes perante o espectro global.

Contudo, os movimentos de produção literária do contexto asiático-americano iniciaram suas produções anteriormente, merecendo destaque autores como John Okada (*No-No Boy* 1957) e Maxine Hong Kingston (*Woman Warrior* 1976), que compõem o chamado cânone da Literatura Asiático-Americana. As produções da literatura asiático-americana também crescem de forma contínua com autores contemporâneos, como Julie Otsuka (*O Buda no Sótão*, de 2014, e *Quando o Imperador era divino*, de 2002), Rowan Hisayo Buchanon (*Harmless like you*, de 2017), Dina

Nayeri (*The Ungrateful Refugees*, de 2019) e outros. É em meio a esse momento de crescente visibilidade e legitimação que se inscreve o autor crítico e literário Viet Thanh Nguyen.

Bella Adams (2008) sinaliza a forma distinta com que a identidade americana — no contexto da autora, nacionalidade norte-americana — é imaginada em comparação às expressões derivadas de memórias das minorias étnicas. Nesse caso, a autora sinaliza que as produções que enunciam construções autobiográficas hegemônicas norte-americanas estão associadas a uma constante manutenção do si em um projeto de identidade, sem explicitar diretamente sua relação com as construções de poder e hierarquizações simbólicas que efetua. Em contraste — mas ainda com ênfase na construção da identidade —, o projeto de representação étnica tem, em seu cerne, vetores estabilizadores. Normalmente, isso ocorre em conjunto com a construção de símbolos imagéticos e perpetuação da memória, que levam em consideração a relação desses sujeitos com os outros. Nesse sentido, Bella Adams aponta que a necessidade de escrever para muitos autores que se alinham à etiqueta étnica asiático-americana surge para situar e estabilizar seus projetos identitários a tessituras narrativas.

O surgimento do termo asiático-americano aconteceu no final dos anos 1960, como uma tentativa de conter, politizar e legitimar os diversos movimentos de migração que tiveram impacto social nos Estados Unidos. Se inicialmente a etiqueta designava sujeitos *estranhos* ao solo norte-americano e que precisavam de uma nomenclatura em virtude de sua constante presença naquele espaço social, sua utilização começou a ser adotada como uma forma de resistência pelos grupos minoritários, permitindo a estabilização de um nome em comum para todos sob essa etiqueta, assegurando-lhes um potencial de legitimação e visibilidade das mudanças que culminavam nesse espaço. Susan Koshy (apud ADAMS, 2008) comenta a importância do termo, pois é capaz comportar diferentes grupos étnicos que estavam em situação de deslocamento, ao mesmo tempo em que oferece autenticação para se estabilizarem, servindo como um tropo de construção imagética. Assim, o termo asiático-americano demarca a formação de “*uma* identidade, *uma* consciência sociopolítica, *um* lugar e *uma* literatura” (ADAMS, 2008, p. 4)¹⁰, uma forma de legitimar o pertencimento desses sujeitos ao espaço comum que compartilham.

A utilização do termo propôs a intensificação da força de vozes que emergiram a partir dos diferentes fluxos migratórios e passaram a compor novos grupos étnicos dos Estados Unidos. Diferente de uma tentativa de homogeneização ou apagamento da diversidade, a estabilização de

¹⁰ “*an* identity, *a* socio-political consciousness, *a* place and *a* literature” (ADAMS, 2008, p. 4).

uma etiqueta comum está associada ao esforço de repensar a noção de identidade a partir das diferenças culturais, de classe e de gênero. Dessa forma, ao invés de sua composição ser pensada a partir de características unificadoras, ela é pensada pelo espectro da pluralidade, condensada em si. A visibilidade que o termo asiático-americano alcançou se tornou imprescindível para que os projetos de identidade sob seu símbolo pudessem ser estabelecidos e legitimados, diferenciando-os da representação hegemônica. Ademais, foi importante para sobrepor o significado imposto pelos grupos dominantes, propondo uma nova malha de sentidos de identificação. Apesar disso, no cerne da utilização do termo, ainda há uma inquietação a respeito das expressões de representação, com o constante empreendimento de esforço das produções críticas e literárias para resistir aos estigmas de estrangeirização que recaem sobre o grupo. Apesar disso, a naturalização da etiqueta comum a partir da diversidade ainda garante que os grupos minoritários evitem sofrer com a possibilidade de hierarquização interna, fragmentação e deslegitimação no macro espaço social.

De acordo com Adams (2008), a formação e a estabilização do cânone asiático-americano são guiadas por períodos de desenvolvimento histórico, os quais apresentam determinados padrões na forma como compelem os sujeitos às margens. Esses períodos também distinguem tipos de fluxos migratórios e suas minorias respectivas, assim como a forma que as políticas públicas e os direitos civis foram negados a essas minorias. Nesse aspecto, destacam-se os movimentos da literatura de refugiados (ADAMS, 2008), que, por terem exatidão histórica dos períodos que narram, desvelam ideologias e símbolos dos discursos que perpassam as malhas sociais e suscitam debates contínuos, como os debates sobre os direitos humanos.

Dessa forma, torna-se importante voltar a atenção para o modelo de multiculturalismo do contexto dos Estados Unidos, que permeia a discussão sobre a representação minoritária e a formação da literatura asiático-americana. Youngsuk Chae (2008) descreve que, nos Estados Unidos, a ideia de multiculturalismo se estabeleceu nas políticas públicas a partir de 1970, propondo a aceitação das diferenças, da diversidade cultural e dos valores étnicos. Essa proposta surge de forma oposta ao pressuposto político até então vigente, segundo o qual as minorias deveriam se integrar à cultura hegemônica por meio de uma ideologia de assimilação cultural. A compreensão de uma literatura multicultural permitiu que vozes de diferentes contextos possuíssem equivalência em suas demandas dentro do território nacional dos Estados Unidos.

Chae descreve o surgimento de uma divisão interna na Literatura Asiático-Americana, que ocorreu conforme os autores se associavam a diferentes vertentes ideológicas. A primeira diz

respeito às vozes minoritárias que se inscrevem nos discursos hegemônicos e reiteram a representação do si a partir de um comportamento de “minorias modelo”¹¹ — essa proposição utiliza seu espaço de voz para legitimar as dinâmicas de inclusão e exclusão, buscando a estabilização do si conforme deslegitimam seus pares. A segunda, por sua vez, caracteriza-se por posicionamentos que acolhem as expressões transculturais, opondo-se ao discurso hegemônico e desenvolvendo uma consciência crítica às implicações de pertencer a grupos minoritários nos Estados Unidos.

A construção imagética de um grupo minoritário de referência — ainda presente em algumas expressões de representação — pressupõe um grupo étnico-cultural que tenha conseguido se integrar à sociedade norte-americana através da assimilação de costumes e práticas culturais, ignorando as demais nuances de alteridade com que o grupo hegemônico os confronta. Esse modelo presume que esses indivíduos, ao se submeterem às normas políticas e sociais, puderam superar as barreiras da discriminação e exclusão, adquirindo um lugar estável e de sucesso nas malhas sociais. Essa pressuposição apaga a exploração de trabalho experimentada por esses grupos, ao mesmo tempo que nega a discriminação que sujeitos brancos de mesma classe lhes dirigiam. Com isso, o modelo transcultural passou a ser problemático para os grupos hegemônicos, uma vez que é aceito apenas enquanto as minorias não se tornem uma ameaça às estruturas de poder da sociedade. Se de um lado a propaganda norte-americana propunha a liberdade, de outro, ela apagava as relações de discriminação racial, exploração de trabalho e marginalização sociopolítica dessas minorias no espaço social.

Chae (2008) também observa que a escrita asiático-americana pode ser vista como um desdobramento dos efeitos das políticas que estabeleceram limites sociais e econômicos a esses grupos no contexto norte-americano. Assim, as produções literárias e culturais podem ser analisadas a partir de uma perspectiva que permite aumentar a consciência sobre a representação do si e do outro em um determinado espaço social. A maneira como as diferenças étnicas são

¹¹O estereótipo de *model minority* que recai sobre minorias como os asiático-americanos pressupõe um comportamento exemplar desses sujeitos, em que se destacam virtudes pressupostas ou até mesmo comportamentos exemplares. Dentre alguns dos pressupostos, estão também asserções como “asiáticos são todos iguais”, “asiáticos-americanos não são realmente uma minoria étnica” e “asiático-americanos não são confrontados com desafios por causa de sua raça” (MUSEUS, KIANG, 2009). A autora Yuko Kawai (2005) discute a relação direta entre o “estereótipo positivo” de *model minority* estar sempre relacionado ao “estereótipo negativo” do *yellow peril* que também confronta os asiático-americanos, reproduzidos e reforçados constantemente. O estereótipo de minoria modelo não apenas impõe sobre os asiático-americanos narrativas pressupostas, como age de forma predatória por não se tratar de uma classificação expressamente negativa, fazendo com que a deslegitimação desses sujeitos seja mais difícil de ser percebida.

apresentadas por essas vozes acaba refletindo nas relações desiguais de poder que existem nas malhas sociais dos espaços em que essas minorias circulam. A exemplo disso, a autora cita que “a perspectiva branca dominante sobre asiáticos-americanos como culturalmente diferentes” (CHAE, 2008, p. 14) possui um impacto central nas produções literárias de asiático-americanos, ecoando a perspectiva de estereótipos de “exótico” e dinâmicas de estrangeirização desses sujeitos.

A regulação dos direitos civis para essas minorias se associa às dinâmicas de nacionalismo e transnacionalismo que integram a malha socioeconômica do contexto norte-americano. Os paradigmas de exclusão legislada que se estabeleceram ao longo da história dos Estados Unidos, como a negação de direitos civis aos chineses, o fechamento das fronteiras para imigração e a exclusão de japoneses em campos de concentração, são identificados por Stacy Takacs (1999) como um padrão de discurso xenofóbico inscrito nas políticas nacionalistas do país. Esse discurso opera “da mesma forma que outros tipos de exclusão, reproduzindo [a ideia] de uma identidade nacional como um corpo étnico-cultural homogêneo” (TAKACS, 1999, p. 592), servindo como base para regular quem seriam os sujeitos que podem ter acesso aos meios de produção desse espaço.

O termo *Alien Nation* [Nação Estrangeira] é pensado para transmitir o medo de Brimelow de que os EUA estão se tornando uma nação onde estrangeiros superam o número de cidadãos, mas ele também pode ser lido como uma declaração sobre a alienação psíquica e social do homem branco em relação ao corpo nacional, que antes era sem problema idêntico ao seu corpo pessoal. Expresso como medo da miscigenação — mesclagem do sangue que produz uma hibridização monstruosa e incontrollável — a violência dessa alienação é codificada como estupro. Na fase atual de imigração majoritariamente não branca, discursos conservadores apresentam o estupro internacional/inter-racial e a contaminação do corpo nacional como uma desculpa para a reafirmação reacionária da homogeneidade nacional e dos valores familiares repressivos (TAKACS, 1999, p. 604)¹².

A autora traz como exemplo a “Proposição 187” da Califórnia, que impediu que chineses pudessem adquirir direitos civis básicos, como serviços de saúde não emergenciais e acesso à educação pública. Ela também menciona o “Ato de Imigração e Nacionalidade de 1965”, que foi criado, em parte, para conter os fluxos de imigração e o aumento das populações de refugiados gerado pela Guerra do Vietnã, dizendo que “o território geográfico de uma nação serve como um

¹² No original: “The phrase Alien Nation is meant to convey Brimelow’s fear that the US is becoming a nation where aliens outnumber citizens, but it can also be read as a statement about the white male’s psychic and social alienation from the national body which was once unproblematically identical with his personal body. Expressed as fear of miscegenation – intermingling of the blood that produces an uncontrollable and monstrous hybridity – the violence of this alienation is coded as rape. In the current phase of overwhelmingly non-white immigration, conservative discourses present the international/interracial rape and contamination of the white national body as the excuse for a reactionary reassertion of national homogeneity and repressive family values” (TAKACS, 1999, p. 604).

modelo” (TAKACS, p. 594) para a naturalização da regulamentação do acesso. Isso serviu como fundo narrativo para distinguir quem pode se estabelecer e ter propriedades e quem não pode, o que ocorreu a partir da discriminação discursiva da identidade nacional baseada na ideia de unidade étnico-cultural. Takacs (1999) nota que, ao mesmo tempo que políticas transnacionais tendem a se estabelecer para uma ampliação econômica e política do país, os discursos discriminatórios tendem a se intensificar, buscando resgatar a narrativa de coesão nacional hegemônica.

Esse discurso de identidade nacional hegemônica abstrata é baseado na personificação dos homens brancos americanos, sendo tolerante aos fluxos migratórios apenas na medida em que os sujeitos oriundos desses fluxos tenham determinado “grau de semelhança” com a identidade norte-americana essencializada, tendo como finalidade assegurar que uma “Nação Estrangeira” não surja da integração desses indivíduos na malha social do país. Essas iniciativas discriminatórias possuem apenas benefícios simbólicos e psíquicos, uma vez que a restrição de acesso a direitos humanos básicos não reduz os fluxos migratórios nem as produções literárias e críticas que denunciam (a partir de uma nova perspectiva) a organização do espaço social ao seu redor.

O termo também está fortemente atrelado aos processos antiguerra dos anos 60, como consequência das guerras no sudeste asiático (Vietnã e Coreia). Nos movimentos dessa década, que levariam à criação do termo asiático-americano, ainda não havia uma diferenciação exata sobre quem eram os sujeitos descendentes de asiáticos que nasceram nos Estados Unidos, que grupos eram oriundos de fluxos migratórios ou, ainda, quem estava adentrando o território do país como refugiado. Essa não diferenciação inicial levou o movimento asiático-americano a absorver as demandas desses grupos recém-chegados no movimento de “reivindicar a América”, chamado assim por autores como Maxine Hong Kingston (NGUYEN, 2017b). A reivindicação resistia à percepção norte-americana de que os asiático-americanos fossem permanentemente concebidos como estrangeiros ou em *status* transitório e ambivalente nesse novo contexto, garantindo-lhes um vetor de arraigamento nacional. Nisso, autores descendentes de imigrantes asiáticos encontraram uma significativa oportunidade para produzir a respeito da era resultante de novos movimentos sociais focados na adoção de expressões multiculturais e da diversidade, estabelecendo, assim, grandes obras que formariam o cânone asiático-americano.

Por fim, autores mais contemporâneos, como Viet Thanh Nguyen, abrem um movimento de reflexão sobre a etiqueta “asiático-americano”, associada estreitamente à busca por reivindicar a América. Nesse caso, a herança crítica e literária de Nguyen propõe novas formas de pensar as

etiquetas classificatórias, sendo uma de suas propostas críticas a utilização de uma nova forma de nomenclatura além do termo asiático-americano, para que seja possível se desvincular dos princípios de arraigamento nacional. Nesse caso, é necessário um novo projeto de identificação que não restrinja o pertencimento desses sujeitos à esfera nacional. Essa proposta tem como objetivo elaborar novas maneiras de classificar a literatura de autores que não se enquadram numa nacionalidade como uma identidade fixa, considerando, principalmente, os constantes movimentos transnacionais e transculturais.

A proposição de novos termos, como *Pacific Rim Literature* (NGUYEN, 2017b), permitiria um novo crivo de sentido para a classificação, sem dar ênfase à alteridade no espaço social que se insere. Ademais, o autor também destaca que essas nomenclaturas não devem ser pensadas em detrimento de etiquetas como asiático-americano, pois cada uma dessas classificações corresponde a um movimento e um marco importante de reconhecimento. A expansão por novas classificações permite que produções culturais e literárias, como a de Ngyuen, possam ser classificadas por um viés transnacional, menos arraigado do sentido nacionalista de asiático-americano. A possibilidade de classificar uma obra através de mais de um sentido nasce pelas diferentes ópticas com que podem ser lidas, considerando a presença das ambiguidades constituintes do sujeito pós-moderno.

A identidade é uma questão de extrema importância para os grupos minoritários, fazendo com que seja abordada com frequência através da escrita. Pautar a identidade através da escrita é repensar os limites atribuídos a quem se distingue da corrente hegemônica de um país. As etiquetas atribuídas para classificar os sujeitos dizem respeito às condições de acesso e aos limites do espaço social. Em outras palavras, a identidade cartografa os sujeitos na malha social e influencia a forma como eles apreendem sentido sobre o si e o outro.

Bella Adams (2008) discute o ingresso de minorias aos espaços na macrotessitura social, metaforizando o pertencimento a partir da imagem de um portão. A metáfora em questão se origina dos debates sobre a identidade asiático-americana levantados por Meena Alexander, em 1993, ao discutir o pertencimento nacional do grupo. Seguindo essa linha, o portão metafórico está associado aos limites que precisam ser desobstruídos (por serem originalmente bloqueados) para que se consiga acesso aos espaços sociais. Essa metáfora transporta, em seu cerne, o potencial da ambiguidade, motivo pelo qual se destacar na reflexão sobre o acesso aos espaços sociais: se por um lado, esses limites diferenciam e distinguem quem é classificado sob esta etiqueta, também

demonstram que essas limitações são permeáveis, no sentido de que as barreiras podem ser transgredidas.

A permeabilidade desses limites se refere à forma como as relações étnico-culturais complexificam os limites imaginados das classificações impostas aos grupos minoritários. A maneira com que esses limites se formam por meio da língua revela o impacto desse uso sobre as vidas e os corpos perpassados por características de alteridade em relação ao grupo hegemônico. Adams (2008) ainda aponta que as consequências desse uso da língua como forma de cindir o espaço ficam mais evidentes quando apenas o grupo hegemônico detém o privilégio de nomear, garantindo que o cerne da nomenclatura enfatize que o *outro* em questão não pertence aos moldes identitários imaginados que regulam seu espaço social.

Por fim, destaca-se a necessidade de repensar como as produções literárias emergem e conquistam alcance, levando em consideração que a utilização de etiquetas de classificação — apesar de permitir visibilidade aos grupos minoritários — traz consigo aspectos delimitadores. Considerando a obra *O Simpatizante*, é possível destacar o impacto transnacional das discussões identitárias, enquanto sua classificação como Literatura Asiático-Americana reproduz uma perspectiva restritiva sobre os diferentes crivos de sentido que a obra compreende e desperta.

4 CONFLUÊNCIAS TRANSNACIONAIS

Com o aumento das incursões marítimas e mercantis a partir do século XVI, as potências econômicas em desenvolvimento começam a lançar um olhar para novos horizontes, visando expandir seus recursos e ampliar seu poderio. Com isso, passam a estabelecer colônias de exploração e de comércio em novos territórios. Essas incursões, ainda em estágio de fermentação, iniciam processos de descoberta e investigação geográfica e social. Concomitantemente ao aumento de interesse pela extração de recursos desses espaços, a imaginação e a recriação do desconhecido também são fomentadas. Isso faz com que mecanismos de representação do si sejam repensados e intensificados a partir da diferença em relação ao outro (até então desconhecido) em um processo que se intensifica e, séculos mais tarde, culmina na estabilização de centros imperiais e espaços de exploração (e influência). Conforme as incursões e as tentativas de colonizar o espaço do outro aumentam, torna-se necessário que esses centros de dominação pensem sua narrativa do si a partir de formas de se distinguir do outro; uma administração da diferença que se torna necessária no processo de exploração e dominação colonizadora.

Este capítulo tem como objetivo reconstruir o contexto histórico que o romance de Nguyen encena a fim de que seja possível entender como as estratégias de estabilização narrativa são gerenciadas e quais são os seus impactos transnacionais. Num primeiro momento, traz-se a lume os principais eventos que afetaram o território vietnamita, as dimensões simbólicas desses eventos e como ocorre a ficcionalização no romance. A partir disso, o foco nos processos de ficcionalização são analisados no universo diegético, investigando a representação e o papel da indústria cinematográfica na obra. Por fim, o terceiro tópico analisa os impactos das trocas assimétricas e as expressões de contranarrativas memoriais.

A análise parte da organização de eventos históricos extradiegéticos para investigar os impactos dos eventos transnacionais no universo diegético, discutindo possibilidades de estabilização de narrativas norteadoras e de símbolos que incidirão de forma nacional-local e abordando a sua exportação para outros contextos. Assim, as questões de representação e ficcionalização surgem no cerne da administração das narrativas do si em nível transnacional.

4.1 CONTEXTO HISTÓRICO E FICCIONALIZAÇÃO

A focalização narrativa no romance *O Simpatizante* (2017a) redimensiona o contexto histórico que a obra encena a partir de uma perspectiva que revela ambiguidades em como as ficcionalizações do passado são formuladas. Na maior parte da obra, o narrador revisita seu percurso individual em tom confessional, buscando reconstruir suas experiências sob uma perspectiva que convença o seu destinatário do seu alinhamento ideológico. Os sedimentos narrados, contudo, não conferem absolvição da acusação que enfrenta, a saber, não ser comunista¹³: “no mês em que esta confissão teve início, meu modo de ver o mundo ainda parecia mais uma virtude do que um perigo, que é como alguns perigos surgem da primeira vez” (NGUYEN, 2017a, p. 9); ademais, esses sedimentos não seguem uma ordem temporal ao serem apresentados ao seu leitor.

Isso ocorre pela condição em que o narrador se encontra no momento em que escreve: sob tortura e privação. O protagonista, assim, questiona sua própria agência sobre o discurso que apresenta: “Ainda lambendo minhas feridas neste momento, não posso deixar de me perguntar, ao escrever esta confissão, se sou o dono de minha própria representação ou se é você, meu confessor?” (NGUYEN, 2017a, p. 200). A obra encena, em diversos níveis, a organização dos símbolos que servem como crivos de sentido para as construções discursivas. Além disso, o estado de vulnerabilidade e fragmentação do protagonista se reflete no fluxo temporal de sua narrativa — que não é cronológico — e na organização dos tópicos abordados por ele. Condicionado pela circunstância, ele busca um tom analítico e distante de si para descrever suas experiências, até mesmo as cenas traumáticas de violência que irrompem ao seu redor. É através dessa organização discursiva que suas experiências pessoais são transpostas para um nível impessoal, engendrando, a partir da perspectiva particular, nuances de sentido que são potencializadas e se abrem para a memória coletiva de seus pares.

A obra inicia a partir da queda da cidade de Saigon, momento em que o protagonista rememora seu envolvimento com o *General*¹⁴ do exército. Apesar do posicionamento ambíguo do

¹³ Apesar de os sujeitos filiados ao Partido Comunista serem chamados de comunistas na obra, é importante perceber que o oposto não ocorre ao seu *outro*. Em outras palavras, da forma como as acusações são definidas, o inverso dessa condição de *comunista* não é nomeado como *capitalista*, apesar da indicação constante de que a luta ideológica travada pelos personagens é direcionada a esses dois polos. Essa discussão é aprimorada na esfera das negociações discursivas.

¹⁴ As posições hierárquicas do exército e os papéis sociais são utilizados no romance como nomenclatura para determinados personagens.

narrador na forma como interpola e organiza suas lembranças pessoais, é possível reconstruir, através de seu olhar, a experiência coletiva da comunidade em que se insere. Nesse caso, as memórias que tendem a ser obscurecidas ou suprimidas pelas narrativas dominantes surgem no decorrer de sua confissão, chamando a atenção para a forma como o contexto histórico e suas consequências aparecem de forma não intencional. Dessa forma, é interessante lançar olhar sobre os acontecimentos externos à obra, a fim de compreender as diferentes vertentes traumáticas que ecoam na narrativa de forma paralela e recorrente.

Apesar da temporalidade diegética estar situada em meados do final da Guerra do Vietnã, os impactos sociais que são indiretamente ilustrados pelo protagonista no decorrer da obra têm uma gênese preliminar: sinaliza a relação direta desse conflito com a Primeira Guerra da Indochina e o histórico de constante exploração e interferência de políticas externas sobre o território vietnamita. Os conflitos que precedem a obra e tecem fundo à narrativa podem ser contextualizados a partir de três momentos principais: a) a colonização e exploração estrangeira durante os séculos; b) a resistência vietnamita e a demanda por independência política (resultando na Primeira Guerra da Indochina); e c) o conflito bélico tematizado de forma central em *O Simpatizante*, a Guerra do Vietnã, cujo objetivo era estabelecer um governo democrático e unificar o país (que se encontrava em um estado de cisão e era reivindicado por duas potências ideológicas antagônicas).

O interesse externo pelos recursos naturais do Vietnã fez com que o país se tornasse alvo de constantes incursões colonialistas a partir do século XVI, as quais visavam estabelecer colônias comerciais para garantir monopólio sobre as especiarias locais e sua exploração. Dessas incursões, a mais marcante foi a francesa, de 1883, que perpetuou a influência europeia de forma incisiva através de estratégias de imperialismo cultural e estabeleceu controle militar sobre a região, permitindo anexar Camboja e Laos. Essa inscrição fez com que o território passasse a ser conhecido como Indochina Francesa. Para a estabilização das colônias, uma das estratégias europeias foi constituir missões religiosas, permitindo que a França consolidasse seu controle a partir de uma ação de imperialismo cultural, cujos resquícios e impactos são constantemente ilustrados no romance *O Simpatizante* pela relação do protagonista com a religiosidade e outros aspectos transnacionais.

Uma das principais figuras de resistência ao colonialismo francês é Nguyen Sinh Cung, fundador do Partido Comunista Indochinês (PCI), conhecido como uma figura cosmopolita e também chamado de “o patriota” (WIEST, 2016). Também conhecido como Nguyen Ai Quoc, ele

foi um dos fundadores da Liga Revolucionária Jovem do Vietnã, que organizou e centralizou os partidos políticos locais em uma causa comum: a independência do país. Após formar uma resistência bem-sucedida contra a ocupação japonesa, Nguyen Sinh Cung empreendeu esforços políticos contra a tentativa francesa de restabelecer autoridade sobre a região. Assim, a partir de 1941, mesmo ano em que o PCI deu origem à Liga de Independência do Vietnã (Vietmihn), ele passou a adotar o nome de Ho Chi Minh.

A resistência possibilitou que a independência da Indochina pudesse ser declarada, estabelecendo Bao Dai como imperador. Ho Chi Minh, em conjunto com o Vietminh, assumiu o poder sobre a região temporariamente e, com a derrota do Japão, declarou a existência da República Democrática do Vietnã (RDV). Com o desarmamento japonês, as forças pró-coloniais britânicas aproveitaram a oportunidade para assumir o controle sobre o sul do território vietnamita, enquanto as forças chinesas se estabeleciam na região norte. Esse movimento cindiu o país em dois polos: O Vietnã Norte, controlado pelo PCI, que buscava se tornar uma república democrática; e o Vietnã Sul, que obedecia aos interesses europeus e condicionava o território novamente a um estado colonial.

Mesmo com essa cisão, a crescente popularidade de Ho Chi Minh possibilitou que ele se elegeisse em 1946. O resultado da união dos partidos políticos fez com que França precisasse negociar a existência da RDV como um estado livre dentro da Indochina Francesa, sob a condição de remanejar, no Norte, os 25 mil oficiais franceses até o ano de 1951 (WIEST, 2016). Temendo que outras colônias fossem perdidas pelo movimento de independência, a França retrocedeu nas negociações, o que desencadeou um estado de tensão e confrontos que culminaram na Primeira Guerra da Indochina, em meados de 1946.

Em quase uma década de confronto (1946-1954), foram estabelecidos fundamentos táticos dos Vietcongues (guerrilheiros) e do Exército do Vietnã do Norte, posteriormente aplicados na Guerra do Vietnã. Os primeiros anos do confronto foram marcados pelas ações de guerrilha. A estratégia de dominação territorial consistia em emboscadas nas áreas montanhosas e com mata, restringindo o abastecimento dos inimigos. Também foram desenvolvidos pontos de recuo estratégico, evitando confrontos diretos com as forças militares fortemente armadas — a não ser em casos de vantagem evidente. A partir de 1949, com a vitória comunista na Guerra Civil da China, a situação mudou: a China passa a ser uma aliada, reconhecendo o RDV formalmente como

uma unidade política e fornecendo armamento e treinamento para intensificar a tática ofensiva do Vietminh, sendo a principal fonte de abastecimento para as forças de resistência do Vietnã.

Em 1954, os intensos ataques de artilharia antiaérea do Vietminh tomaram os principais postos franceses. Com a perda de mais de 7.000 soldados mortos ou feridos, os franceses foram obrigados a se retirar do território completamente. Apesar de as perdas do estrategista comandante Nguyen Giap serem estimadas em 20.000 homens, foi declarada a vitória militar e política de Ho Chi Minh e RDV (WIEST, 2016). Em 20 de julho do mesmo ano, o Acordo de Genebra é estabelecido, dividindo formalmente o território em duas partes até que o país pudesse ser reunificado através de eleições democráticas nacionais e gerais. Assim, o território Norte foi designado ao comando dos partidos comunistas, dividido na altura do Paralelo 17 (WIEST, 2016) e com uma área desmilitarizada de 10, a fim de evitar violações do acordo; o território Sul, por sua vez, passou a ser apoiado pelos Estados Unidos. Enquanto isso, Laos e Camboja firmaram acordos independentes, exigindo que a França abdicasse de forma completa de suas reivindicações sobre o território.

Todavia, em vez de um período harmonioso, o Acordo de Genebra trouxe a lume a estrutura de interesses externos que incidiam sobre o Vietnã.

A conferência de Genebra encerrou a Primeira Guerra da Indochina, um conflito que custou aos franceses e aos seus aliados indochineses mais de 94 mil mortos e desaparecidos, enquanto os vietnamitas tinham sofrido cerca de 150 mil baixas. O resultado disso é que o poder colonial francês foi expulso da região por um inimigo cruel e inteligente, que lutou um tipo diferente de guerra daquele preferido pelos exércitos ocidentais. Entretanto, o acordo que encerrou a batalha não trouxe a paz. Em 1954, os Estados Unidos já estavam profundamente envolvidos nos assuntos do Sudeste Asiático, e essa exposição arrastaria o país para um envolvimento militar que espelhou a catástrofe francesa, embora em escala ainda maior. (WIEST, 2016, p. 21).

A partir do Acordo de Genebra, a esfera de interesses norte-americanos se altera: antes, o país agia de forma sutil em prol da independência vietnamita; agora, se associaria ao território Sul. O país justificou sua mudança de posicionamento com base no alinhamento ideológico que se estabilizava na Indochina, passando a ocupar uma posição de antagonismo direto em relação à possibilidade de o PCV ganhar as eleições democráticas, que seriam estabelecidas em 1956 para unificação do Vietnã, conforme o Acordo de Genebra. Porém, a intensificação da ação dos Estados Unidos sobre o território fez com que o acordo fosse descumprido.

A divisão territorial entre Vietnã Norte e Vietnã Sul, ainda durante a Primeira Guerra da Indochina, resultou no primeiro êxodo populacional em decorrência dos confrontos. Conforme a

tensão ideológica e os confrontos se intensificaram, houve o deslocamento interno da população que vivia no Norte para a região Sul. Apesar do êxodo interno, as forças partidárias da República Democrática do Vietnã tinham vantagem nas eleições do país, em virtude da maior densidade habitacional na região Norte. Mesmo com a cisão ideológica crescente, ambos os polos partidários se declararam como unidade legítima para o projeto de unificação do Vietnã.

Até o ano de 1945, os Estados Unidos ofereceram suporte financeiro e bélico a Ho Chi Minh (filiado ao PCV e à RDV), conforme o interesse do presidente Roosevelt (1882-1945), de que o Vietnã fosse uma república independente ao invés de uma colônia francesa. Após a morte Roosevelt, substituído por Harry S. Truman, o país começou a destinar recursos de suporte aos franceses. A motivação da mudança foi a política emergente da Guerra Fria (1947-1991), que fez com que Truman fosse aconselhado a manter sua aliança com a França. Além disso, a propaganda ideológica anticomunista se intensificou internamente nos Estados Unidos, conforme aumentavam as tentativas de evitar uma possível vitória do Partido Comunista nas eleições democráticas do Vietnã. O suporte financeiro norte-americano era direcionado à saúde e à educação, a fim de intensificar a força partidária do Vietnã Sul. Nisso, também se disseminou a informação de que o PCV não permitiria a instauração de um regime democrático caso ganhasse as eleições, fazendo com que o Acordo de Genebra fosse corrompido e reacendesse as lutas e os conflitos entre os dois polos distintos de poder.

A intervenção dos Estados Unidos iniciou com um plano de ação gradual, buscando uma dosagem nos recursos financeiros para manter o equilíbrio dos planos de ação nacional e, ao mesmo tempo, evitar o envolvimento direto das tropas chinesas no conflito. Porém, esse plano de ação gradual, em conjunto com a fraqueza do governo central do Vietnã Sul, intensificou a força das rebeliões internas locais (TUCKER, 1999).

Para não sofrer uma desestabilização narrativa interna e internacional, os Estados Unidos não puderam suspender o suporte ao partido do Vietnã Sul, pois uma derrota na guerra enfraqueceria a propaganda ocidental anticomunista. Com isso, os esforços midiáticos se intensificaram, mesmo que as fatalidades infligidas ao PCV não enfraquecessem nem desestabilizassem suas forças. O sucesso das batalhas passou a ser medido pela contabilização dos corpos e perdas, deixando margem para que abusos e barbáries ganhassem espaço nas regiões envolvidas.

O declínio das forças de guerra do Vietnã Sul é marcado pelo episódio conhecido como *Ofensiva do Tet*, em 1968. Até então, a vantagem da guerra estava ao lado do Vietnã Sul e dos Estados Unidos, exigindo que o Partido Comunista orquestrasse um ataque surpresa com toda a sua capacidade em busca de uma mudança de cenário. O ataque seria desferido pelas tropas Vietminh no Sul, no feriado de Páscoa. O incidente chegou a ser antecipado pela inteligência militar defensiva, além de os Estados Unidos possuírem armamento e números suficientes para resistir. Contudo, houve uma falha na inteligência de guerra que impediu que os oficiais previssem o exato momento e a força desse ataque, não acreditando que ele seria realmente executado em uma data sacra.

A *Ofensiva do Tet* iniciou um processo de desestabilização e fragmentação do projeto nacional financiado pelos Estados Unidos, que também acabaria sofrendo internamente pela fragilização de seu discurso em prol da guerra. O suporte militar dos Estados Unidos no Vietnã do Sul foi suspenso em 1973, ainda antes de a guerra ter seu fim declarado oficialmente, que ocorreria em 1975. A saída das tropas norte-americanas do território Sul facilitou que Saigão, um dos principais pontos da região, fosse tomada pelo PCV por intermédio de invasões pelas bordas de Camboja, ocasião em que não houve mais interferência norte-americana para defender o território. Essa guerra é avaliada como o maior investimento bélico dos Estados Unidos, e os efeitos de seu fracasso podem ser sentidos até hoje (TUCKER, 2011).

É importante ainda destacar que, apesar do interesse neocolonial sobre o Vietnã, o novo confronto que estava prestes a culminar na segunda metade do século XX (que estenderia a ação de exploração internacional sobre o território em questão) foi legitimado através de um viés ideológico. Assim, tanto a mudança de aliança dos Estados Unidos quanto as suas organizações táticas e decisões subsequentes geram controvérsias. Se, por um lado, a Guerra do Vietnã é reconhecida por ser o conflito bélico mais adaptado para o cinema norte-americano pela proporção de seu impacto econômico e social, ela também é, por outro, considerada pelos críticos e estudiosos como a menos compreendida pelo empreendimento de reescrita narrativa, uma vez que as adaptações cinematográficas norte-americanas buscavam elidir os impactos desastrosos do envolvimento do país na guerra (TUCKER, 2011). Com a distinção entre a ação real e a encenação posterior à ação militar no Vietnã, muitas vezes as narrativas divergentes despontaram denominando essa guerra, por parte dos vietnamitas, como *American War* (NGUYEN, 2016), uma

vez que o conflito anteriormente estabilizado foi reacendido com a mudança de interesse dos Estados Unidos sobre o território.

Com o fim do confronto, aproximadamente 130.000 refugiados do Vietnã do Sul buscaram asilo nos Estados Unidos (ADAMS, 2008). Em consequência, os diferentes agentes envolvidos no evento constroem as narrativas de rememoração da guerra de formas distintas. As experiências rememoradas pelos refugiados, alguns alcunhados como “*boat people*” (WIEST, 2005, p. 82), diferem da narrativa hegemônica nacional norte-americana. Conforme o objetivo narrativo em relação a esse evento, existe uma tentativa de apagar o fracasso e reconstruir o passado em tessituras que reforçam a bravura e a honra dos militares. Contudo, a presença dos sujeitos que foram desarraigados do Vietnã em um novo contexto faz com que a estabilidade da narrativa dominante norte-americana seja confrontada e enfraquecida (GOYAL, 2018). Em função disso, surgem outros meandros na formulação discursiva acerca do conflito, os quais resistem à construção dominante e não permitem que as ambiguidades desse discurso sejam esquecidas nem mesmo completamente invisibilizadas.

Por meio da ficcionalização, essas experiências são reconstruídas e ressignificam a narrativa do conflito, de forma que o passado e os sedimentos do trauma do evento ainda demonstram ter impacto sobre a comunidade desses sujeitos. Em *O Simpatizante*, as marcas da colonização francesa, do êxodo interno e da diáspora final se manifestam na revisão das memórias do narrador, mas não se restringem à experiência individual do personagem, uma vez que ele também dialoga com diversos espaços de socialização, multiplicando suas facetas conforme sua situação de interação. Os diversos posicionamentos do protagonista ecoam as experiências de trauma em diversos níveis, tanto nas esferas privada e pública como em nível individual e coletivo, uma vez que a agência dupla o situa tanto como opressor quanto como oprimido, conforme ilustra a seguinte passagem: “Sou um espião, um infiltrado, um agente secreto, um homem de duas caras. Talvez não cause surpresa também o fato de ser um homem de duas cabeças. [...] sou capaz de ver uma questão pelos dois lados” (NGUYEN, 2017a, p. 9).

4.2 INDÚSTRIA CINEMATOGRAFICA E FICCIONALIZAÇÃO NO CONTEXTO DIEGÉTICO

Com a finalidade de mitigar a fragilização do discurso nacionalista norte-americano no

romance, uma das principais chaves para estabilizar a narrativa desejada se demonstrou ser a propaganda e a produção midiática. De acordo com Brooke (2016), através do consumo global midiático, é possível moldar as expressões identitárias e ressignificar os acontecimentos a partir de uma determinada perspectiva sobre fatos históricos. Em outras palavras, dominar os meios de produção midiática e cultural é também uma forma de guiar os vieses de consumo discursivo e de representação, selecionando, assim, quais moldes identitários vão nortear os sujeitos.

No romance, o General é convidado a dar seu parecer e sua opinião sobre o roteiro de um filme que será produzido pela indústria hollywoodiana, que se apresenta, portanto, como uma possibilidade de narrar os acontecidos históricos da guerra a partir dessa produção cinematográfica. Buscando representar o que vivenciaram de forma fiel, o General seleciona o protagonista para revisar o roteiro de um filme que traria como tema a Guerra do Vietnã e seria dirigido pelo personagem norte-americano Cineasta. Para dar credibilidade à sua construção cinematográfica, *The Hamlet*, o Cineasta necessitava de detalhes específicos sobre o Vietnã e acaba recorrendo ao General, tanto por sua credibilidade decorrente de experiência de guerra quanto por sua posição hierárquica privilegiada na comunidade de refugiados. Essa parece ser, ao General, uma excelente oportunidade de gerenciar a representação de sua imagem, e ele aceita a proposta. O protagonista, então, é incumbido da tarefa de revisar e supervisionar o filme, ficando responsável por contratar vietnamitas para o filme. O General anuncia sua preocupação com a representação a partir da seguinte fala:

Como era aquela frase de Marx?, disse o General, coçando o queixo [...] “Eles não podem representar a si próprios; precisam ser representados.” Não é isso que está acontecendo aqui? Marx se refere aos camponeses, mas pode muito bem estar se referindo à gente. Não podemos nos representar. Hollywood nos representa. Assim, devemos fazer o possível para ter certeza de estar bem representados (NGUYEN, 2017a, p. 151).

A citação de Marx feita pelo General acaba por ter uma carga dupla: a utilização da fala do filósofo em outro contexto e o reposicionamento do si dentro desse conjunto de significação. A intenção do General em ter alguém de sua confiança para realizar a tarefa seria assegurar que a representação vietnamita seria efetuada de forma adequada, enquanto a intenção do Cineasta em conhecer mais detalhes sobre as operações militares não visa à construção de uma narrativa perfeitamente transparente — apesar do interesse por detalhes que tornem sua recriação verossímil. De outra forma, o General acredita estar no centro da construção narrativa a ser representada e, apesar de reconhecer a importância de ter um *outro* na reprodução cinematográfica, não entende

que seu papel — conforme a citação de Marx que utiliza — continuaria sendo o de uma classe menos abastada nessa dinâmica de trocas.

Além disso, a escolha de o General atribuir uma tarefa de alta responsabilidade ao protagonista se demonstra importante, tanto pela condição étnica quanto por sua posição como militar no exército¹⁵. Essas duas características centrais do protagonista — que muitas vezes o condicionam à ambiguidade pelo olhar de seus pares — indicam a tendência de buscar diálogo com a sociedade norte-americana, tendo como porta-voz alguém sempre considerado “entre os dois mundos — ocidental e asiático”. É uma tentativa de utilizar essa ambiguidade a seu favor para que a construção imagética da comunidade, feita pelo outro, estivesse em consonância com a construção que a própria comunidade vietnamita teria de si. Para além do diálogo com o outro, a posição militar de confiança que o protagonista ocupa aos olhos do General permite que este tenha controle sobre quais ideais vietnamitas teriam destaque. Dessa forma, asseguraria a circulação de uma imagem digna de sua comunidade na sociedade norte-americana, além da produção de símbolos para legitimar a narrativa identitária de seu interesse na própria comunidade vietnamita, que se dividia internamente com diferentes opiniões sobre o desfecho da guerra.

Contudo, o protagonista percebe a dificuldade em dialogar com o Cineasta sobre a representação de sua comunidade no filme. Aos olhos do Cineasta, ele não é mais que um efeito colateral da guerra, que precisa ser suprimido conforme a narrativa que deseja recriar com seu universo ficcional. A perspectiva da comunidade vietnamita traz problemas para a imagem heroica do norte-americano que o Cineasta busca representar, sendo necessário minimizar o máximo possível a chance de haver ruídos em sua obra, *The Hamlet*, que aspira uma representação superior das qualidades do si. Em outras palavras, a fim de apagar a narrativa que relembra as falhas norte-americanas, o Cineasta eleva os ideais heroicos do grupo hegemônico, delegando um espaço menor às vozes vietnamitas: “Dava pra perceber que a filmagem ia produzir histórias sobre o pessoal de Hollywood que seriam passadas adiante por décadas, progressivamente aumentadas a cada geração. Quanto aos figurantes, o *boat people*, seriam esquecidos. Ninguém se lembrava de figurantes” (NGUYEN, 2017a, p. 162, grifos do original).

Assim, a lógica por trás da distribuição dos papéis no filme revela a estratégia de ênfase aos símbolos nessa ficcionalização. Como protagonistas desse conjunto imagético, estão personagens

¹⁵ Em determinados momentos no romance, o protagonista é chamado de capitão; contudo, esses momentos não têm grande ênfase para alcunhá-lo assim, como acontece com outros personagens cujos papéis sociais são utilizados como nome.

de descendência europeia, com caráter elevado e alta complexidade — atores norte-americanos representando mártires de sua pátria e executando feitos heroicos. Já os papéis secundários e/ou de antagonistas foram distribuídos aos atores norte-americanos descendentes de asiáticos e já estabelecidos na indústria cinematográfica do país, a fim de representar os “bons aliados vietnamitas”. Porém, atores norte-americanos de etnias diversas são tipificados e planificados, com sua agência e a complexidade de sua pluralidade reduzidas ou até mesmo apagadas.

Ao final desta lista, estão os sujeitos considerados vis, aqueles *não podem* adentrar as malhas sociais, pois a possibilidade de sua integração naquele espaço ameaçaria a liberdade e oportunidade de os *bons cidadãos* organizados logicamente na sociedade. Esses personagens são representados pelos refugiados vietnamitas contratados, sujeitos não estabilizados nas malhas sociais do espaço nacional norte-americano, sendo delegados à figuração em cenas de batalhas ou de personificação da barbárie da guerra, rostos anônimos e sem fala para ilustrar o *inimigo a ser combatido*.

Dessa forma, o Cineasta reproduz de forma subjetiva os símbolos transnacionais que circulam em seu país, uma vez que seu objetivo é o entretenimento e a satisfação da classe hegemônica dos Estados Unidos. O protagonista reflete sobre essa redução de sua agência e sobre o apagamento da complexidade da representação desse grupo da seguinte forma:

O que Violet estava me dizendo é que não sabíamos interpretar a nós mesmos; devemos ser representados, no caso, por outros asiáticos. [...] o herdeiro de uma venerável família de atores filipinos, [...] o Homem Comum asiático, um ator de tevê cujo rosto a maioria das pessoas conhecia mas de cujo nome não se lembravam. Eles diziam: Ah, aquele chinês do seriado policial ou Aquele japonês que faz o jardineiro daquela comédia ou Esse é o oriental, como é mesmo o nome. [...] a despeito dos inúmeros papéis na tevê, porém, mais provavelmente permaneceria na memória por um comercial muito popular anunciando uma marca de detergente. (NGUYEN, 2017a, p. 165).

Em adição ao obscurecimento e à redução da agência do Vietnã na guerra, a seleção dos atores no filme também reproduz os espaços designados aos demais norte-americanos que se distinguem da comunidade hegemônica. O romance traz evidências de uma sociedade norte-americana com sujeitos oriundos de fluxos migratórios em abundância; no entanto, ao criar um novo nível diegético, que possibilita que o Cineasta organize a representação de uma sociedade norte-americana idealizada, denuncia a forma como a diferença é administrada dentro do território nacional. O Cineasta é, assim, um dos personagens representantes do seletivo grupo que tem agência sobre os símbolos e as identidades legitimados na representação ficcional, delegando, a partir de sua perspectiva, *quem são e como agem* os tipos de sujeito que compõem as malhas sociais desse

espaço.

The Hamlet tem uma estrutura perpassada pelos interesses da hegemonia de seu contexto, refletindo também as aspirações morais e ideológicas desse grupo dominante. A explicação de Violet, em contraste com a observação de Claude — mentor de espionagem do protagonista e o amigo mais próximo do General — revela os perigos de ser representado pelo outro:

A história, a humanidade, a religião e esta guerra dizem para nós exatamente o contrário. [...] Os americanos são um povo confuso, porque não conseguem admitir essa contradição. Sabe como os americanos lidam com isso? Fingem que são os eternos inocentes, não importa quantas vezes tenham perdido sua inocência. O problema é que aqueles que insistem na própria inocência acreditam que tudo que fazem é justo. Pelo menos nós que acreditamos em nossa culpa, sabemos das coisas sinistras que podemos fazer. (NGUYEN, 2017a, p. 198).

O filme *The Hamlet* reforça moldes identitários norteadores e fornece os crivos de sentido para seus consumidores, obscurecendo as falhas sociais e discursivas ao reescrever a ficcionalização dos eventos históricos a partir de sua perspectiva. Da mesma maneira, a alteridade do outro é utilizada para reforçar a imagem positiva do si, selecionando os sujeitos e comportamentos considerados legítimos em espaço diegético. Indiretamente, através do entretenimento, a ficcionalização de “quem somos” e de “como agimos” é disseminada, contrastando com o esforço empreendido na animalização de hábitos e expressões culturais de seus antagonistas.

Como consequência, o espaço público recebe cargas imagéticas que indicam quem deve ser incluído e quem deve ser excluído desse espaço segundo os interesses dominantes. Por essa razão, a explicação de Violet ao protagonista aponta que sujeitos como ele *não devem* ter agência sobre a construção das imagens representadas através da ficcionalização cinematográfica, pois teceriam diferentes perspectivas narrativas a partir de crivos simbólicos que desestabilizam os interesses dominantes.

Hollywood não se limitava a fazer monstros de filme de terror, ela era seu próprio monstro de filme de terror, esmagando-me sob seu pé. Eu fracassara e o Cineasta faria *The Hamlet* do jeito que queria, com meus conterrâneos servindo apenas de matéria-prima para um épico sobre homens brancos salvando os amarelos bons dos amarelos maus. Eu tinha pena dos franceses por sua ingenuidade em acreditar que precisavam visitar um país a fim de explorá-lo. Hollywood era bem mais eficiente, imaginando os países que queria explorar. Fiquei enfurecido diante da imaginação e maquinação do Cineasta. A arrogância dele assinalava algo novo no mundo, pois essa era a primeira guerra em que os derrotados escreveriam a história, não os vitoriosos, cortesia da máquina de propaganda mais eficaz jamais criada. (NGUYEN, 2017a, p. 140).

As vias de circulação pública e de propaganda, a exemplo do cinema, são descritas pelo narrador como uma das principais formas de legitimação narrativa. Aqui, a possibilidade de imaginar o si através de uma lente que permita enfatizar uma determinada perspectiva histórica elide a possibilidade de questionar as imperfeições e os defeitos desses discursos. A construção de uma história finalizada, fechada, como na representação ficcional de *The Hamlet*, facilita a construção imaginativa do si a partir de uma reconstrução narrativa palatável para a sua plateia, colocando holofotes sobre os acontecimentos que devem ser consumidos e sobre como são representados, enquanto as informações que geram desconforto são delegadas aos bastidores dessa composição.

Nesse caso, a máquina de propaganda à qual o narrador se refere reimagina a narrativa do passado a partir de uma perspectiva que apaga da história as transgressões cometidas pelos protagonistas em cena. A recriação de um filme que traz como centro a figura de um herói branco que salva as minorias ofusca as marcas de violência causadas pelas intervenções nos espaços invadidos. Essa encenação apaga da história os símbolos e os crivos de sentido que se opõem à estabilização dessa narrativa, evitando deixar indícios e oportunidades para questionar os símbolos desse espaço.

De acordo com a crítica de Nguyen (2018), na maior parte do tempo, indivíduos classificados como *outros* dentro de um espaço social são invisíveis, ignorados pelos agentes da classe hegemônica — a não ser que sejam considerados uma ameaça ao espaço social. Quando percebidos, esses indivíduos normalmente são descritos a partir de uma perspectiva agressiva, de sujeitos que se inserem no espaço da nação para difamar a cultura e os valores locais. Essa asserção é espelhada pela vilanização dos refugiados no filme do Cineasta. Às demais expressões identitárias, que manifestam pluralidade e sinalizam a presença de fluxos transnacionais constantes que modificam o espaço hegemônico, restam as representações tipificadas e estereotipadas, feitas sob um olhar grotesco ou jocoso. Assim, a descrição de *Hollywood* como *seu próprio monstro* descreve a perversidade com que os discursos e os potenciais simbólicos são distribuídos e legitimados através das representações simbólicas administradas pelos filmes:

Não possuir os meios de produção pode levar à morte prematura, mas não possuir os meios de representação também é um tipo de morte. Pois, se formos representados por outros, será que eles não podem, um dia, pegar a mangueira e lavar nossas mortes do piso laminado? (NGUYEN, 2017a, p. 200).

Estar à margem da malha nacional não significa apenas menos possibilidade de ascender socialmente, deter recursos econômicos e circular de forma livre pelos espaços, pois a distância e a falta de representação invisibilizam e silenciam os projetos identitários que não se vinculam à corrente hegemônica. Conforme o protagonista, não ser capaz de legitimar e estabilizar uma narrativa do si é também não poder se lançar a um projeto de futuro.

A impossibilidade de essa comunidade de refugiados deter poder sobre a representação do si em *The Hamlet* significa que esse grupo continua sendo percebido a partir de estereótipos que circulam no espaço social e pode, em breve, ter suas experiências traumáticas silenciadas e esquecidas: “Eles eram os donos dos meios de produção e, desse modo, donos dos meios de representação, e o máximo a que poderíamos aspirar era entrar na conversa antes de nossas mortes anônimas” (NGUYEN, 2017a, p. 186). De forma mais agravante, através da produção de *The Hamlet*, seus potenciais simbólicos seriam redistribuídos para outros contextos transnacionais.

Quanto mais eu trabalhava no Filme, mais me convencia de que não era apenas um consultor técnico em um projeto artístico, mas um infiltrado num trabalho de propaganda. Um homem como o Cineasta teria negado, vendo seu filme puramente como Arte, mas quem estava tapeando quem? Filmes eram um modo americano de amaciar o resto do mundo, Hollywood incessantemente atacando as defesas mentais do público com o sucesso, o sucesso estrondoso, o espetáculo, o *blockbuster* e, sim, até mesmo o fracasso de bilheteria. Não fazia diferença qual história o público assistisse. A questão era que era a história americana a que assistiam e adoravam, até o dia em que eles próprios fossem bombardeados pelos aviões que tinham visto nos filmes americanos. (NGUYEN, 2017a, p. 179).

O protagonista, aqui, pensa que sua tentativa de impactar no filme seria uma forma de se infiltrar na produção dos crivos de sentido despertados pelo filme. Contudo, verifica-se, posteriormente, que ele não consegue efetuar mudanças significativas, mas apenas em detalhes não relacionados com a construção narrativa do filme. Mesmo frustrado, personagens ainda menos privilegiados consideraram o empenho do personagem como grande conquista: “A gente queria agradecer, Capitão, por todo o trabalho que você teve durante essa filmagem. Você fez um trabalho fantástico cuidando da gente, conseguindo pagamento extra, discutindo com o Diretor” (NGUYEN, 2017a, 192).

O parágrafo também alerta para outro aspecto significativo da ficcionalização cinematográfica: a exportação dessas imagens para outros espaços. Com a produção e a repercussão de *The Hamlet*, a ficcionalização histórica a partir da perspectiva norte-americana não se isola nem fica restrita ao seu contexto de produção nacional, pois o impacto da indústria cinematográfica possibilita que essas narrativas sejam exportadas e consumidas de forma global. Isto é, a produção

artística, consumida como entretenimento, oferece aos países distantes do confronto uma narrativa pacificadora, legitimando a perspectiva norte-americana sobre sua participação na guerra.

A distância entre o espectador e o impacto da guerra permite que essas imagens sejam consumidas de forma passiva, sem uma intencionalidade crítica e de questionamento. O narrador também considera que essa estratégia de exportação discursiva só é percebida e contestada pelos menos afortunados no confronto. Com isso, a produção cinematográfica da ficcionalização histórica surge como uma estratégia de estabilizar narrativas a partir de um fluxo transnacional, conferido pelo poder neoimperialista exercido pelos Estados Unidos enquanto potência cultural. Dessa forma, a indústria *Hollywoodiana* descrita pelo protagonista passa a ser um dos principais agentes de distribuição dos potenciais de sentido ao emprestar suas lentes ao espectador, o qual entenderá as construções identitárias e a interpretação dos eventos históricos a partir de sua óptica de espetáculo.

4.3 TENTATIVAS DE ESTABILIZAÇÃO MEMORIAL

Considerando a indústria cinematográfica como uma das estratégias para propagar uma perspectiva narrativa, é importante pensar em outros vetores de estabilização narrativa e identitária. Dito isso, os crivos de sentido também surgem e podem ser estabilizados na esfera pública por outros meios, a exemplo da memória comunitária, que, muitas vezes, traz em seu bojo sedimentos imagéticos e memoriais que perpetuam potencialidades de sentido que contrastam com a perspectiva hegemônica.

Danielle C. M. Pereira descreve a produção literária como “um *lugar de memória* [em que a ficcionalização de eventos históricos serve] como um suporte no qual múltiplos aspectos e imagens relativas às modulações variadas da memória podem ser selecionados e reelaborados através da palavra literária” (MENDES, 2014, p. 349, grifos do original). Assim, o romance aqui analisado reproduz o diálogo entre a experiência individual e a memória comunitária a partir de mais de um vetor intertextual.

Considerando o romance de Nguyen em seu contexto extradiegético, sua produção se inscreve como uma ficcionalização que resiste às construções hegemônicas e às representações historicamente hegemônicas, ao passo que a narrativa diegética traz consigo vozes e sedimentos da memória de um protagonista que fala por uma comunidade. No percurso narrativo do protagonista,

vozes e experiências diversas são incorporadas pela constante mobilidade desse personagem: em sua produção confessional, fala como agente duplo e, conforme se vê sob a condição de refugiado e não mais sob a influência das estruturas de poder e violência anteriormente descritas, descreve sua experiência a partir de uma perspectiva plural: “Eu era esse homem de duas mentes, eu e eu mesmo. Havíamos passado por tanta coisa, eu e eu. Todo mundo que conhecemos quisera nos separar um do outro, queriam que escolhêssemos uma coisa ou outra” (NGUYEN, 2017a, p. 377). A peculiaridade na alteração do modo narrativo indica uma integração do personagem em dois níveis: a) o subjetivo, cujas identificações e facetas diversas são pacificadas de forma interna, enfatizando a coexistência mútua de suas características consideradas ambíguas; e b) uma encenação de uma narrativa pessoal ampliada para uma narrativa comunitária.

Em outras palavras, as memórias individuais do narrador se abrem e sua experiência individual é expandida, passando também a acomodar observações e descrições sobre seu local de fala, fornecendo experiências que são compartilhadas por toda uma comunidade. Ao passo que a rememoração ocorre de maneira direta em nível individual, a memória coletiva depende da negociação de cargas simbólicas que servirão como crivos de sentido. A relação dialógica direta entre o nível pessoal e o plural é suspensa quando lacunas de sentido precisam ser preenchidas para a formação de uma narrativa comunitária. Candau (2011) observa as negociações anamnéticas da seguinte forma: “as memórias individuais se [abrem] umas às outras visando um mesmo objetivo, que [é] o poder” (CANDAU, 2011, p. 47). O poder ao qual Candau se refere é a inscrição de uma narrativa que será legada à matriz externa de rememoração.

No romance, a presença da comunidade vietnamita no espaço norte-americano é um indicador que, por si só, confronta constantemente a narrativa hegemônica dos eventos históricos. Contudo, é necessário que as memórias internas dessa comunidade sejam organizadas para fins de representação coletiva. Sendo assim, os “*lote[s]* de potencialidades” (RICOEUR, 2010, p. 126) precisam ser negociados de forma interna para que narrativas e projetos identitários possam ser legados e continuados. Sarah Macdowell (2008) organiza os níveis de memória no seguinte esquema.

Aceitando que a tradição é o uso seletivo do passado como recurso para o presente (e futuro) [...], deve ser de pouca surpresa verificar que memória e comemoração são inexoravelmente conectadas ao processo de herança. [...] Existem [...] múltiplos tipos de memória: oficial; não oficial; pública; privada; coletiva; comum; local; nacional; social; histórica; emocional; memória póstuma; literal; e exemplar. Memórias são frequentemente pensadas em termos de escala: do indivíduo ou [da esfera] privada, que

pode envolver experiências pessoais como perda e sofrimento [...]; da local ou comum, que volta a atenção a eventos-chave ou experiências que ocorreram dentro de pequenos grupos; a memória social, que descreve narrativas do passado simpáticas a uma população vasta e vagamente interconectada. Ainda na mesma escala, estão a memória pública e a memória nacional. [...] Memória pública emerge de uma intersecção das expressões culturais oficiais e vernaculares [...], sendo uma reflexão da relação política e social da atualidade [e] um processo fluído que não é apenas negociado oficialmente ou por grupos nacionais, mas também pela mídia, academia, instituições tradicionais e organizações da comunidade local. [...] Memória nacional, enquanto isso, é frequentemente pensada em conjunto com a memória oficial que, na maior parte das sociedades, emana pelo Estado e suas instituições, frequentemente representando as necessidades hegemônicas e os valores do público geral. (MACDOWELL, 2008, p. 40)¹⁶.

A perpetuação das narrativas são estabelecidas conforme os símbolos estabilizadores de sentido são reforçados na esfera comunitária, permitindo que as representações desses símbolos sejam posteriormente transmitidas a projetos futuros e continuem proporcionando elos de sentido narrativo. No romance, a fragmentação interna da comunidade de refugiados desestabiliza a formação e o estabelecimento desses símbolos.

“Correm inúmeros rumores sobre essa Fraternidade e qual é o seu verdadeiro propósito. [...] A derrubada do regime comunista é claramente seu objetivo, mas até onde ela está disposta a ir? Embora a Fraternidade peça doações para ajudar os refugiados, esses fundos talvez estejam indo para um Movimento de refugiados armados na Tailândia. Os rumores são de que a Fraternidade investiu em determinados negócios de cujos lucros ela tira proveito. O aspecto mais decepcionante de Fraternidade é a falsa esperança que dissemina entre nossos conterrâneos de que podemos um dia tomar nosso país de volta à força. Melhor faríamos se buscássemos uma conciliação pacífica, na esperança de que um dia nós no exílio possamos regressar para reconstruir o país” [...] Jornalistas são problemáticos se são independentes. (NGUYEN, 2017a, p. 236).

Na passagem, o General reproduz o discurso jornalístico da mídia local, uma notícia que descreve como os militares vietnamitas vêm sendo concebidos por essa comunidade. A leitura do General e seu comentário a respeito dos jornalistas demonstra o distanciamento entre diferentes instâncias dessa comunidade. A preocupação principal do General está vinculada ao temor em

¹⁶ No original: “Accepting that heritage is the selective use of the past as a resource for the present (and future) [...] it should be little surprise to find that memory and commemoration are inexorably connected to the heritage process. [...] There are [...] multiple types of memory: official; unofficial; public; private; collective; communal; local; national; societal; historical; emotional; postmemory; literal; and exemplary. Memories are often thought of in terms of scale: from the individual or private which may involve personal experiences such as loss or suffering [...]; the local or communal, which draws on key events or experiences that have occurred within close-knit groups; to societal memory which describes narratives of the past that are sympathetic to a broader, loosely interconnected population. Also on that same scale is public and national memory. [...] Public memory emerges from the intersection of official and vernacular cultural expressions [...] it is a reflection of present political and social relationships [and it is] a fluid process that is not only negotiated by official or nation groups but also by the media, academics, heritage institutions and local community organizations. [...] National memory, meanwhile, is frequently thought of in conjunction with official memory that, in most societies, emanates from the state and its intuitions, often representing the hegemonic needs and values of the general publics” (MACDOWELL, 2008, p. 40)

relação a constante repetição e reprodução de perspectivas que deslegitimam seu empreendimento de esforços para retomar o território vietnamita. Uma coluna de Sonny questiona, de forma pública, a administração dos recursos e a postura do General, enfraquecendo a legitimidade e a viabilidade da formação de uma coalizão de resistência para dar seguimento à guerra.

Em contraste com os confrontos bélicos que eram travados pelas forças armadas no Vietnã em busca de um governo democrático, o confronto pelo projeto de identificação dessa comunidade acontece através da esfera discursiva e midiática. Assim, a necessidade de deter controle sobre as informações que circulam no espaço da comunidade faz com que o General assumira um posicionamento autoritário.

A visibilidade de diferentes formas de administrar o si em um novo contexto social gera novas formas de diferenciação. Nesse sentido, uma das possibilidades de distinção acontece pela internalização de uma imagem identitária pautada na imaginação de novos limites. De outra forma, os personagens passam a adquirir novas fronteiras de separação do si e do outro fundamentadas nas imagens que circulam no novo espaço social e, com isso, aplicam as novas concepções de diferenciação adquiridas pelo contato com a perspectiva hegemônica (PALUMBO-LIU, 1994). A cisão interna tem sua gênese pela diferente maneira com que os indivíduos da comunidade transpõem suas memórias do passado para as malhas de sentido do presente, gerando diferentes projetos de futuro.

O controle das informações também é apresentado pelo posicionamento do narrador sobre a liberdade de imprensa, ainda enquanto está a serviço do exército e do General: “Liberdade de imprensa em excesso é prejudicial à democracia, declarei. Embora eu não discordasse disso, meu personagem, o bom capitão, concordava, e como ator desempenhando esse papel eu tinha de apoiar o homem” (NGUYEN, 2017a, p. 143). A democracia à qual o narrador se refere diz respeito ao projeto nacional desejado pelo General e outros detentores de poder da comunidade vietnamita. Além de o projeto democrático servir à determinada ordem, esse posicionamento evidencia a demanda por obediência e submissão à identidade nacional — não apenas fidelidade.

Assim como a divisão geográfica do Vietnã, a comunidade de refugiados nos Estados Unidos ainda ecoa as cisões sociais internas e questionamentos sobre a ordem nacional proposta. A condição identitária conflituosa se perpetua, não permitindo que a comunidade estabeleça uma identidade homogênea, o que é percebido pelo posicionamento do protagonista.

Estava como sempre dividido, embora fosse minha culpa apenas em parte. Embora tivesse escolhido viver duas vidas e ser um homem de duas mentes, era difícil não fazê-lo, considerando como as pessoas sempre me chamaram de bastardo. O próprio país era amaldiçoado, abastardado, cindido entre norte e sul, e se podia ser dito a nosso respeito que optamos pela divisão e morte em nossa guerra nada civil, isso era verdadeiro só em parte. Não havíamos escolhido ser aviltados pelos franceses, divididos por eles numa trindade profana de norte, centro e sul, ser entregues de bandeja para as grandes potências do capitalismo e do comunismo para uma posterior bissecção, depois ganhar papéis como os exércitos em choque de uma partida de xadrez da Guerra Fria disputada em salas com ar-condicionado por homens brancos usando ternos e contando mentiras. Não, assim como minha geração maltratada era dividida antes do nascimento, eu também fui dividido no nascimento, parido em um mundo pós-parto onde dificilmente alguém me aceitava pelo que eu era, mas apenas me forçava com truculência a optar entre meus dois lados. Isso não era simplesmente difícil de fazer — não, na verdade era impossível, pois como eu poderia me escolher em detrimento de mim mesmo? (NGUYEN, 2017a, p. 362-363).

A influência das grandes potências sobre o território vietnamita, assim como a exploração colonial e os conflitos, desestabilizaram a tessitura identitária interna do sujeito vietnamita. O posicionamento duplo, dividido, torna-se uma consequência da incapacidade de estabilização de uma narrativa unificada e norteadora para os sujeitos que se encontram sob o signo dessa identidade nacional. Dessa forma, os conflitos antes já existentes pela incapacidade de estabilizar internamente uma narrativa com que os sujeitos pudessem se identificar, perpetua-se nas pequenas comunidades reformuladas no país de exílio.

A posição dominante de Man na situação em que o protagonista é capturado pelos vietnamitas revela ao narrador a estratégia empreendida para coesão identitária: “você estaria melhor se enxergasse as coisas por um lado só. A única cura por ser um bastardo é escolher um lado” (NGUYEN, 2017a, p. 318). De forma contraditória à sua própria condição na narrativa, Man afirma que o sofrimento do protagonista poderia ser evitado caso fosse possível apagar sua alteridade e se inserir integralmente em um projeto identitário. Essa afirmação revela, subjetivamente, ao considerar a construção do narrador e de Man, que planificar e homogeneizar o si conforme os moldes norteadores não é possível, uma vez que esses moldes são formados a partir de simplificações identitárias, ao passo que os sujeitos são perpassados por mais de um vetor de subjetividade ao mesmo tempo. Em uma escala maior, isso também ocorre em nível comunitário e nacional: caracterizar o país pelo espectro dualista (capitalista-comunista) se torna uma estratégia de simplificação da subjetividade, que facilita às matrizes de dominação a continuidade de sua influência nesse espaço.

A redução das possibilidades de escolha e a exigência pelo posicionamento são parte de um processo normativo. A partir desse espectro, qualquer indivíduo que não se posicione nos

moldes estabelecidos que são oferecidos não é reconhecido como integrante legítimo dessa comunidade. Ainda assim, é importante ressaltar que esse movimento é uma estratégia de estabilização e detenção do poder sobre a esfera pública. A formação de grupos e ramificações com divergências internas na comunidade revela a dificuldade de estabilização das narrativas que são identitárias, norteadoras e homogêneas.

5 FORMAÇÃO DA IDENTIDADE NACIONAL

Após a queda de Saigon, o narrador é obrigado a acompanhar Bon, o seu amigo juramentado, na evacuação das tropas do Vietnã Sul para os Estados Unidos, como forma de convencê-lo da necessidade de assentar sua família em um lugar seguro. Esse amigo é tão caro ao narrador que ele o considera um irmão de sangue, considerando o pacto irmandade que fizeram ao servir juntos no exército. Entretanto, a evacuação da unidade da qual faziam parte demorou, ocasionando a morte da esposa e do filho de Bon. Mesmo assim, o protagonista e seu irmão juramentado se estabelecem como refugiados no novo espaço nacional. Após chegarem ao país de assentamento, os Estados Unidos, os personagens são organizados e estabelecidos conforme o conjunto de políticas públicas daquele lugar. Os refugiados são divididos e espalhados por diversas cidades e comunidades da sociedade norte-americana, dificultando a formação de uma comunidade de indivíduos que partilhem vínculos. Sem um espaço geográfico para chamarem de “seu” e dispersos em diferentes espaços, o sentimento de fragmentação identitária dos refugiados se intensifica.

A partir desse panorama, este capítulo analisa como os personagens confrontados com a perda de um dos principais vetores de pertencimento, a identidade nacional, se inserem e se organizam nesse novo contexto. O primeiro tópico identifica como são reestruturadas e costuradas as tessituras da narrativa de pertencimento nacional. O segundo discute como os mecanismos de inclusão e exclusão se manifestam e definem as fronteiras que os personagens demarcados pela alteridade enfrentam, lançando um olhar para as etiquetas classificatórias utilizadas nesse espaço. Finalizando o fluxo de análise em nível nacional, o terceiro tópico analisa de que forma a língua é utilizada nas dinâmicas de socialização, levando em consideração a maneira como o idioma é empregado e as nuances discursivas que se manifestam. Como um todo, o objetivo deste capítulo é investigar como a identidade nacional, pressuposta como uma estrutura fechada e estável, pode ter diferentes potenciais de sentido para os sujeitos que se inscrevem sob seu signo no romance.

5.1 COORDENADAS DE IDENTIFICAÇÃO NACIONAL

Pressuposta como uma matriz estável de produção de sentido e estabilização do si, a identidade nacional nem sempre é capaz de oferecer elos de coesão narrativa para sujeitos que são

confrontados pela falta de pertencimento a uma nação — como os refugiados do romance. Sebastian Brooke (2016) descreve a nacionalidade como um processo que necessita de constante revisão para estabilizar sua matriz de sentidos, o que, na maioria das vezes, ocorre de forma automática e inconsciente, sendo legado às demais gerações. Para sujeitos deslocados de seu país de origem, essa matriz deixa de ser capaz de suprir elos de coesão e estabilização narrativa, fazendo com que seja necessário empreender esforço para situar o si a partir de um vetor de pertencimento nacional. Se na revisão inconsciente a inscrição da significação ocorre modo sutil para as novas gerações, os casos em que há empreendimento consciente de esforços para formular o sentido farão com que as novas gerações também sejam impactadas (em maior ou menor nível) pela memória legada.

Dessa forma, as expressões sobre o pertencer e o significado identitário começam a ser pluralizados. Em uma entrevista amplamente difundida sobre a identidade, Zygmunt Bauman parte de sua experiência de privação e deslocamento individual quando reflete sobre como a identidade nacional é imaginada, destacando que a ideia de “‘possuir uma identidade’ não irá ocorrer às pessoas enquanto ‘pertencer’ for o seu destino, uma condição sem alternativa” (BAUMAN, 2004, p. 11-12, tradução da autora¹⁷). Em outras palavras, as macroestruturas identitárias são pressupostas como uma questão inerente aos sujeitos de uma determinada sociedade, até que eles tenham seu pertencimento negado e necessitem revisar seus vetores de sentido.

Em *O Simpatizante*, quando o protagonista se reencontra com Man no final da narrativa, o diálogo de seu amigo revela o quão intenso foi o impacto de perder seus crivos de estabilização identitária: “Então, lembra o que aprendemos no liceu, nas palavras de Phan Boy Chau? ‘Para o ser humano, o maior sofrimento vem de perder seu país.’ Quando este ser humano perdeu seu rosto, sua pele e sua família, este ser humano imaginou você, meu amigo” (NGUYEN, 2017a, p. 340). Na ocasião, Man é reconhecido pelo protagonista como o Comissário responsável por seu aprisionamento e tortura. Man assume a posição de Comissário do Partido Comunista após a “queda de Saigon” (NGUYEN, 2017a, p. 64), quando foi atingido por bombas Napalm que deixaram seu corpo e seu rosto desfigurados. Man associa sua falta de rosto e a impossibilidade de se sentir íntegro em seu grupo familiar com o deslocamento do protagonista. Nessa comparação, Man equivale o seu sofrimento físico à falta de uma averiguação de sentido identitário que,

¹⁷ No original: “having an identity will not occur to people as long as ‘belonging’ remains their fate, a condition with no alternative” (BAUMAN, 2004, p. 11-12)

constantemente, perpassa o protagonista.

Dentre os elementos que fornecem significado para a imaginação da identidade nacional, destacam-se as estruturas que situam os sujeitos numa malha nacional comum, fornecem moldes de identificação e auxiliam na administração do si: as relações sociais, culturais e linguísticas. Segundo Benedict Anderson, a identidade nacional deve ser coletivamente estabilizada, pois, antes de tudo, precisa ser “*imaginada* como uma comunidade porque, independentemente da desigualdade e da exploração efetivas [...], a nação sempre é concebida como uma profunda camaradagem horizontal” (ANDERSON, 2020, p. 34, ênfase da autora). Isso permitiria que seus integrantes tivessem uma unificação igualitária de pertencimento sem que precisassem conhecer todos os membros, o que ocorreria através de uma formulação narrativa em que eles se inserem e se situam. Essa concepção de horizontalidade é parcialmente contestada por Bhabha (2000), o qual argumenta que sujeitos oriundos de fluxos migratórios não são contemplados nessa extensão, uma vez que os símbolos estabilizadores de sentido não lhes garantem, necessariamente, a possibilidade de pertencimento ao novo espaço de assentamento.

No romance analisado, é possível verificar a importância dos espaços de socialização e eventos para a comunidade refugiada, pois fornecem uma possibilidade de administrarem a sua identificação.

Alguns de vocês devem ter ouvido falar que os americanos são um povo que gosta de sonhar. É verdade, e embora alguns digam que a América é um estado de bem-estar social, na verdade é um estado de sonho. Aqui podemos sonhar com qualquer coisa, não é, senhoras e senhores? [...] Meu sonho americano é ver uma vez mais, antes de morrer, a terra onde nasci, sentir o gosto mais uma vez dos caquis da árvore no jardim da minha família em Tay Ninh. Meu Sonho Americano é voltar para casa e poder acender um incenso no túmulo dos meus avós, passear por nosso belo país quando enfim estiver em paz e o som dos canhões não puder ser ouvido acima dos gritos de alegria. Meu Sonho Americano é caminhar da cidade até a aldeia para cultivar os campos e ver rapazes e garotas que nunca ouviram falar da guerra rindo e brincando, de Da Nang a Da Lat, de Ca Mau a Chau Doc, de Sa Dec a Song Cau, de Bien Hoa a Ban Me Thout... [...] Esse é meu Sonho Americano, disse o Poeta, e seja qual for a roupa que eu vista, ou a comida que eu coma, ou a língua que eu fale, meu coração não mudará. [...] Embora não possamos estar em casa de verdade, podemos regressar em *Fantasia*. (NGUYEN, 2017a, p. 242).

A percepção e a construção narrativa são enunciadas por um personagem denominado Poeta e acontecem durante um evento dessa comunidade vietnamita para demarcar um ano desde que foram para os Estados Unidos. O discurso poético enunciado pelo personagem evidencia a condição de constante reformulação da identidade nacional, que, nesse caso, passa a perceber o si a partir das novas experiências de socialização. Aqui, símbolos que remetem ao passado e ao antigo

arraigamento — a saber, costumes familiares, comida e espaços físicos — são trazidos de forma nostálgica. A ruptura gerada pela impossibilidade de acessarem esse passado é preenchida por uma nova percepção: a perspectiva de estar na América, construindo para si uma possibilidade de reinventar o que considera “o sonho americano”.

A nacionalidade passa, então, a ser ressignificada a partir de uma perspectiva transnacional, em que as fronteiras do pertencer se expandem para além do espaço geográfico anteriormente habitado. As experiências do presente contextualizam o pertencimento nacional da comunidade de forma que os símbolos revisados no passado permitam um sentimento de união dessa comunidade, traçando “pontes entre ‘utopias’ [que] indicam o vestígio de uma função do imaginário e uma remanescência dos paraísos [...], a figura do presente do imaginário narra no positivo uma ausência” (CERTEAU, 1995, p. 44). Para isso, o poema descreve as mudanças de costumes e hábitos culturais — como a forma de vestir e a língua que utilizam para se inserirem nesse novo contexto — ressaltando a ideia de que a mobilidade dessa comunidade não é apenas física. Mesmo perpassado por mudanças, o símbolo fornecedor de sentido para a imaginação do si dessa comunidade continua a ser compartilhado pelos personagens, sendo evocado pelas memórias compartilhadas que precedem os impactos da guerra.

A forma como a nacionalidade é revisitada a partir do discurso poético e da rememoração do passado não ignora as transformações e as refigurações do si, do mesmo modo que não deixa elidir as fragmentações traumáticas da guerra e da diáspora na forma de imaginar essa identidade. Ao contrário disso, a representação onírica estabelece esse evento como a cisão entre o presente que vivem e a impossibilidade de restaurar o passado, intensificando o sentimento de união dessa comunidade. Brooke (2016) define a construção criativa como uma estratégia de unificação, sendo um método intencional de legitimação da narrativa comunitária de um determinado grupo.

Assim, a produção criativa como viés de legitimação do discurso nacional obedece aos interesses de determinados sujeitos, os detentores de poder de uma esfera social. De acordo com a intencionalidade, a formulação da retórica discursiva do presente utiliza sedimentos específicos do passado, filtrando as imagens que serão utilizadas para a representação do coletivo desse projeto identitário. Em conjunto, surgem as modalidades de agrupamento e de distinção:

Amanhã nos encontraremos entre estranhos, marujos relutantes de quem um relutante manifesto pode ser escrito. Entre nós haverá bebês e crianças, bem como adultos e pais, mas nada de velhos, pois nenhum deles ousa fazer a viagem. Entre nós haverá homens e mulheres, bem como os magros e esbeltos, mas nenhum entre nós será gordo, a nação inteira tendo feito uma dieta forçada. Entre nós haverá os de pele clara, pele escura e todos

os tons entre uma coisa e outra, alguns falando refinados sotaques e outros com sotaque rude. [...] Coletivamente seremos chamados de *boat people*, nome que escutamos uma vez mais um pouco mais cedo esta noite, quando ouvimos em segredo a Voz da América no rádio do navegador. Agora passaremos a ser incluídos entre esses *boat people*, o nome deles nos incomoda. Cheira a complacência antropológica, evocando algum ramo esquecido da família humana, alguma tribo perdida entre anfíbios emergindo da bruma oceânica, cobertos de algas marinhas. Mas não somos primitivos, e não precisamos de compaixão. Se e quando chegarmos em um porto seguro, dificilmente constituirá surpresa se nós por nossa vez, dermos as costas para os indesejados, a natureza humana sendo o que já sabemos. [...] Não tardará a vermos o alvorecer escarlate naquele horizonte onde o oriente é sempre vermelho, mas por hora a visão que temos de nossa janela é um beco escuro, o pavimento estéril, as cortinas fechadas. (NGUYEN, 2017a, p. 382-383).

Apesar do discurso nacionalista ter por objetivo unificar diferentes sujeitos em uma mesma malha narrativa de acordo com os moldes de pertencimento que serão estabelecidos para os sujeitos de um grupo, também surge a diferença. Na passagem, o narrador reflete sobre o si no momento em que precisar deixar o Vietnã mais uma vez, agora de barco e sob a condição de refugiado. Como citado anteriormente, a mudança sintática na narração (emprego do plural para designação de si) remete a um estado de consciência coletiva, em que, sem precisar conhecer todos que o cercam, sabe que partilham de um mesmo objetivo comum: sair do espaço social que lhes nega uma possibilidade de perdurar no futuro.

A passagem é marcada pela escuridão, tanto da noite quanto da incerteza do que irão encontrar ao final daquela viagem, enquanto a única fonte de informações e perspectiva para além da escuridão que os cerca parece vir em segredo pela estação de rádio que ouvem, que lhes fornece informações sobre o local aonde almejam chegar. A forma como são descritos pelas notícias da rádio, *boat people*, antecipa o espaço social que lhes será relegado, uma vez que não estão inclusos nos moldes de pertencimento oferecidos por essa nação. Mesmo assim, conseguir se inserir nesse novo espaço é uma necessidade. Nisso, o protagonista tenciona que não desejam ser recebidos de forma inferior, e a projeção de se inserir no novo espaço é movida pelo desejo de autonomia e liberdade — promessa que, no romance, permeia os discursos de pertencimento da América para a qual estão indo.

A passagem também remete à forma como a distância física e temporal dos personagens afeta a maneira de imaginar a pátria. De maneira similar à construção criativa, essa construção narrativa utiliza o passado sob uma perspectiva nostálgica, suprimindo os sedimentos de memória com características negativas e substituindo-as por construções de afeto positivo, como a descrição da beleza do pôr do sol.

A natureza humana que o narrador descreve está relacionada aos processos de inclusão e

distinção social, os quais agrupam os sujeitos ou fragmentam comunidades internamente. Ao sinalizar a presença de diferenças entre os personagens que integram seu grupo, um processo de categorização dos sujeitos se estabelece a partir do uso das intersecções individuais. Assim, a prioridade de inclusão e exclusão é distribuída conforme o conjunto de identificações desses sujeitos. Esse processo está associado ao sentimento de prazer despertado pela possibilidade de pertencer a um determinado espaço social, que só se concretiza a partir do poder de negar o direito dessa inclusão a outros (BROOKE, 2016). No romance, a natureza descrita pelo narrador — deprender prazer do pertencimento a um espaço social — não é restrita ao nível comunitário, pois pode ser observada de maneira acentuada a partir da participação da esfera nacional e do acesso a ela, delegando menos espaço de agência e autonomia aos indivíduos compelidos às margens dessa configuração social.

O deslocamento dos personagens lança luz à problemática discutida por Homi K. Bhabha (2000) em *Nation and Narration*: o sentimento de pertencimento a uma comunidade não é uma construção simples nem de acesso igual a todos os integrantes do espaço social. Na narrativa de *O Simpatizante*, conforme os personagens se estabelecem em um novo contexto nacional, passam a revisar suas identidades a partir de seus percursos de socialização, agregando novas nuances a seus crivos de sentido. O pertencimento nacional também é construído a partir da relação dos personagens com o espaço social, processo que é descrito por Sonny quando conta como conheceu e se apaixonou por Sofia Mori, anteriormente parceira romântica do narrador:

[...] não seria ótimo se eu pudesse escrever um artigo sobre como uma japonesa enxerga a gente, vietnamitas? Japonesa americana, ela me corrigiu. Não japonesa. E vietnamitas americanos, não vietnamitas. Você tem que reivindicar a América, disse ela. A América não vai se entregar a você. Se não reivindicar a América, se a América não está no seu coração, a América vai jogar você em um campo de concentração, numa reserva ou numa fazenda colonial. E além disso, se você não reivindicou a América, para onde vai? [...] e eu não tenho nenhum outro lugar para ir. Se eu tivesse filhos, eles também não iam ter nenhum outro lugar. Iam ser cidadãos. Este é o país deles. (NGUYEN, 2017a, p. 278-279).

Sofia, na ocasião descrita por Sonny, elucida a importância de reivindicar para si um espaço de fala no país. Ela reconstrói sedimentos da memória de imigração de seus predecessores e da Segunda Guerra para relatar dinâmicas de exclusão e silenciamento que atingiram a comunidade nipo-americana nos Estados Unidos. O emprego proposital do adjetivo “americano” mostra como Sofia gerencia seu pertencimento nacional de forma consciente, uma forma de resistir à tendência de estrangeirização em razão de suas características étnico-raciais. A ênfase conferida

por Sofia se configura como uma via de flexibilização dos limites do pertencimento conferidos pelas etiquetas identitárias. Usar a língua dessa maneira permite que ambos os personagens, Sonny e Sofia, se situem na mesma tessitura narrativa. A manutenção identitária de Sofia a partir da ressignificação concebe o caráter discursivo na constituição de sua identidade nacional.

Da mesma forma que a língua pode frisar e descrever a diferença, existe um empenho de Sofia para situar o si, através da apropriação do recurso linguístico, em um projeto comum com Sonny. Sofia Mori tece redes de solidariedade narrativa com Sonny (representante de outro grupo minoritário) para que seja possível incluir do si nas malhas nacionais de forma conjunta. Essa construção flexibiliza as barreiras do que é concebido como moldes normativos do imaginário da identidade nacional à qual pertencem. Sebastian Brooke comenta que a construção das identidades nacional e cultural, quando baseadas em tradições históricas, como ocorre no romance, são primariamente “ficcionalis e imaginárias, e conforme tais identidades individuais que se desenvolvem em tais construções narrativas ficcionais devem, portanto, também ser altamente imaginadas” (BROOKE, 2016, p. 14)¹⁸.

Conscientemente, Mori insere a caracterização de sua identidade nacional no espaço social norte-americano. Essa estratégia de ressignificação coloca na identidade imaginada não apenas características do espaço social em que se situa, mas dá um novo significado ao “pertencer americano”. Assim, o estado resultante que permite que os personagens pertençam a esse espaço é um ativo e constante esforço de resistência, exigindo a revisão dos moldes narrativos concebidos como tradicionais.

5.2 FRONTEIRAS DO PERTENCIMENTO

O espaço social do romance é composto por sujeitos oriundos de movimentos plurais de migração, dispondo de diferentes indivíduos no mesmo contexto de socialização. Ao revisitar o seu passado, o protagonista descreve diferentes vetores de mobilidade que complexificam sua experiência. A primeira experiência ocorreu na infância, quando, aos oito anos de idade, saiu do Vietnã Norte com sua mãe e foi para o Vietnã Sul. Anos depois, ele saiu do Vietnã e se estabeleceu temporariamente nos Estados Unidos como estudante intercambista, com o intuito de voltar para

¹⁸ No original: “[...] identities, specially cultural and national identities supposedly based on historical traditions, are fictive and imaginary, and as such individual identities developed upon such fictional narrative constructs must therefore also be highly imagined” (BROOKE, 2016, p. 14)

servir o Partido Comunista como espião no exército do Vietnã Sul. A terceira experiência de deslocamento aconteceu na evacuação norte-americana de Saigon. Posteriormente, o personagem foi novamente enviado ao Vietnã pelo General, de quem recebeu ordens diretas, não conseguindo se reintegrar ao país, mesmo revelando sua identidade como simpatizante da causa do Partido Comunista. Por fim, o protagonista necessitou buscar asilo como refugiado fora do Vietnã mais uma vez. Além dos fluxos migratórios do protagonista, suas características étnico-raciais também remontam aspectos dos fluxos transnacionais: filho de mãe vietnamita e pai francês. Mesmo sendo constantemente confrontado por outros personagens e tendo seu pertencimento questionado desde a infância, o narrador adota estratégias de administração da sua diferença, os quais permitem que transite em diferentes contextos sociais.

Pouco antes da tomada de Saigon, o General e o protagonista se encontram com Claude, agente da CIA que trabalhava no auxílio de refugiados, para uma reunião informal a respeito da evacuação da cidade. Constrangido, Claude explica que o máximo que conseguiria fazer pelo General, suas tropas e demais famílias seria um avião com um número limitado de vagas, impossibilitando uma fuga segura de mais parentes. Essa restrição fez com que o General questionasse a prioridade de quem tem direito a sair do país.

Todo mundo que trabalha com os americanos quer um visto para sair. Eles procuram sua embaixada para conseguir esses vistos. Vocês evacuaram as mulheres americanas. Evacuaram bebês e órfãos. Por que razão os únicos que não sabem que os americanos estão se mandando são os americanos? (NGUYEN, 2017a, p. 15).

No questionamento, o General declarou que ele e suas tropas são americanos, indagando o motivo de não estarem sendo contemplados com a mesma prioridade na evacuação, dada a aliança entre os dois países e a participação ativa dos Estados Unidos no conflito bélico. Contudo, a forma diferenciada com que a possibilidade de evacuação foi designada para as tropas norte-americanas e para os poucos vietnamitas que seriam selecionados para sair clandestinamente gerou o contraste entre quem eram os indivíduos com legitimação para serem considerados americanos.

No chegado dia de embarcar no avião, o protagonista foi confrontado com uma multidão de pessoas que também desejavam sair do país, dificultando seu acesso até a aeronave:

Aqueles vietnamitas que não deixavam outros vietnamitas passar abriram caminho para mim. Claro, eu empurrei, briguei e gritei e um monte deles empurrou, brigou e gritou de volta, e fui chegando cada vez mais perto, ainda que quanto mais perto eu chegasse, mais difícil ficava. [...] As pessoas na minha frente não conseguiam ver que eu era americano e ninguém virava para trás só porque eu dava um tapa no seu ombro, então eu agarrava pelo cabelo, ou puxava a orelha, ou segurava a gola da camisa para tirar a pessoa da frente.

Nunca tinha feito nada parecido na minha vida. Tive muito orgulho para gritar, no começo, mas não demorou para eu estar gritando também. Me deixa passar, sou americano, porra. (NGUYEN, 2017a, p. 91-92).

Apesar da relutância do protagonista, ele precisou se impor com violência para atravessar a multidão desesperada. Nisso, uma das estratégias que usadas para conquistar prioridade sobre os outros cidadãos está na inclusão do si sob o signo de “americano”, indicando seu privilégio sobre os demais por fazer parte desse grupo. Sua estratégia, nessa ocasião, se legitima a partir de três vieses: sua patente no exército, a língua falada e a semiótica de seu corpo.

Para que um indivíduo possa se incluir na narrativa de uma identidade nacional, precisa que seu pertencimento seja legitimado. Para isso, é necessário acessar ambas as dimensões da integração — estrutural e afetiva (LACROIX, 2010) — e alcançar as esferas econômica, social e cultural (LACROIX, 2010). Como mencionado por Sofia Mori anteriormente, para integrar a comunidade rotulada como “americana”, é necessário, além dos direitos civis, um ativo posicionamento de identificação por parte do sujeito. Contudo, a distribuição assimétrica de recursos do espaço econômico e social é obstruída ou dificultada por aspectos da esfera afetiva, em que os mecanismos de diferenciação não permitem o contato direto entre personagens de diferentes núcleos étnico-culturais. Na passagem apresentada, a distribuição assimétrica de recursos é evidenciada pela diferença estabelecida para a evacuação dos soldados norte-americanos e dos aliados vietnamitas, como o General, suas tropas e demais famílias, que, apesar de se intitularem “americanos”, não dispõem do mesmo número de aviões e lugares.

É quando o protagonista, já está estabelecido nos Estados Unidos, é convidado para revisar o roteiro do filme que busca retratar a guerra do Vietnã, *The Hamlet*. Em contato com Violet, secretária do Cineasta que dirige o filme, sua atividade no roteiro e seu espaço de fala é delimitado e estabelecido pela maneira que os personagens envolvidos no projeto interagem com o protagonista:

Eu podia ser apenas meio asiático, mas na América, quando se tratava de raça, era oito a oitenta. Ou você era branco ou não era. Por mais estranho que pareça, nunca me senti inferior devido à minha raça em meus tempos de estudante estrangeiro. Eu era estrangeiro por definição e, portanto, tratado como hóspede. Mas agora, ainda que eu fosse um americano de papel passado com carteira de motorista, Seguro Social e residência permanente, Violet continuava me considerando um estrangeiro, e essa identificação equivocada feria a pele macia de minha autoconfiança. (NGUYEN, 2017a, p. 134).

Na narrativa, a forma de tratamento dirigida ao protagonista varia conforme sua situação de moradia nos Estados Unidos. A medida de "oito a oitenta" que o narrador menciona diz respeito

a uma das formas de pensar a representação da identidade norte-americana. O modelo citado segue uma linha de argumentação política associada ao discurso conservador, em que moldes étnico-culturais são utilizados de forma restritiva para pensar o pertencimento nacional.

Apesar de não ser a única fonte para a imaginação desses moldes, como demonstra a pesquisa de Deborah J. Schildkraut (2007), ainda é um modelo que, indiretamente, exerce sua influência na forma como a cidadania é pensada nesse espaço de socialização. Esse projeto descreve formação de etiquetas classificatórias norte-americanas a partir da imaginação de fronteiras rígidas, em que a identidade se pauta a partir de uma figuração de “brancos [...] protestantes falantes de inglês de ancestralidade norte-europeia” (SMITH, 1997 apud SCHILDKRAUT, 2007, p. 599)¹⁹. O percurso do protagonista em *O Simpatizante* encena os efeitos de um período de resistência política pendular nos Estados Unidos, uma vez que, ao perder a guerra do Vietnã, o país necessita reconstruir e estabilizar os símbolos de unificação patriota e conservadora que se fragilizam (ANDERSON, 2005). A resistência pendular na sociedade norte-americana foi conceituada por Gary Anderson (2005) como um movimento de identificação nacional que coloca em destaque dois projetos de identidade: o conservador e o liberal. Na obra aqui analisada, o discurso hegemônico que percorre as malhas do imaginário da nação é guiado pelos pressupostos conservadores.

Quando o protagonista morou nos Estados Unidos como estudante intercambista, suas individualidades étnico-raciais não despertavam distinção, uma vez que sua condição de residência era temporária. No entanto, em uma situação de permanência, mesmo que legalizada por documentos que comprovem seus direitos civis, ele continua sendo tratado como estrangeiro, limitando seu pertencimento. Nesse segundo momento, portanto, a distinção feita a partir de características étnico-raciais revela algumas das dinâmicas de exclusão utilizadas na esfera nacional desse espaço de socialização, delegando os indivíduos que se diferem da narrativa homogeneizante às margens dessa configuração nacional.

Deborah J. Schildkraut descreve a tendência de estrangeirização de minorias no espaço nacional, em que o pertencimento norte-americano é deslegitimado pelo discurso daqueles que se inscrevem no grupo hegemônico:

[...] para muitas pessoas que genuinamente rejeitam essas exclusões, o etnoculturalismo ainda opera além de sua percepção. Todos nós já ouvimos histórias, por exemplo, de

¹⁹ No original: “In its extreme, ethnoculturalism maintains that Americans are white, English-speaking Protestants of northern European ancestry (Smith 1997)” (SCHILDKRAUT, 2007, p. 599).

asiático-americanos sendo questionados sobre sua origem mesmo depois de insistir que eles são americanos. O historiador nascido americano, Ronald Takaki (1999), escreve sobre um desses encontros, em que dizem a ele que seu inglês é “excelente” e lhe perguntam por quanto tempo esteve na América. Ele nota que pessoas de todas as origens, até mesmo colegas acadêmicos, perguntam para ele quando ele veio para os Estados Unidos, mostrando que eles não o veem como americano. (SCHILDKRAUT, 2007, p. 599)²⁰.

A autora utiliza o caso particular de um historiador norte-americano para exemplificar como ocorre a deslegitimação dos grupos étnicos minoritários no espaço de socialização nacional. Mesmo que tenha Ronald Takaki nascido nos Estados Unidos, pelo fato de apresentar características étnicas asiáticas, é tratado como estrangeiro — até mesmo por colegas acadêmicos. Em situação similar, em *O Simpatizante*, a personagem Sofia Mori também é tratada como estrangeira, mesmo tendo nascido nos Estados Unidos e nunca ter vivido fora dele. A estrangeirização também se direciona aos personagens que não se enquadram de forma íntegra ao molde “asiático”, como é o caso do protagonista, que, com base em suas características fisionômicas, descreve-se como eurasiático.

Craig Calhoun (1997) comenta as transformações na concepção de etnicidade: mesmo sendo um dos elementos que conecta as pessoas, é apenas um dos elementos de reconhecimento para os agrupamentos. Essa modalidade contribui muito para a formação de uma consciência de solidariedade, mas conceber a identidade apenas a partir desse fator restringe a participação democrática de indivíduos que fazem parte de grupos étnicos minoritários. O autor descreve que as formações nacionais dos Estados Unidos, por seu histórico de migrações e pelo passado de nativos americanos, seguem um padrão que se baseia em se reconstruir a partir de imagens do passado. Contudo, ressalta que essas construções discursivas não são uma forma de inserir todos os sujeitos na mesma malha narrativa, uma vez que obedecem aos interesses dos indivíduos que detêm poder na administração das narrativas sociais (CALHOUN, 1997).

No romance, a forma de administração dos agrupamentos ou da exclusão está na atribuição de etiquetas que contribuem para a estrangeirização. Essa forma de administrar a diferença e afastar os sujeitos ocorre constantemente com o protagonista, sendo enfatizada pela reflexão que faz enquanto está preso ao voltar para o Vietnã:

²⁰ No original: “[...] for many people who genuinely reject such exclusions, ethnoculturalism still operates beyond their awareness. We have all heard stories, for example, of Asian Americans being asked about where they are from even after insisting they are American. American-born historian Ronald Takaki (1999) writes of one such encounter, when he is told his English is “excellent” and is asked how long he has been in America. He notes that people of all backgrounds, even fellow academics, ask him when he came to United States, showing they do not see him as American” (SCHILDKRAUT, 2007, p. 599).

Mesmo hoje em dia, o guarda com cara de bebê que vem dar uma conferida em mim todo dia me chama de bastardo quando está a fim. [...]. Confesso que ainda me dói. Quem sabe, para variar, ele pudesse me xingar de mestiço ou vira-lata, como alguns fizeram no passado? E que tal *métis*, que é como os franceses me chamavam, quando não diziam eurasiático? Esta última podia me render um certo verniz romântico entre os americanos, mas me era de muito pouca valia entre os franceses. Eu continuava a vê-los de tempos em tempos em Saigon, nostálgicos colonos que insistiam obstinadamente em permanecer no país mesmo após o término de seu império. [...] Dirigiam-se aos criados nativos com arrogância de novos-ricos e, quando eu me aproximava, me mediam com o olhar desconfiado de guardas de fronteira verificando passaportes.

Mas não fui eu que intentei o eurasiático. O crédito cabe aos ingleses na Índia, que também acharam impossível não dar uma mordida no chocolate. Como aqueles saxões de capacete de safári, as Forças Expedicionárias Americanas no Pacífico não puderam resistir às tentações locais. Também eles se saíram com uma palavra-valise para descrever minha espécie, o amerasiático. Embora incorreta quando aplicada a mim, dificilmente poderia culpar os americanos por me confundir com um dos seus, já que uma pequena nação poderia ser fundada com a progênie tropical dos GIS americanos [Government Issue, “fornecido pelo governo”] (NGUYEN, 2017a, p. 28, grifo do original).

Na passagem, o personagem reflete sobre como são empregadas as etiquetas de diferenciação nos diferentes contextos nacionais. O narrador chama a atenção para a presença e as reminiscências da colonização em diferentes contextos, tendo como principal foco sua socialização no Vietnã. Mesmo após o período colonial com influência direta da França no território vietnamita, os sujeitos estabelecidos no país permanecem influenciando no espaço e nas dinâmicas de socialização. Além da perpetuação do pensamento colonizador sobre os povos nativos, os sujeitos nascidos de relacionamentos interculturais são relegados a uma nova margem, como o Carcereiro vietnamita demonstra com sua atitude perante o protagonista. Chantal Lacroix descreve que “determinadas comunidades étnicas podem ser concebidas como melhor integradas que outras, o que, por sua vez, parece levar a ‘hierarquias’ de comunidades integradas e os indivíduos nelas” (LACROIX, 2010, p. 15). Nessa esteira, a herança da colonização pode ser percebida pela maneira que as relações se estabelecem no espaço: o sujeito *européu* detentor do controle da administração de recursos e socialização; os povos nativos como uma classe intermediária que responde ao sujeito colonizador; por fim, as margens, destinadas aos nascidos das relações interculturais. No caso do romance, essa hierarquização dificulta o pertencimento em seu espaço nacional de origem.

O protagonista descreve que, em contexto americano, é confundido através de outras perspectivas, manifestando-se também outras expressões de distinção nos contextos internacionais. Como descrito pela fala do narrador, as incursões colonizadoras em diferentes espaços deixam seus vestígios em diferentes escalas transnacionais. A estabilização da diferença entre o si e o outro nas dinâmicas de administração desses espaços garante que os grupos dominantes tenham um espaço privilegiado sobre os demais. A deslegitimação das identificações transnacionais surge como

estratégia para manutenção das dinâmicas de poder sobre as esferas sociais e econômicas do país. Em outras palavras, a fim de manter a ambiguidade sob controle, surge a necessidade de nomear os sujeitos demarcados pelos fluxos transnacionais. Essa nomenclatura, quando organizada por grupos dominantes, reestabelece a hegemonia na tessitura nacional e é reproduzida em diferentes escalas, repercutindo o processo de estrangeirização de sujeitos perpassados pelas características de fluxos transnacionais.

Em outro momento do romance, agora no contexto norte-americano, a mesma ambiguidade das etiquetas perpassa a fala do personagem que emprega o narrador e Sofia Mori:

Separar o oriental físico é tão impossível quanto separar o ocidental físico. A mesma coisa com os componentes psicológicos. Mas, se você está deslocado hoje, no futuro vai ser o tipo médio! Veja meu filho amerasiático. [...] Nascido neste solo ele poderia até ser presidente! Há mais pessoas como você e ele do que provavelmente pode imaginar, mas a maioria tem vergonha e procura desaparecer na paisagem da vida americana. Mas o número de *vocês* está aumentando e a democracia lhes dá a melhor oportunidade de encontrar sua voz. (NGUYEN, 2017a, p. 73, grifo da autora).

Na passagem, o chefe do departamento enuncia a diferença sob uma perspectiva pós-étnica; porém, esse discurso também apresenta determinados níveis de ambivalência. Em sua introdução ao analisar *Identities Pressupostas* (tradução da autora), David Palumbo-Liu (2000) lança um olhar sobre as discussões identitárias que se desenvolvem no bojo norte-americano. O termo designa discussões que buscam pensar a identidade no contexto social, deixando de levar em consideração o impacto que as características étnicas têm na formação de sentido das relações sociais. Ainda em seu estudo, o autor adianta que não é possível pensar em uma sociedade pós-étnica enquanto a diversidade ainda desperta a distinção nas relações sociais (PALUMBO-LIU, 2000), demonstrando que etiquetas classificatórias exercem influência direta na organização da malha social norte-americana extradiegética.

Na obra, o discurso do chefe do departamento aponta para a possibilidade de pertencimento nacional desvinculado da distinção. Contudo, sua fala ainda desperta potenciais de exclusão na maneira como descreve o protagonista e utiliza seu filho como exemplo. Isto é, a sociedade imaginada que ele enuncia ainda se pauta numa lógica de diferenciação, quando enfatiza que não ocupa o mesmo espaço social que o filho nem mesmo o protagonista. A distinção se intensifica conforme o professor desenvolve sua fala, refletida pela maneira como afasta a representação do filho de si a partir da utilização de etiquetas e referindo-se aos sujeitos em questão como integrantes de um núcleo diferente do seu. Esse afastamento é sinalizado na escolha

pronominal do professor, a saber, a segunda pessoa do plural, “vocês”. Assim, o discurso de uma malha nacional pós-étnica não contempla a maneira como as dinâmicas de distribuição do espaço são gerenciadas na realidade diegética.

A descrição do professor é indiferente aos meios de socialização que moldam os aspectos culturais do sujeito na malha nacional, assim como a identificação pessoal de pertencimento de cada indivíduo. Aqui, mesmo uma criança nascida nos Estados Unidos e de pai branco não é integralmente compreendida sob a etiqueta “americana”, conforme sinalizam os moldes utilizados pelo próprio pai para descrevê-lo. A crença do chefe do departamento na construção de uma sociedade pós-étnica ofusca a possibilidade de reconhecer o próprio discurso de distinção que traz em sua fala e na relação com sujeitos de diferentes grupos étnicos.

Os processos de estrangeirização e as estruturas de diferenciação se demonstram arraigados também nos discursos acadêmicos. Como parte da massa hegemônica, norte-americano branco, o professor, inconscientemente, reproduz as dinâmicas de exclusão sobre outras representações identitárias desse contexto. Esse processo arraigado no ambiente acadêmico também é evidenciado pela condição do professor: chefe do departamento especializado em *Orientalismo*. Sumit Chakrabarti (2012) discorre sobre as teorias de Homi Bhabha e Edward Said que discutem a formação do discurso nacionalista e a cristalização das construções identitárias. Edward W. Said, autor de *Orientalismo*, é uma influência nos estudos culturais — inclusive para Homi Bhabha — assim como parece ser uma influência para o chefe do departamento no romance. Porém, o chefe do departamento falha em reconhecer a legitimidade das demais expressões identitárias norte-americanas que não se inscrevem nos moldes norteadores em destaque, por ficar restrito a uma expressão binária — uma cisão imaginada entre *Oriente* e *Ocidente* (CHAKRABARTI, 2012). Consequentemente, reforça os discursos que imaginam o si a partir de uma visão intransigente. As dissidências são reforçadas pelo professor em exercícios que frisam o contraste e forçam a oposição, de forma que não permitem a formação de novos elos de sentido entre as lacunas emergentes.

Essa concepção do chefe do departamento é imposta ao protagonista em atividades delegadas a ele, como a listagem das características que compõem o narrador, que devem ser divididas em duas colunas: “oriente” e “ocidente”. Enquanto isso, a abordagem de Bhabha (2015) dá menos ênfase ao espaço originário dos sujeitos, mostrando que a representação se dá pelas ambivalências do sujeito, construções híbridas que resultam em formações heterogêneas. Nessa

esteira, as ambiguidades individuais não necessariamente acarretam uma constante condição de conflito interno, demonstrando que os conflitos que colocam a ambiguidade em pauta se manifestam de forma externa sobre o sujeito.

5.3 INTENCIONALIDADE DA LÍNGUA

Como desvelado anteriormente, tanto o posicionamento do si na construção discursiva quanto a maneira de caracterizar o outro revelam as estruturas de diferenciação e a maneira como são gerenciadas as referências normativas. Na construção da identidade nacional, a língua passa a desempenhar um papel fundamental, tanto na construção dessas malhas discursivas quanto na identificação de um sujeito a partir do idioma.

Além disso, enquanto produto cultural, o idioma e a forma como é utilizado também possuem funcionalidade de identificação:

Típico comportamento de homem branco, disse a sra. Mori. Já perceberam como um branco pode aprender algumas palavras de uma língua asiática e a gente simplesmente abana o rabo? Se o cara pedir um copo d'água, a gente trata ele como Einstein. Sonny sorriu e anotou isso também. [...] Já percebeu que quando nós, asiáticos, falamos inglês, é bom que seja quase perfeito ou alguém vai tirar sarro do nosso sotaque? Não faz diferença o tempo que você está aqui, sra. Mori. Os brancos sempre vão achar que nós somos estrangeiros. Mas isso não tem outro lado?, falei, [...] se a gente fala inglês perfeito, os americanos confiam na gente. Fica mais fácil acharem que somos um deles. (NGUYEN, 2017a, p. 127).

Em um encontro envolvendo Sofia Mori, o protagonista e Sonny, os personagens revisitam suas interações com indivíduos do grupo hegemônico e a significância da utilização da língua nessas relações. A regulamentação do idioma sobre os indivíduos pertencentes a grupos minoritários tem o mesmo teor excludente da estrangeirização, agindo dessa vez a partir do preconceito linguístico. O inverso não ocorre, em virtude da posição privilegiada que o grupo hegemônico tem nessa dinâmica de interação.

O protagonista faz uma adição ao diálogo, sugerindo que há um terceiro espaço nas dinâmicas de utilização da língua — a apropriação do idioma e de seus mecanismos de construção discursiva. A partir da visão de Bhabha (2000), em que a nação é composta por *pessoas* que recriam as malhas do discurso, esse terceiro espaço passa a servir como gênese na formação de contranarrativas do pertencimento e estabilização das construções heterogêneas. O narrador, enquanto refugiado, faz parte de um dos movimentos de reformulação desse espaço nacional,

mesmo com a existência do discurso que tende a invisibilizar e deslegitimar seu pertencimento.

A principal estratégia do protagonista para se inserir nos espaços sociais acontece pela utilização da língua. De forma semelhante ao movimento de estabelecer fronteiras caracterizando e acentuando a alteridade, a língua pode ser utilizada para transgredir os limites dessas fronteiras. Dominar o inglês, no caso do narrador, fornece a ele acesso tanto à sociedade americana quanto a uma posição privilegiada quando está a serviço do exército:

Eu não era o oficial superior do Estado-Maior, mas, como ajudante de ordens e oficial mais fluente na cultura americana, comparecia a todas as reuniões do General com os americanos. Alguns conterrâneos meus falavam inglês tão bem quanto eu, embora a maioria com ligeiro sotaque. Mas quase nenhum deles era capaz de discutir, como eu, posições de basebol, a sublime Jane Fonda ou os méritos dos Rolling Stones versus Beatles. Se um americano fechasse os olhos para me ver falando, pensaria que eu era um dos seus. De fato, ao telefone, era tomado facilmente por americano. Quando encontrava o interlocutor cara a cara, ele ficava invariavelmente perplexo com minha aparência e quase sempre perguntava como aprendera a falar inglês tão bem. Nessa república das jacas que funcionava como franquia dos Estados Unidos, a expectativa dos americanos era que eu fosse como aqueles milhões que ou não falavam inglês ou falavam pidgin inglês ou inglês com sotaque. Eu me ressentia disso. Foi por esse motivo que sempre quis demonstrar, tanto na palavra falada como escrita, meu domínio da língua. Meu vocabulário era mais amplo, minha gramática muito mais precisa do que a média do americano instruído. Eu conseguia alcançar tanto as notas mais agudas como as mais graves. (NGUYEN, 2017a, p. 14-15).

A apreensão da língua não se dá apenas pela utilização do idioma. O protagonista demonstra que a possibilidade de acessar esses espaços acontece pelo conhecimento amplo que ele possui sobre a cultura e as nuances de pronúncia. Seu conhecimento sobre a língua está para além da pronúncia de palavras, pois também domina, de forma consciente, um estado de construção discursiva que lhe garante “parecer americano” em interações com outros sujeitos. Seu primeiro ressentimento em interações com outros falantes da língua inglesa ocorre pela pressuposição externa de que sua compreensão não seria perfeita. Essa pressuposição tem gênese em sua origem étnico-cultural. Mais adiante, quando o protagonista se estabelece nos Estados Unidos como refugiado, seu ressentimento se perpetua pelo fato de não ser reconhecido como cidadão e como isso ocorre.

A utilização da língua e dos costumes demonstra a identificação do protagonista com o espaço nacional norte-americano. Sua capacidade de se inserir nas malhas discursivas e se apropriar dessas formas de construção desestabilizam as etiquetas referenciais utilizadas para agrupar os sujeitos. Contudo, dispor desse conhecimento pode ser considerado uma ameaça pelas elites que exercem poder sobre esses espaços sociais.

Fiz um grande favor a você, fazendo o comandante mantê-lo trancado. Aos olhos dele, não existe subversivo mais perigoso, mas eu o convenci de que é mais interessante para a revolução curar você do que matá-lo. Você não escreve de um jeito que um homem como ele possa entender. Você alega ser um revolucionário, mas é traído por sua narrativa, ou melhor, você trai a si mesmo. [...] você insiste em escrever desse jeito, quando devia saber muito bem que tipos como o seu ameaçam os comandantes do mundo... (NGUYEN, 2017a, p. 336).

Quando volta para o Vietnã, em uma tentativa de impedir que Bon entre em uma missão suicida de combate, ambos são capturados e detidos pelo Partido Comunista. Nessa situação, o protagonista escreve sua confissão, admitindo ser um simpatizante da causa que agia como espião para o Partido Comunista. No romance, os simpatizantes dessa causa atuam em condição de anonimato, dificultando seu reconhecimento e a comprovação de sua afiliação — até mesmo entre eles mesmos.

Para a surpresa do narrador, o principal estrategista da causa no Vietnã é Man, que decide mantê-lo aprisionado por um ano inteiro na tentativa de evitar sua execução. Nem mesmo sua confissão detalhada é suficiente para ser considerado como um agente comunista, requisito para a conquista de sua liberdade. Essa incerteza constante se dá pela maneira como o protagonista descreve suas experiências e interações, ou seja, a forma como enuncia e narra. Os meandros de sua construção discursiva buscam a ambiguidade, a complexidade e a transgressão dos limites binários restritivos. A transgressão das fronteiras discursivas é vista como uma ameaça, pois traz à tona a fragilidade das narrativas totalizantes. Essa estratégia de apropriação do discurso para formular a narrativa condiciona o protagonista a um estado de ambiguidade perante os comandantes das batalhas ideológicas.

Contudo, o acesso a essa possibilidade não acontece de forma rápida nem pacífica, pois o estado de consciência que permite a apropriação desses recursos discursivos demanda conhecimento e identificação, possibilitando resistir aos moldes totalizantes. O encontro do protagonista com o Major Glutão demonstra uma tentativa de se integrar à sociedade norte-americana.

Esqueci de contar, Capitão, minha esposa engravidou no acampamento. Gêmeos! Acredita nisso? [...] Pelo menos eram cidadãos americanos, afirmou, mastigando sua fritura macia. Spinach e Broccoli. Esses são os nomes americanos deles. Para falar a verdade, a gente não tinha pensado em dar um nome americano para eles até a enfermeira perguntar. Eu entrei em pânico. Claro que eles precisavam de nomes americanos. A primeira coisa que me vem à cabeça é espinafre. Eu adorava aqueles desenhos do Popeye comendo espinafre e ficando superforte. Ninguém vai mexer com uma criança chamada Spinach. (NGUYEN, 2017a, p. 103).

A escolha dos nomes dos filhos de Major Glutão faz parte de uma busca por integração ao novo espaço. Ao utilizar palavras em inglês, ele empreende um esforço para que os filhos tenham características identitárias que os insira, de uma forma natural, no novo espaço em que a família está se assentando. Ter um nome que possa ser pronunciado com facilidade busca suprimir características de estranhamento pelos demais, construindo, assim, uma perspectiva do que imagina ser uma identidade mais “americana” através do nome.

Apesar do esforço do Major, seu desconhecimento sobre as dinâmicas culturais do país e da língua faz com que sua escolha tenha um efeito contrário. A escolha dos nomes passa pela mediação cultural do Major e suas experiências de socialização na infância: o desenho Popeye auxiliou na formação de símbolos alegóricos que ele acreditava simbolizar virtudes norte-americanas, como o espinafre. Já a escolha do outro nome, por não ter um quadro de referência específico, parte de uma tentativa de o personagem combinar a nomenclatura dos filhos. Também é importante perceber que a necessidade de nomear os filhos conforme o espaço nacional que habitam teve intervenção de um agente externo: a enfermeira. Nisso, apesar da busca por participar desse projeto nacional, é necessário se apropriar das nuances discursivas que constroem os símbolos que circulam nesse espaço.

Em contraste com o protagonista — que através de seus estudos sempre teve contato com dinâmicas discursivas norte-americanas —, o Major Glutão é um personagem que se insere de forma ingênua nessa configuração. Sua motivação de apreensão da língua é desvinculada das práticas culturais, acontecendo primeiramente pela necessidade de se projetar imediatamente. Mesmo sem se apropriar das estruturas simbólicas, sua participação nesse espaço de socialização indica uma perspectiva de mudança em seu núcleo familiar, concebendo e caracterizando seus filhos como cidadãos desse espaço. Assim, ele imagina que a melhor forma de integrar e inserir seus filhos no país seja com a possibilidade de nomeá-los conforme o que acredita ser uma construção americanizada.

Homi K. Bhabha (2000) discorre sobre a produção de sentido dentro dos limites da nacionalidade, argumentando que as mudanças ocorrem pela constante transgressão das narrativas totalizantes que tendem a ser consideradas identidades monolíticas.

A fronteira que demarca a individualidade da nação interrompe o tempo de autoformação da nacionalidade com um espaço de representação que ameaça a divisão binária com suas diferenças. O *eu/si* da Nação barrado, alienado de sua autoformação eterna, torna-se uma forma liminar de representação social, um espaço que é *internamente* marcado pela

diferença cultural e histórias heterogêneas de pessoas em disputa, autoridades antagônicas e locais culturais tensionados (BHABHA, 2000, p. 299)²¹.

A construção nacional, apesar de ser constantemente representada como monolítica e estável a partir do nascimento, demonstra receber grande influência discursiva em seu processo de revisão e formação de sentido. Essa influência discursiva que posiciona o si nas malhas de reconhecimento e identificação, apesar de muitas vezes ser imaginada pelos personagens a partir de uma perspectiva de passado, demonstra se modificar diretamente na condição do presente diegético. Os espaços de socialização da malha nacional refletem essas mudanças, uma vez que os moldes de identidade normativos são enfraquecidos pela participação e pela resistência de sujeitos oriundos e descendentes de fluxos migratórios.

A apreensão de hábitos e de formações discursivas passa a ser crucial para a transformação e a modificação da identidade nacional imaginada, conforme os sujeitos se posicionam de forma ativa no processo de identificação. Contudo, a agência dos personagens sobre sua identidade nacional nem sempre é possível, pois eles enfrentam uma resistência imposta pelos moldes hegemônicos, que perpassam o espaço que os circunda. Muitas vezes, isso ocorre porque tais moldes os relegam às margens das esferas do pertencimento nacional, tornando-os menos privilegiados na distribuição de recursos sociais e econômicos. Por fim, as etiquetas de estrangeirização aplicadas aos sujeitos oriundos de fluxos transnacionais, compele-os a uma condição de pertencimento subnacional perante a estabilidade de grupos hegemônicos.

²¹ No original: “The boundary that marks the nation’s selfhood interrupts the self-generating time of national production with a space of representation that threatens binary division with its difference. The barred Nation It/Self, alienated from its eternal self-generation, becomes a liminal form of social representation, a space that is internally marked by cultural difference and the heterogeneous histories of contending peoples, antagonistic authorities, and tense cultural locations” (BHABHA, 2000, p. 299).

6 ADMINISTRAÇÃO ÉTNICO-CULTURAL

Da mesma maneira que ocorrem práticas de distinção a partir de etiquetas nacionais, dentro do espaço da nação existem formas de administrar a diferença, considerando que a malha nacional não é uma estrutura homogênea. Conforme os hábitos e as práticas diárias, as formatações étnico-culturais favorecem a formação de grupos comunitários que, por sua vez, administram essas práticas e os símbolos culturais que circulam em seu espaço.

Neste capítulo, são discutidas algumas das estratégias de agrupamento empreendidas pelos personagens de *O Simpatizante* para fins de pertencimento e estabilização narrativa. Na primeira parte, as dinâmicas de agrupamento e socialização são analisadas a partir das confluências transnacionais, que permitem que a comunidade vietnamita refugiada do romance se estabeleça no novo contexto social e gerencie suas práticas culturais a partir desse novo espaço. Depois, lança-se um olhar sobre a socialização interna dos personagens dentro de seu grupo, considerando a transgressão de determinadas fronteiras de identificação que vão surgindo. Por fim, a terceira parte evidencia como as práticas simbólicas são gerenciadas dentro dessas comunidades.

Aqui, o olhar de análise toma um viés mais detalhista sobre os grupos que compõem as macroestruturas identitárias. De forma geral, este capítulo tem como objetivo elucidar como os personagens administram suas práticas culturais e a alteridade étnico-cultural em diferentes vetores de socialização, além de pensar as práticas de adaptação e como os sujeitos depreendem sentido desses vetores de pertencimento. Em outras palavras, busca-se entender as características maleáveis da identificação étnico-cultural, conforme ela ainda se estabelece como um dos grandes moldes narrativos de pertencimento.

6.1 FORMAÇÃO DE NÚCLEOS COMUNITÁRIOS

A cultura e as práticas culturais servem como uma das forças que geram sentido de pertencimento para os sujeitos que compartilham um mesmo espaço. A cultura está diretamente associada à nacionalidade; contudo, apesar de grupos hegemônicos terem maior visibilidade e representatividade dentro do espaço nacional, essa identidade não é constituída por uma monocultura. Os diversos grupos sociais que participam da narrativa nacional possuem tanto práticas culturais que se entrecortam quanto práticas culturais outras que divergem. Pertencer a um

núcleo comunitário é, como Kwame Anthony Appiah argumenta, uma forma de dar sentido à identidade de um sujeito, uma força norteadora:

A segunda coisa importante que identidades compartilham: elas importam para as pessoas. E elas importam, primeiro, porque ter uma identidade dá a você um sentido de como você se encaixa no mundo social. Toda identidade torna isso possível, isso é, para você falar como um “eu” entre alguns “nós”: pertencer a um “nós”. Mas um outro aspecto crucial do que as identidades oferecem é que elas dão a você motivos para fazer coisas [ou não fazer outras coisas]. (APPIAH, 2018, p. 9)²².

A identificação com um grupo permite que os sujeitos depreendam o sentido de práticas diárias, como determinados hábitos alimentares ou até mesmo práticas religiosas. Em seu trabalho, Appiah (2018) menciona que essas filiações identitárias formam rótulos (ou etiquetas) que facilitam a identificação do si com um grupo. No romance, o protagonista menciona que os refugiados vietnamitas foram distribuídos de forma aleatória no território nacional de asilo, dificultando a formação de grandes comunidades e a organização dessas estruturas. Essa distribuição social dificulta a manutenção de costumes e práticas, tanto em nível de encenação social quanto no acesso aos recursos materiais, como especiarias culinárias.

Dessa forma, nem sempre os recursos para reproduzir práticas culturais do lugar de origem são acessíveis, impondo aos personagens uma busca por sucedâneos que sirvam de complemento às práticas diárias e mantenham os sentidos norteadores despertados por elas. Uma das adaptações está associada ao gerenciamento dos hábitos culinários, como ilustra a passagem a seguir:

Fazíamos o melhor possível para obter gêneros culinários de nossa cultura, mas, como dependíamos dos mercados chineses, nossa comida era um similar inaceitavelmente chinês, mais um soco no corredor polonês de nossa humilhação que nos deixava com o gosto agridoce das lembranças pouco confiáveis, corretas o suficiente apenas para evocar o passado, erradas o suficiente apenas para nos lembrar que o passado se fora para sempre, desaparecidos junto com a variedade, sutileza e complexidade apropriadas de nosso volvente universal, o molho de peixe. [...] Esse pungente condimento líquido do matiz de sépia mais escuro era muito denegrido pelos estrangeiros por seu cheiro forte e supostamente odioso, emprestando novo sentido ao modo como diziam “*fishy*” para se referir a algo suspeito, pois quem fedia a peixe ali éramos nós. Usávamos molho de peixe como os aldeões da Transilvânia usavam dentes de alho para espantar vampiros, em nosso caso, para estabelecer um perímetro de distância desses ocidentais que nunca seriam capazes de compreender que verdadeiramente podre era o nauseante odor de queijo. O que era o peixe fermentado comparado ao leite coalhado? (NGUYEN, 2017a, p. 77).

²² No original: “The second important thing identities share: they matter to people. And they matter, first, because having an identity can give you a sense of how you fit into the social world. Every identity makes it possible, that is, for you to speak as one “I” among some “us”: to belong to some “we”. But a further crucial aspect of what identities offer is that they give you reasons for doing things [or not doing other things]” (APPIAH, 2018, p. 9).

Esse fragmento narrativo revela dinâmicas de distinção entre o grupo hegemônico e os grupos minoritários dessa configuração nacional. A distinção entre eles é expressa através de elementos como os hábitos alimentares que, em consonância com a pesquisa de Müller (2019), revela que hábitos alimentares, moradia e lazer são elementos fundamentais na formação dessas distinções, o pois “distanciamento referente a tais hábitos [alimentares] causa certo ‘preconceito’” (MÜLLER, 2019, p. 134). Na narrativa, esse distanciamento a determinados elementos da culinária leva à segregação dos sujeitos que pertencem a um espaço social menos privilegiado, tendo em vista que deixam de estar em seu espaço de origem e passam a habitar um local em que seus hábitos geram estranhamento. A descrição do narrador em relação à aversão ao peixe por parte de um grupo e a aversão ao leite por parte de outro revela um distanciamento bilateral, pautado por elementos centrais da alimentação de cada um desses grupos. Com o distanciamento, inserem-se conotações negativas aos elementos e às práticas culturais distintas, fazendo com que a caracterização desses elementos tenha um sentido duplo a partir de tipificações do “outro”.

Apesar disso, a necessidade de acessar os produtos alimentícios dentro da nova configuração espacial exige que outros vetores de distinção sejam contidos, como é o caso dos mercados considerados chineses pelo narrador. Apesar da similaridade dos ingredientes no preparo das refeições, ao imaginar a cultura a partir de sua origem, ele revela resistência a ser associado a outro grupo minoritário, como uma forma de gerenciar as práticas simbólicas originárias. O gerenciamento de símbolos no novo espaço nacional demonstra, conforme a fala do narrador, a presença de comportamentos e práticas transnacionais que perpassam esse espaço. Para perpetuar as práticas vietnamitas, é necessário buscar especiarias a partir de novos crivos, fazendo com que as confluências transnacionais se tornem visíveis: mesmo que os ingredientes sejam utilizados de forma diferente, existem elementos que podem ser adaptados para que as práticas culinárias não sejam perdidas. A confluência desses ingredientes, que servem como símbolos para despertar sentido, demonstra que a socialização vietnamita nesse novo contexto está dialogando com a cultura chinesa desse espaço, arraigada a partir de diferentes fluxos transnacionais.

Independentemente de como os produtos são adquiridos, o novo espaço de arraigamento modifica os métodos e o que é compreendido como narrativas tradicionais dessa cultura. Essas modificações evidenciam o caráter mutável dessas etiquetas de identificação. Nora Tunkel (2012) descreve a transculturação pelo caráter fluido e impermanente das distinções culturais. Da mesma forma, no romance, as modificações transculturais se manifestam em como os sujeitos encenam

suas práticas no novo espaço social, como revela o discurso do Congressista em um casamento:

Bom Deus, olhem só para vocês, disse, microfone na mão, [...] Olhem só para vocês, senhoras e senhores, olhem para vocês de modo como eu gostaria que os outros americanos olhassem para vocês, que é assim mesmo, como americanos. Fico verdadeiramente grato pela oportunidade de estar aqui esta noite e partilhar da alegria da ocasião, o casamento de dois adoráveis jovens vietnamitas em um restaurante chinês em solo californiano sob uma lua americana e em um universo cristão. (NGUYEN, 2017a, p. 125).

Os principais vetores de identificação do si utilizados pelo Congressista têm por definição um caráter nacional e cultural. Aqui, o casamento enquanto evento cultural desvela as diferentes mudanças e adaptações culturais de acordo com o espaço em que estão residindo. Quando ao casamento, o Congressista sinaliza que todas as práticas da comunidade vietnamita podem ser experienciadas; além disso, a confluência transnacional demonstra ser um processo natural na adaptação dessa comunidade em diversos níveis culturais. A presença constante da participação dessa comunidade vietnamita no restaurante descrito como chinês manifesta de que forma as práticas culturais entram em diálogo com outras comunidades que dividem o espaço de socialização. Ademais, o congressista centraliza a enunciação do si a partir de uma nova óptica, a americana, estabelecendo novos meandros de identificação para os sujeitos dessa comunidade: pensar o si a partir da possibilidade de pertencer ao novo espaço.

Contudo, a agência desses indivíduos em relação à sua identificação cultural não é plena. De uma forma análoga à intenção do Congressista em seu discurso, a visão dos integrantes da massa hegemônica não reconhece os grupos minoritários presentes na sociedade americana como eles gostariam de ser reconhecidos, uma vez que o narrador descreve que “[a] maioria dos americanos [os] encarava com ambivalência, quando não com total desprezo, por [serem] uma lembrança viva de sua doída derrota” (NGUYEN, 2017a, p. 124). Além da comunidade vietnamita, os representantes do grupo hegemônico norte-americano também se relacionam de forma distinta com os demais grupos étnicos que compõem esse espaço, como Sofia Mori descreve ao protagonista:

Você trabalha para ele faz seis anos, falei. E não sei quem ele é, ela disse. Será que é só minha imaginação ou toda vez que ele abre a porta da sala escuto um gongo tocar em algum lugar? E é tabaco que ele fuma naquela sala ou tem incenso queimando na tigela? Não consigo deixar de achar que fica meio decepcionado comigo porque não faço uma reverência toda vez que o vejo. Quando me entrevistou, queria saber se eu falava japonês. Expliquei que eu era de Gardena. Ele falou: ah, você é nissei, como se por conhecer a palavra ele soubesse alguma coisa sobre mim. A senhora esqueceu sua cultura, sra. Mori, mesmo sendo só a segunda geração. Seus pais issei, eles preservam a cultura deles. Não

quer aprender japonês? Não quer visitar o Nippon? Por um bom tempo me senti mal. Eu ficava pensando por que não queria aprender japonês, por que não sabia falar japonês, por que preferia ir para Paris, Istambul ou Barcelona em vez de Tóquio. Mas daí eu pensei: *Que se dane*. Alguém perguntava para o John F. Kennedy se ele falava gaélico, visitou Dublin comia batata toda noite ou colecionava quadros de *leprechaun*? Então por que *a gente* não pode esquecer a *nossa* cultura? Minha cultura não é essa mesma, já que eu nasci aqui? (NGUYEN, 2017a, p. 83).

Novamente, a relação de Sofia Mori com o chefe de departamento demonstra a imposição de uma narrativa imaginada para a personagem. A tendência de pressupor a identidade de um sujeito que faz parte de um grupo minoritário é discutida por David Palumbo-Liu em *Assumed Identities* (2000). Palumbo-Liu descreve que essa prática ignora as nuances individuais de uma pessoa ao inseri-la em uma malha narrativa imaginada. Essa dinâmica silencia a construção e as experiências do sujeito, além de utilizar estereótipos e tipificações para descrever o outro. As tipificações e as construções estereotipadas agem como uma força de representação (muitas vezes equivocadas) e de conotação negativa sobre a identidade em questão. A pressuposição de uma identidade reproduz e reforça os discursos dominantes de cunho discriminatório que perpassam o imaginário social, tendo como gênese aspectos étnico-raciais que se distinguem do imaginário hegemônico. A tipificação e a reprodução de estereótipos ligados à pressuposição identitária estão associadas às dinâmicas de exclusão social, o que dificulta o acesso de minorias aos mesmos recursos sociais e econômicos.

A experiência compartilhada por Sofia Mori salienta a impessoalidade com que o chefe de departamento a trata. Mesmo trabalhando por seis anos no mesmo setor e sob a mesma chefia, a personagem não é reconhecida por suas identificações individuais. Contudo, a impessoalidade não se restringe às configurações hierárquicas do ambiente de trabalho nessa dinâmica de socialização, dado que o professor busca dialogar sobre a esfera pessoal de Sofia ao mencionar sua família e tentar reproduzir padrões que acredita representar a identificação cultural dela; para isso, acaba inserindo um teor negativo ao inferir que a personagem “esqueceu sua cultura” ou suas “origens”. Palumbo-Liu (2000, p. 774) afirma que “o comportamento do indivíduo é pressuposto como proporcional com o comportamento do grupo. Para pessoas estigmatizadas, isso institui um ‘modelo psicométrico de predisposição’. Isto atribui características pessoais patológicas para cada indivíduo”²³. O autor descreve como uma característica negativa ou pressuposta é associada a todos

²³ No original: “The behaviour of the individual is assumed to be commensurate with the behaviour of the group. For stigmatized people [...], this institutes a ‘psychometric model of propensity’. It attributes a pathological personal trait to each individual” (PALUMBO-LIU, 2000, p. 774)

os membros pertencentes a um determinado grupo estigmatizado, apagando a individualidade do sujeito e lhe impondo traços considerados patológicos. Essa manifestação revela como o chefe de departamento compreende a relação étnico-cultural: uma estrutura monolítica e singular, arraigada exclusivamente ao espaço-nação em que se compreende.

Todavia, a identificação pessoal de Sofia e o seu envolvimento posterior com Sonny demonstram uma construção contínua e transitória dos projetos de identidade. Se em um primeiro momento seu interesse era focado em sua individualidade, ao estabelecer afinidades com quem se relaciona a sua projeção muda, passando a imaginar o si em conjunto com um outro. Mesmo se caracterizando como americana, a personagem não exclui suas intersecções individuais. De forma análoga, apesar da transitoriedade identitária, tanto a sua identificação em um espaço comunal quanto a construção de uma narrativa conjunta entre ela e outros personagens enfatizam as nuances individuais de cada um. Sofia depreende esforço constante em sua encenação pública para não permitir que a ela seja imposta uma identidade tipificada de “oriental”, uma vez que nasceu em solo americano e sua identificação cultural também está associada ao seu espaço de socialização.

Segundo Tim Edensor (2002, p. 25), a identificação do sujeito com um espaço social se dá através de diversos eixos interseccionais, como religião, etnicidade e cultura, que podem ser utilizados tanto com a função de agrupamento pela similaridade quanto com uma função distintiva pela diferença. Edensor ainda comenta que os movimentos de agrupamento ou distinção estão associados ao exercício das diferentes expressões de poder cultural, a fim de prover uma ilusão de comunalidade, destacando a relação dialógica no movimento de identificação e distinção entre o “si” e o “outro” e que, por ser um processo contínuo e constante, pode haver a alteração na forma com que os afetos são dirigidos a determinadas diferenças. Em outras palavras, mesmo os movimentos de distinção não estão fadados a uma condição fixa de antipatia de um grupo em relação a outro, o que pode ser percebido no romance pela forma como os personagens oriundos de diferentes grupos minoritários estabelecem entre si laços de solidariedade.

Efetuar a manutenção dos costumes culturais buscando reproduzi-los em um novo espaço social é um esforço primariamente individual dos personagens para situar o si em uma malha de sentidos e que, posteriormente, dialogam com o espaço comunitário. Para isso, é necessário haver vias alternativas de socialização que permitam identificação aos personagens. Essas malhas são negociadas na esfera pública por meio da interação do indivíduo com os agrupamentos sociais a que pertence. Sendo assim, há dinâmicas no núcleo familiar dos personagens que replicam

estruturas das macronarrativas culturais imaginadas, assim como valores e crenças (BROOKE, 2016), a fim de produzir sentido para esses sujeitos.

Dito isso, o núcleo familiar do protagonista é perpassado pela diferença em relação a outras configurações concebidas como tradicionais no seu ambiente de socialização primário, o Vietnã. Seu núcleo é composto apenas pelo narrador e por sua mãe solteira, que é “condenada ao ostracismo” (NGUYEN, 2017a, p. 16) na comunidade em que vivem. Além do ostracismo de sua mãe, sua experiência étnica também reverbera padrões no gerenciamento e construção do núcleo familiar:

[...] Tendo sido desse modo produzido fora do casamento, confesso me sentir bastante constrangido com a ideia de estar casado. Viver solteiro é um dos benefícios inesperados de ser bastardo, já que nunca fui considerado um partido muito bom pela maioria das famílias. Nem mesmo famílias com uma filha de origem multirracial me quiseram, pois a filha em geral era a primeira a se espremer no elevador da mobilidade social casando-se com alguém de linhagem pura. (NGUYEN, 2017a, p. 44).

De forma semelhante de como ocorre a classificação do sujeito em uma macroescala nacional a partir de características étnico-raciais para situá-lo em moldes narrativos pressupostos, esses mesmos aspectos corpóreos são utilizados para a validação do sujeito pelos seus pares em nível comunitário. A condição do pertencimento do protagonista a uma comunidade ou um pequeno grupo é aferida por seus pares através dos moldes normativos para classificá-lo.

As primeiras experiências de classificação com que ele é confrontado acontecem ainda no Vietnã Sul, na comunidade em que vive com a mãe. Apesar da influência das colônias francesas na esfera cultural empregando a religião e outros hábitos para moldar o espaço social na relação de colônia-colonizador — modificando e criando novas expressões de valores e costumes através da hibridação —, a estrutura de hierarquização social demanda, por parte dos detentores de poder desse espaço, uma inflexibilidade no pensar o “eu” e os “outros” desse espaço. Em outras palavras, mesmo com a modificação cultural, há uma vigorosa classificação dos indivíduos para designar seu local de participação na configuração social, o que se dá pelas distinções das características étnico-raciais.

A experiência do protagonista ao tecer relações com outros sujeitos demonstra a rejeição das esferas familiares para conceber sua condição híbrida de forma positiva. O afeto negativo está relacionado à concepção e à internalização dessas práticas de exclusão. Essa prática de exclusão, a partir da visão de David Palumbo-Liu (1994), é uma internalização da lógica de representação da perspectiva cultural dominante, que passa a ser utilizada para a subordinação interna de sujeitos de

uma mesma minoria. No caso das experiências do protagonista, essa classificação negativa por parte seus semelhantes ocorre por uma tentativa de ascensão social, que é pautada pelo princípio da óptica de representação do si. Palumbo-Liu afirma que “[e]ssa concepção do si a partir do olhar do Outro pode ser utilizada para descrever a maneira como o Si minoritário é ancorado pelo olhar do Outro dominante” (1994, p. 78)²⁴, reforçando que essa prática está na percepção alteridade da imagem própria. No entanto, ocorre através de uma incapacidade de estabilizar sua diferença e articulá-la em uma configuração narrativa própria.

Com isso, a contestação da imagem própria e de seus potenciais simbólicos tendo como parâmetro a apropriação da perspectiva do outro sobre si restringe o potencial de representação, uma vez que ainda se subordina às práticas de inclusão e exclusão utilizadas pelo outro dominante. Além da perpetuação de hierarquizações sociais pautadas pelas características raciais, a delimitação de fronteiras de pertencimento fornece uma sensação de ascensão social aos que promovem essa distinção.

Por fim, a formação de comunidades vietnamitas em *O Simpatizante* tem dois principais potenciais: o de perpetuar práticas culturais e o de promover o pertencimento a partir da exclusão do outro. Em um contexto de socialização distinto do original, a comunidade vietnamita necessita buscar confluências transnacionais que permitam que suas práticas culturais tenham continuidade nos Estados Unidos, como o caso dos hábitos alimentares. Enquanto isso, conforme as comunidades se consolidam, as práticas excludentes e de delimitação de fronteiras tendem a reaparecer. Essa prática não necessariamente está ligada à manutenção dos costumes culturais — uma vez que reconfigura as práticas de inclusão e exclusão experienciadas pela própria comunidade para dentro de si —, mas se associa a uma tentativa de hierarquização interna em seu espaço de socialização, obedecendo aos interesses dos sujeitos que possuem determinado nível de poder dentro da comunidade.

6.2 TRANSGRESSÃO E REVISÃO DE MALHAS DE SENTIDO

Conforme se estabelecem os moldes identitários que regulam e normatizam as narrativas do sujeito, também se estabelecem os limites desses crivos de identificação na forma de fronteiras. Bhabha (2004) afirma que a ambiguidade é constante e, pelas diferentes formas de formatação do

²⁴ No original: “This conception of the Self as constituted by the Other’s gaze can be used to describe the manner in which the minority Self is anchored by the gaze of the dominant Other” (PALUMBO-LIU, 1994, p. 78).

sentido que surgem a partir das práticas culturais, os limites podem ser transpassados e transgredidos, permitindo uma revisão de identificação e novas produções culturais e de sentidos (BHABHA, 2000, p. 4). Porquanto os códigos culturais se estabelecem a partir das práticas diárias e repetições de hábitos (EDENSOR, 2002), as modificações cotidianas também geram símbolos diversos. Nesse sentido, o ingresso de um sujeito marcado pela alteridade em determinadas esferas sociais amplia a possibilidade de diferentes formas de socialização.

O posicionamento do narrador nas zonas de transição étnico-cultural permite utilizar esses limites conforme a necessidade de se integrar em um determinado espaço social. A partir desse posicionamento entre os moldes normativos, o protagonista é capaz de gerenciar suas características de alteridade conforme a necessidade de se integrar a um espaço, como verificamos nesta fala de Sofia Mori:

No começo, quando ouvi falar em seu respeito, e depois a gente se conheceu, pensei: *Que ótimo, olha aí o Pai Tomás-san, um total vendido, o perfeito amarelo de alma branca. Não é um redneck, mas está quase lá. É um yellowneck.* O jeito como você se dá bem com o gaijin! Gente branca te adora, não é? De mim eles só *gostam*. Mas não sou falante o suficiente para ser adorada, ou pelo menos não falo do jeito certo. Não consigo fazer o papel de *sukiyaki-e-sayonara* que eles adoram, esse negócio idiota de pauzinho no cabelo, toda essa bobagem de Suzie Wong, como se todo branco que aparece fosse o William Holden ou o Marlon Brando, mesmo quando está mais para Mickey Rooney. Mas você. Você fala bem, e isso conta muito. Mas não é só isso. Você é ótimo de ouvir. Dominou o sorriso oriental impenetrável, fica lá sentado balançando a cabeça e enrugando a sobrelha com simpatia, e deixando as pessoas falarem, achando que concorda perfeitamente com tudo que elas dizem, isso sem abrir a boca. (NGUYEN, 2017a, p. 82, grifos no original).

As deduções de Sofia Mori partem do exercício de pressuposição identitária sobre o outro, pressupondo, a partir da aparência do protagonista, um conjunto completo de identificações que regem a maneira como esse outro age. Antes, por não conhecê-lo, a personagem acreditava que a maneira como o protagonista se portava ocorresse em virtude de assimilações culturais (LACROIX, 2010), em virtude de uma omissão do si por parte do protagonista diante das imposições de moldes normativos do grupo hegemônico. Porém, a forma como o narrador rapidamente conquista a simpatia de outros agentes sociais que os cercam no ambiente de trabalho desvela à Mori uma nova forma de resistência a esses padrões.

Através da supressão de sua opinião e sua identificação pessoal, evitando verbalizar ao interagir socialmente com o detentor de poder do espaço, o narrador utiliza os estereótipos classificatórios a seu próprio favor. A partir da utilização da visão do outro sobre si mesmo, o protagonista faz uso de símbolos de complacência para atuar em conformidade com o que o sujeito

de um grupo dominante espera de seu comportamento, apropriando-se da identidade que lhe é pressuposta para se estabilizar no ambiente de trabalho; assim, acaba evitando confrontos diretos com estruturas hierárquicas desse ambiente de socialização.

O estado de consciência sobre o si, nesse caso, remonta a uma nova forma de utilizar representação minoritária em seu favor. A possibilidade de adotar uma construção tipificada sobre o si minoritário para refletir padrões de distinção sobre seu grupo também pode ser utilizada de forma análoga: o sujeito se apropria de significados e símbolos para utilizá-los a seu favor. Nesse processo, o protagonista projeta socialmente a imagem que os personagens ao seu redor esperam dele para estabilizar seu espaço de agência — neste caso, o emprego: “Como esperado, eu sorria obedientemente em minha mesa [...]. Estava fazendo minha melhor imitação de criança do Terceiro Mundo” (NGUYEN, 2017a, p. 69). Mesmo sem resistir abertamente à imagem que o outro pressupõe para si, o personagem garante sua permanência ao evitar conflitos e afetos negativos que possam prejudicá-lo. Aqui, ele faz uso de sua imagem como refugiado, despertando determinados potenciais de sentido no outro que interage com ele para se estabilizar.

Apesar da acuidade do protagonista no gerenciamento do si, quando confrontado com a tortura e a obrigação de escrever sua confissão mais de uma vez, seu posicionamento excessivamente analítico não agrada seus captores no Vietnã. Mesmo relatando sua experiência e comprovando as informações de inteligência que repassava para o Partido Comunista, existem dois principais fatores que não permitem que ele seja aceito no novo regime do país. O primeiro está relacionado com a construção linguística que o personagem utiliza, considerada muito rebuscada e autoconsciente para um agente em seu posto, fazendo com que seja considerado uma ameaça para os detentores de poder que estabilizam as narrativas ideológicas desse espaço. O segundo fator está relacionado à condição de identificação cultural do personagem em seus espaços de socialização:

Não citar o Tio Ho ou a poesia revolucionária é uma coisa, mas nem mesmo um ditado ou provérbio popular? Ora, você pode ser do sul...
 Eu nasci no norte e morei nove anos por lá, senhor.
 Você escolheu o sul. Seja como for, você e eu, um nortista, temos uma cultura comum.
 Você porém não cita nada dessa cultura, nem mesmo isso: [...]
 Não aprendeu algo tão básico quanto isso na escola?
 Minha mãe de fato me ensinou isso, falei. Mas minha confissão não deixa de mostrar minha reverência por minha mãe e por que meu pai não merece ser respeitado. (NGUYEN, 2017a, p. 317).

Para provar sua filiação ao Partido Comunista, é necessário que o narrador utilize construções linguísticas e memórias afetivas relacionadas ao Vietnã Norte, onde morou até os oito

anos de idade com a mãe. Contudo, dois importantes critérios se destacam na identificação pessoal do personagem que não lhe permitem se enquadrar inteiramente no molde identitário desejado pelo Partido Comunista. O primeiro é que sua incapacidade de lembrar versos populares ou provérbios de seu país de origem se dá pelo tempo de residência no período da infância, o qual não foi suficiente para a internalização completa dessas estruturas linguísticas — uma vez que seu maior tempo de socialização aconteceu posteriormente, no Vietnã Sul. Os provérbios, enquanto práticas sociais, não são estruturas que surgem de forma natural e imediata para o protagonista, uma vez que essas construções linguísticas não tinham sentido em seus novos espaços de socialização.

O segundo parâmetro está associado às produções culturais que o protagonista ainda lembra, embora seja incapaz de efetuar uma reprodução perfeita dentro dos parâmetros discursivos desejados. Nesse ponto, apesar de o protagonista reverenciar a figura da mãe, como o pressuposto cultural, a maneira como expressa seu carinho e sua adoração por ela difere da forma como as reproduções desse afeto são esperadas pelo Partido Comunista. A internalização de diferentes meandros que fornecem sentido para o protagonista faz com que a forma de gerenciamento de seu afeto seja distinta da formatação anterior. Assim como os provérbios e ditados populares não surgem de forma instintiva, a forma como o protagonista compreende sua figura materna também não está dentro dos moldes dessa tradição cultural. Nesse caso, a figura materna serve como objeto simbólico para a forma como se espera o empreendimento afetivo desses sujeitos em relação às tradições cultuadas.

A maneira individual de cultuar e respeitar a figura materna também está associada à experiência do protagonista em seu núcleo familiar, o qual também não é compreendido pelos moldes norteadores pressupostos por seus captadores. Por outro lado, a ausência da figura paterna também se mostra como uma lacuna na proposição de sentido norteador que deveria ser enunciado. Assim, com sua primeira experiência de socialização — o núcleo familiar — distinta dos moldes tradicionais, todos os seus potenciais de formação de sentido que dependem desse crivo são desestabilizados. Assim, as reproduções discursivas e imagéticas não cumprem a expectativa dessa configuração social, cujo cerne é uma estrutura patriarcal para sua composição social e hierárquica.

Apesar da estabilização do sentido na esfera privada e da busca por controle para a conservação de costumes e crenças, o núcleo familiar não detém um poder soberano sobre os símbolos que os integrantes desse grupo internalizam como potenciais de sentido. No caso da família do General, apesar do empenho da Madame para controlar e restringir o contato da filha

com expressões musicais, a identificação pessoal de Lana a direciona para um sentido oposto desse empreendimento. A insuficiência do controle se manifesta através da fala: “Sabe por que gosto de você?, [Lana] perguntara depois. Você é tudo que minha mãe iria odiar. Não fiquei ofendido. Eu fora alimentado à força com tanto ódio que um pouco mais dificilmente faria diferença para o meu fígado inchado” (NGUYEN, 2017a, p. 305). Na ocasião, Lana afirma ao protagonista que parte de seu interesse por ele é vinculada à transgressão dos limites impostos pelo núcleo familiar.

Dessa forma, é possível destacar que, apesar de haver identificação consciente do sujeito a uma determinada configuração cultural, também existe a internalização de signos e práticas culturais que ocorrem de uma forma inconsciente. A identificação pessoal passa a nortear a forma como são gerenciados os símbolos que despertam sentido para os personagens, assim como agem diretamente sobre a maneira como o sujeito vai articular e reproduzir as práticas e os costumes internalizados. Conforme o contexto social que o sujeito acessa ou as alterações ao seu redor, a revisão e a modificação dessas construções passa a ser constante.

6.3 GERENCIAMENTO DAS PRÁTICAS SIMBÓLICAS

A respeito da formação familiar na obra *O Simpatizante*, esse núcleo demonstra ter funções para a intermediação cultural, podendo filtrar os símbolos que circulam em seu bojo. Após as experiências passadas de exclusão do protagonista, o narrador tende a se relacionar com personagens que se distanciam dos hábitos culturais considerados tradicionais. Sua primeira relação direta com uma personagem é com Sofia Mori, que aspira por uma relação pautada no que chama de “amor livre”, fugindo do molde patriarcal, e enfatiza o prazer feminino. Posteriormente, quando Sofia inicia um relacionamento com Sonny, o protagonista se aproxima de Lana, filha do General e da Madame. Lana, ao se estabelecer nos Estados Unidos, assume uma postura emancipadora, tanto em relação à sua independência individual quanto em sua sexualidade. Nesse caso, Lana segue uma carreira artística de cantora.

Em sua encenação artística e pública, Lana adapta músicas vietnamitas e norte-americanas, dispendo de sua habilidade com a dança para aprofundar sua performance e encantar o público masculino. Conforme o que conhecemos de Lana a partir da visão do protagonista, a experiência da jovem no país norte-americano foi de emancipação, o que lhe proporcionou novas possibilidades de experimentar o corpo e sua liberdade, resultando em uma maior agência sobre si

e sobre a escolha de sua carreira. Apesar disso, sua mãe, a Madame, se posiciona contra a autonomia de Lana:

[Lana] está completamente louca, declarou a Madame. Temos tentado manter a loucura dela dentro da família, mas agora que anda rebolando em público como *cantora* — a Madame disse isso como se dissesse *comunista* — não tem nada que a gente possa fazer. [...]. Parece uma *vagabunda*. Foi para isso que a criei? Que homem decente ia querer se casar com *aquilo*? Você se casaria, Capitão? Nossos olhares se cruzaram no espelho retrovisor. Não, Madame, eu não gostaria de me casar com alguém assim, mais uma verdade de duas faces, porque não foi casamento que me veio à cabeça quando a vi no palco. Claro que não, rosnou ela. A pior coisa de viver aqui na América é a *depravação*. Na nossa terra, a gente podia conter isso nos bares, clubes noturnos e bases. Mas aqui, a gente não vai conseguir proteger nossos filhos da *obscenidade* e da *superficialidade* e da *indecência* que os americanos adoram. (NGUYEN, p. 128, grifos do original).

Enquanto dirige, o protagonista presencia a Madame reivindicando ao General e ao Congressista que a emancipação de Lana está associada à socialização da filha nos Estados Unidos. Em sua fala, a Madame expressa o que seria sua predileção pelo comportamento e pelos hábitos da filha: uma mulher contida e que estivesse buscando um relacionamento para se casar. Nesse sentido, a perspectiva da Madame remonta moldes tradicionais patriarcais, julgando que a filha não deve ter uma postura pública nem uma associação à arte. Ademais, a Madame considera que a música e outros espaços de socialização — que no Vietnã remetiam à circulação transnacional da cultura — não devem ser frequentados pelo modelo de “moças de família”. Nesse caso, Madame crê que a emancipação de Lana, sua agência sobre o corpo e sua sexualidade ferem o projeto identitário de seu núcleo familiar, atribuindo a culpa às expressões culturais que circulam “à luz do dia” neste espaço.

É importante ressaltar que o protagonista, ao afirmar sua verdade de duas faces para a Madame, não efetua um julgamento negativo sobre a forma como Lana se encena. Ao contrário disso, como visto anteriormente, o projeto identitário do narrador não se vincula aos moldes tradicionais apresentados pela Madame e pelo General, que associam a estabilização do si a partir da formação de um núcleo familiar firmado pelo casamento. Ao contrário da necessidade de constituir um núcleo familiar como projeto identitário, o narrador se aproxima de Lana e de Sofia Mori pelo interesse em uma relação íntima pautada pela experiência do prazer. Porém, ele aqui é denotado por seu papel hierárquico — Capitão — que o induz a suprimir para si a atração pessoal que possui por Lana, restringindo-se apenas a responder o necessário para legitimar as preocupações da Madame. Mesmo supostamente considerado pelo General e Madame como “um membro do núcleo familiar”, sua aproximação com esse núcleo se pauta por sua relação com o

General, que não lhe confere os direitos da socialização com a esfera mais privada desse núcleo. Essa delimitação de pertencimento do protagonista é tensionada mais tarde, quando o General e a Madame descobrem a relação de Lana com ele, fazendo com que ele seja deslegitimado como um par à altura para se relacionar com a filha do casal.

Se o General buscava liberdade para o Vietnã ao lutar na guerra, seu projeto não condizia com a liberdade experienciada no espaço norte-americano, uma vez que ele e seu núcleo íntimo passam a condenar a possibilidade de agência feminina e o distanciamento das normas tradicionais que aspiram. Após o Congressista, o General e a Madame serem levados à casa do Congressista para jantar com sua esposa, Rita (“uma refugiada da revolução de Castro” NGUYEN, 2017a, p. 128), conforme as mulheres conversam, Rita expressa sua solidariedade à Madame, que recobra seus argumentos sobre música, filmes e a postura de Lana. Por fim, a conversa de ambos os casais é selada com a fala do Congressista sobre um de seus projetos como membro constituinte do governo:

Todo sistema tem seus excessos, que devem ser verificados internamente, disse o Congressista. [...]. Essa luta começa e termina em casa. Ao contrário de sua persona pública, o Congressista na vida privada falava manso e num tom moderado, com segurança baronial à cabeceira da mesa [...]. Controlamos o que nossos filhos leem, escutam e veem, mas é duro lutar quando eles podem simplesmente ligar a tevê ou o rádio quando bem entendem. A gente precisa do governo para não deixar Hollywood e as gravadoras irem longe demais.

O senhor não é o governo?, disse o General

Exato! Por isso uma das minhas prioridades é uma legislação que regule os filmes e a música. Não se trata de censura, só um conselho com mão firme (NGUYEN, 2017a, p. 129).

Na ocasião, o protagonista presencia o diálogo entre dois casais centrais para a comunidade vietnamita nos Estados Unidos: o General e a Madame em contato com o Congressista e Rita, que, mesmo não sendo vietnamitas, estão associados aos interesses públicos e políticos dessa comunidade. Assim como o General, o Congressista se apresenta como uma figura política importante da comunidade, pregando constantemente os ideais norte-americanos de liberdade e em guerra contra o comunismo. O Congressista mantém contato com o General pela influência dessa figura em sua comunidade, enquanto o General se interessa pelas propostas apresentadas pelo Congressista, que atendem aos seus interesses.

Quando o General vai à casa do Congressista para jantar, há uma determinada quebra de protocolo dessas personas públicas: conforme a Madame se dirige diretamente ao Congressista e à sua esposa, os interesses da esfera privada de ambos os casais vêm à tona. Apesar do discurso do

congressista ser permeado pela identificação norte-americana em diversos momentos do romance — conforme a Madame e Rita expõem suas preocupações —, ele salienta aspectos de seu projeto político sobre a circulação de símbolos culturais. A partir da preocupação privada sobre os projetos adequados de identidade, surge a proposta de regulamentação sobre os símbolos culturais, um posicionamento restritivo que pressupõe a aplicação de censura — uma preocupação política que exhibe um posicionamento contrário ao projeto de “liberdade americana” que o Congressista enfatiza de forma recorrente em seus discursos. Além disso, a regulamentação e a restrição de símbolos culturais também entram em confronto com o discurso pela democracia que o General articulava como propósito de guerra. Nisso, mesmo que essas personagens se posicionem em prol de um regime democrático governamental na esfera pública, a resistência em conceber a diferença cultural gera consequências de dissociação entre a linguagem social que empreendem e a reprodução e representação cultural que buscam. Michel de Certeau argumenta que essa cisão degrada os tecidos culturais, uma vez que se estabelece “um estado violento que faz com que a violência prospere [...]” e da negação coletiva por não aceitar as mudanças, se desenvolvem polos contrários que se fecham “mutuamente em posições extremas” (CERTEAU, 1995, p. 30). Dessa negação, surgem posicionamentos autoritários em relação às expressões culturais que circulam, através da mídia, nos espaços de socialização dessa comunidade.

Nesse ponto, a esfera privada dessas famílias se inclina para intermediar e interceptar as imagens culturais que serão publicamente veiculadas, fazendo com que a censura seja uma estratégia antagônica às construções que circulam na esfera pública. Em outras palavras, os interesses privados dos atores sociais da comunidade interferem diretamente no investimento em projetos políticos. Essa resistência acontece pela incerteza de que as mudanças apresentam aos personagens exilados:

Em tempos de incerteza é comum ver movimentos direcionados para o que é concebido como um chão seguro na esfera de construções de identidade, e é a mídia que é cada vez mais utilizada para promover o retorno aos discursos de identidade nacional. Hoje, conforme os conglomerados de mídia buscam identidades globais de consumidor, eles também promovem um retorno às fundações da nação, língua e cultura dentro de parâmetros bem definidos. (BROOKE, 2006, p. 19)²⁵.

²⁵ No original: “In times of uncertainty it is common to see such movements towards what is perceived to be safe ground in the realm of identity constructs, and it is the media that is increasingly used to promote a return to national discourse identities. Today, as media conglomerates pursue global consumer identities, they also promote a return to the foundations of nation, language, and culture within very defined parameters [...]” (BROOKE, 2006, p. 19).

Em sua análise, Brooke discorre sobre a insegurança e a fragilização que confrontam os moldes identitários anteriormente estabelecidos. Conforme as malhas identitárias e os produtos culturais que fornecem sentido para os sujeitos precisam de revisão ou são confrontadas com outros parâmetros de construção cultural, há uma tendência de negação e supressão dessas transformações. Para isso, os detentores de poder midiático — a exemplo dos dois casais pilares da comunidade vietnamita da obra — necessitam revisar o que consideram moldes identitários tradicionais e sua representação cultural dentro de sua comunidade. Dessa forma, a busca por regulamentar as expressões midiáticas é uma forma de selecionar os símbolos culturais que despertam identificação e vão circular em seu espaço, como as produções artísticas.

No início do romance, quando o protagonista ainda está a serviço do exército vietnamita em Saigon, ele e seus companheiros frequentam bares e têm acesso às músicas populares cantadas nos Estados Unidos. Ou seja, as produções culturais norte-americanas já circulavam no território nacional originário dos personagens, como revelado anteriormente pela Madame quando ela dizia que manter essas expressões culturais em bares noturnos era uma forma de regulamentar os símbolos de identificação no Vietnã. Contudo, a forma mais direta com que a Madame entra em contato com diversos vetores de identificação faz com que ela adote uma postura de resistência, uma vez que não há uma forma de impedir a propagação das produções culturais em um ambiente em que a mídia está no cerne dessa reprodução. Se antes as imagens culturais consideradas “obscenas” pelas famílias vietnamitas não interferiam explicitamente na construção da esfera privada, agora o contato direto com a diferença gera um desequilíbrio que antes não era percebido.

Brooke (2016) descreve o papel fundamental das mídias tecnológicas na disseminação de informação e produtos culturais. Conforme o autor, o consumo em uma escala globalizada permite reforçar os laços comunais que servem como suporte para as negociações identitárias e a identificação. Porém, apesar da estabilização de imagens através de produções midiáticas, como a música, filmes, arte e outros, esse vetor de informações também fornece novas possibilidades de produtos culturais, expandindo as possibilidades de consumo cultural e tendo potencial desestabilizar antigos moldes norteadores.

Os interesses da esfera privada social correspondem à forma com que as crenças e os costumes são cultivados nesses núcleos. Em conformidade com a análise de Tim Edensor (2002), o núcleo familiar e o espaço físico são vias pelas quais as formações regionais e étnicas tomam forma e significado, ou seja, através da familiarização do indivíduo com um espaço e de

determinadas práticas sociais que se relacionam com esse espaço. O núcleo privado dos personagens assume, assim, uma postura de intervenção e seleção das expressões culturais que são consumidas e absorvidas em seu espaço, obedecendo a determinados interesses dessa esfera. Nessa esteira, o ambiente privado pode se tornar ambivalente: funcionar tanto para a liberdade quanto para a opressão (EDENSOR, 2002, p. 61). Dessa forma, a maneira pela qual os personagens se integram e se relacionam com as expressões culturais também é entrecortada pela identificação do sujeito com as demais forças ideológicas e físicas do espaço que habitam.

Em uma comparação entre a experiência de intercâmbio pessoal, de interesse intelectual, com o treinamento militar do General, o protagonista desvela como o interesse individual e intelectual altera a forma como são construídas as matrizes de sentido a partir de determinados símbolos culturais:

O General também estivera na América, ainda que apenas por alguns meses quando era oficial subalterno, [...] onde os Boinas Verdes o vacinaram para sempre contra o comunismo. No meu caso, a vacina não pegou. Eu já operava na clandestinidade, parte como aluno bolsista, parte como espião em treinamento, o representante solitário de nosso povo em uma pequena faculdade rural chamada Occidental, seu lema sendo *Occidens Proximus Orienti*. Aí passei seus anos ilídicos no mundo sonhador [...]. Não era para mim o estudo de rodovias, sistemas de esgoto ou alguma outra opção útil. Em lugar disso, a missão que me fora designada por Man, meu colega de conspiração, era aprender o modo americano de pensar. (NGUYEN, 2017a, p. 20).

A inclinação do protagonista em investigar o espaço social que é considerado do “Outro” permite que ele entre em contato direto com a cultura norte-americana. A investigação e a análise do protagonista, o qual infere que sua guerra é em nível psicológico, fazem com que ele adote hábitos que seriam considerados “americanos”. Com a internalização de práticas diárias e apreensão das expressões discursivas, ele se insere em um terceiro espaço: uma identificação intermediária entre o que é classificado como ocidental e o que é considerado oriental. Esse espaço, por definição, não é descrito abertamente, uma vez que é gerenciado pelo narrador e exposto ao leitor de forma indireta — conforme gerencia o pertencimento através de seus vetores de ambiguidade e alteridade no decorrer da narrativa.

A possibilidade de se posicionar num entre-lugar cultural permite que os meandros de formação identitária sejam concebidos de forma mais maleável pelo protagonista. Através da percepção da transitoriedade e da prática cultural diversa, o protagonista percebe que a diferença discursiva que separa os dois moldes identitários maiores — ocidente e oriente — também acaba trazendo similaridades na forma de pensar o si de forma relacional com o outro. Enquanto isso, o

confronto com diferentes códigos culturais — normalmente de contextos não familiares — desafia os sujeitos a pensar e se posicionar perante a alteridade (EDENSOR, 2002). O posicionamento pode ser pela administração de afeto negativo, vetando e buscando restringir a circulação desses códigos culturais, ou pela reformulação das malhas simbólicas que regem a formação de sentido e práticas diárias.

Ademais, a cultura é absorvida e experienciada pelo protagonista através do consumo de signos e seus significados, como um produto que pode ser negociado e utilizado, conforme o contexto em que ele se encontra. Essa negociação e apreensão só é possível para o personagem pela inclinação a se aproximar e se apropriar dos objetos culturais que o circundam. Nisso, a experiência do protagonista se difere da experiência do General, que reduz o contato com o “Outro” por uma lente militarizada, absorvendo apenas estruturas discursivas pré-moldadas que se enquadram ou se assemelham às formatações de sentido conhecidas anteriormente.

Da mesma forma, ao ressaltar a “utilidade” de determinados campos de estudo, o narrador lança brevemente um olhar irônico à maneira como o empreendimento intelectual acaba não sendo reconhecido como conhecimento útil para a atribuição militar que lhe cabe, destacando a forma com que o potencial de reflexão não se torna um componente relevante nas competências de combatentes como o General. Bhabha descreve que “o Outro nunca é externo ou além de nós, ele emerge com força, dentro do discurso” (2000, p. 4)²⁶. Em outras palavras, o que se imagina como a diferença nunca está distante do que é possível compreender. É a partir desse aspecto de sua guerra intelectual — que enfatiza a distância entre Oriente e Ocidente —, que o protagonista conjectura sobre o filósofo Emerson:

Minha guerra era psicológica. Com essa finalidade, estudei história e literatura americanas, aperfeiçoei minha gramática e absorvi a gíria, fumei maconha e perdi a virgindade. Em resumo, não só me formei como também fiz meu mestrado, tornando-me um especialista em estudos americanos de todo tipo. Mesmo hoje consigo ver muito claramente onde li a primeira vez as palavras desse que é o maior filósofo dos americanos, Emerson [...]. Minha atenção estava dividida entre as exóticas e douradas universitárias de frente-única e bermudas, bronzeando-se nos canteiros de capim-de-junho, e as palavras austeras e sombrias na página branca e sem adornos — “a coerência é o fantasma das mentes pequenas”. Nada do que Emerson escreveu poderia ser mais verdadeiro sobre a América, mas esse não era o motivo de eu grifar suas palavras uma, duas, três vezes. O que me deixou impressionado na época, e me deixa perplexo hoje, era que a mesma coisa poderia ser dita de nossa pátria, onde não poderíamos ser mais incoerentes (NGUYEN, 2017a, p. 20-21).

²⁶ No original: “the Other is never outside or beyond us; it emerges forcefully, within cultural discourse” (BHABHA, 2000, p. 4).

Constantemente o protagonista chama a atenção para o grau de dualidade que permeia sua composição individual: apesar de ser agente duplo — tanto por ser espião quanto por sua identificação étnico-cultural —, sua essência se consolida em um corpo único. As fronteiras impostas aos diversos vetores de identificação não deixam de ser imaginadas, assim como a distância compreendida entre a cultura ocidental e a cultura oriental. As palavras grifadas pelo protagonista remetem às constantes incoerências que compõem esses símbolos que fornecem moldes de macroidentidades, uma vez que não são capazes de abrigar em si toda a sinuosidade de construção identitária. O protagonista, aqui, assinala de forma explícita que, apesar das tentativas de se filiar aos vetores identitários, é impossível conceber a individualidade e toda sua potencialidade sob uma perspectiva coerente. É através da administração da alteridade e da ambiguidade que vem a capacidade de apreender os novos significados que permitem que o personagem transite por entre diferentes espaços.

A constante atividade de apreensão de práticas culturais e discursivas possibilita a flexibilidade identitária do narrador, expandindo o seu potencial de integração e os processos cognitivos que se constroem através das negociações de sentido em diversos contextos — mesmo sem a necessidade de abrir mão de hábitos e práticas culturais de seu local de origem. Essa adaptação de costumes e hábitos, assim como a internalização de novos valores, visa à adaptação do sujeito oriundo de fluxos migratórios a um novo contexto, o que chamado de mobilidade relacional (HEU et al., 2020).

A mobilidade relacional permite uma maior liberdade de escolha e identificação, fornecendo, ao sujeito, uma alternativa para se preservar do sentimento de isolamento. Apesar disso, como revelado no romance, nem todos os personagens têm um propósito de revisão do si e uma apreensão de novas práticas culturais, fazendo com que não seja possível uma percepção sobre o terceiro espaço de socialização, o qual suprime a distância entre os polos identitários.

7 MODELOS DISCURSIVOS E POSICIONAMENTOS DO SI

Este capítulo tem como objetivo analisar as oposições discursivas e o controle da ambiguidade nessas construções, buscando pensar de que maneira são estabelecidos os modelos ideológicos utilizados como forças opositoras e de coesão comunitária. A primeira parte enfatiza a administração desses modelos discursivos e o que acontece com as contradições que eles têm em si. A segunda visa discutir como a violência dessas oposições representadas no romance impactam sobre o corpo individual dos personagens e remontam às diversas camadas de violência que incidem sobre a representação ficcional do Vietnã. Por fim, a terceira parte analisa a mudança de posicionamento da voz narrativa, conforme o protagonista toma consciência sobre si, e os impactos dessa mudança de focalização.

Como ponto de partida, retoma-se a reflexão sobre os agrupamentos sociais, uma vez que eles permitem que costumes e valores tenham uma continuidade como práticas sociais. É através desses núcleos sociais que se torna possível observar as expressões ideológicas que entrecortam esses sujeitos. Stuart Hall (2003), baseando-se na teoria de Althusser, afirma que “não existe prática social fora da ideologia” (HALL, 2020, p. 198), considerando a ideologia como sistemas de representação formados a partir de construções discursivas que perpassam os grupos comunitários e, através da ideia de tradição (em constante construção), guiam as práticas e os costumes culturais.

Durante a análise do romance, é possível perceber a presença de mais de uma expressão ideológica dentro de um mesmo grupo comunitário. A partir da tensão causada pela oposição dessas construções ideológicas, é estabelecida uma cisão interna nesses grupos, fomentando a polarização binária e estabelecendo uma relação de dualismo na comunidade em questão. É nessa esteira que a aproximação da perspectiva de análise para o grupo familiar e as subjetividades do sujeito ajudam a compreender como os embates se estabelecem, tanto na forma discursiva e ideológica quanto de forma mais explícita, com a aplicação da violência física sobre o outro em nível individual.

7.1 BINARISMOS, POLARIZAÇÕES E CONTRADIÇÕES

Como visto no capítulo anterior, em *O Simpatizante*, quando os refugiados se estabelecem nos Estados Unidos, a maneira como a cultura e os valores são administrados passa a ter mais impacto na formação da identidade e da tradição. Sendo assim, os discursos que perpassam o

espaço social dessa comunidade começam a tomar uma forma mais definida, conforme entram em contraste com outras práticas, crenças e valores.

Ainda no capítulo em que a vida privada se coloca como uma instância de regulamentação e seleção de práticas diárias, o diálogo entre a Madame e Rita é intensificado, sendo feita a classificação dos sujeitos que não compartilham do mesmo viés ideológico:

A única coisa boa de viver com o demônio, General e Madame, é descobrir o que é maldade e aprender a reconhecer. Por isso estou feliz que estejam aqui hoje, porque nós, cubanos e vietnamitas, somos primos em nossa causa conjunta contra o comunismo. Essas palavras selaram a ligação entre o Congressista, Rita, o General e a Madame, que se sentiu à vontade o bastante para mencionar Lana à mesa [...]. Rita se solidarizou na hora. Era o equivalente doméstico de seu marido, [...] para quem [...] a doença do comunismo podia ser associada a pobreza, depravação, ateísmo e decadência em múltiplas formas. Não vou permitir que rock seja tocado nesta casa, ela disse, segurando a mão da Madame para consolá-la pela perda da virtude filial [...] (NGUYEN, 2017a, p. 129).

Rita utiliza as semelhanças ideológicas compartilhadas entre a comunidade cubana e vietnamita para estabelecer um pacto pautado pela intolerância a tudo que fuja dos moldes tradicionais compartilhados com a Madame. De acordo com sua perspectiva, que centraliza valores religiosos e luta contra a imposição de um Estado Comunista, os valores, os costumes e as produções culturais que não se inscrevem no cerne de suas práticas são demonizados e posicionados como uma força inimiga às suas. Mesmo que os símbolos considerados opostos não carreguem um significado de antagonismo, o posicionamento e a descrição que a personagem efetua atribui valores morais. Com isso, atribui a si e ao seu núcleo um papel de protagonismo e representatividade na administração de costumes e valores considerados *bons* e de práticas consideradas *corretas*. De acordo com Teun A. Van Dijk, a “representação positiva do si e a representação negativa do outro são uma propriedade fundamental das ideologias” (DIJK, 2000, p. 69)²⁷ dentro dos esquemas de polarização que envolvem conflitos entre grupos.

De acordo com a diferenciação e a atribuição moral, Rita estabelece um polo opositor para legitimar os conjuntos identitários vinculados aos seus valores. É a partir de um enunciado unilateral que o viés ideológico de Rita é moldado e estendido à Madame sem que seja necessário elencar, diretamente, as propriedades virtuosas do si, atribuindo à expressão ideológica opositora tudo o que considera negativo de sua vivência e do espaço social em que se insere. Para organizar a representação do si e do outro, essa atribuição de valores também organiza as crenças

²⁷ No original: “Positive self-presentation and negative Other-presentation seems to be a fundamental propriety of ideologies” (DIJK, 2000, p. 69).

compartilhadas a partir da ideologia norteadora (DIJK, 2000). Por fim, a partir de suas experiências pessoais, esses personagens recriam e estabelecem as *virtudes tradicionais* a serem cultivadas e perpetuadas no bojo familiar.

É a partir da importância desses personagens na esfera pública que os traços do pensamento tradicional familiar são legitimados, em uma tentativa de assegurar que eles sejam transmitidos. Para consolidar suas posições de poder nesse espaço, é necessário que o Congressista e o General tenham apoio da comunidade que representam e, dessa forma, possam delinear quais valores e costumes estão no cerne dessa representação. É a partir da visão de mundo desse seletivo grupo de indivíduos que os discursos tradicionais serão transmitidos e compartilhados aos demais, tendo em vista que se posicionam como representantes desse grupo.

Conforme discutem as afinidades discursivas, ambos os casais se manifestam sobre o que é aceito ser socialmente reproduzido nas esferas públicas. É a partir do reconhecimento de suas afinidades privadas que eles traçam — conforme trazidos exemplos — as proposições culturais da esfera pública consideradas positivas ou negativas. Essa construção simbólica permite que planos narrativos sejam traçados, definindo aquilo que deve estar no cerne da representação desse espaço e o que deve ser relegado às margens. É através dessas contraposições e planificações que os padrões híbridos ou as exceções dos padrões aspirados são ignorados ou negligenciados.

Para isso, as vozes dessas figuras públicas (General e Congressista) se posicionam e se afiliam a determinados moldes ideológicos que perpassam esse espaço. Essa afiliação é identificável a partir da opinião que os personagens emitem sobre as outras formas de construção discursiva, especialmente aquelas que divergem da ideologia dominante desse grupo: “O objeto de estudo de Sonny era o jornalismo, que teria sido útil para nosso país caso a variedade particular de Sonny não fosse subversiva” (NGUYEN, 2017a, p. 99). Os artigos jornalísticos publicados por Sonny, que consideram a irmandade organizada pelo General uma ideia fracassada, são o ruído que perturba a posição pública do General e sua rede de comunicação com a comunidade, enfraquecendo não apenas a causa, mas também a organização de poder nesse espaço social. O General não abre margem para a possibilidade de haver ambiguidade, tornando-se incapaz de pensar, em meandros discursivos, que se apropriem de tópicos ambíguos para serem utilizados a seu favor. Então, sem alternativa, ele concebe apenas a Sonny a possibilidade de executar, a fim de as vozes que se opõem a ele sejam silenciadas.

Assim, a comunidade vietnamita se fragmenta a partir da construção de dois polos, os quais se estabelecem pela oposição entre o discurso dominante e as práticas novas ou distintas. Personagens centrais da comunidade, como o General, posicionam-se na instrução e lapidação de características da ideologia oposta, em um modelo binário que afasta ambos os extremos. O mesmo ocorre em uma escala maior, conforme o grupo minoritário toma forma nos Estados Unidos: “Ameçávamos a inviolabilidade e a simetria de uma América branca e negra cuja política racial yin-yang não dava lugar para nenhuma outra cor, particularmente a desse patético povinho de pele amarela que andava furtando dinheiro da bolsa americana” (NGUYEN, 2017a, p. 124).

O confronto ideológico mostra que é capaz de ser consolidado a partir do binarismo, o qual não abre espaço para a visibilidade de formatações menores e menos estáveis. Novas construções identitárias — assim como novas expressões discursivas — ameaçam o equilíbrio das forças estabelecidas anteriormente. Dessa forma, os elementos relegados às margens tendem a ser ignorados, de forma que seja mais simples para os grupos hegemônicos ou mais consolidados mantê-los invisíveis. É a partir desse potencial de silenciamento que a simplificação ideológica binária se põe a serviço dos grupos mais consolidados para a manutenção do poder.

No cerne do discurso vinculado à legitimação do envolvimento dos Estados Unidos no conflito bélico no Vietnã, estava o pressuposto de libertação do povo vietnamita. Contudo, agora que a guerra havia sido perdida e o envolvimento perpetuou e agravou os impactos negativos no território, o grupo de refugiados começara a adentrar as fronteiras da América. Ignorar a presença desse grupo étnico-cultural não foi mais possível, uma vez que o novo *outro* que se refugia nesse espaço também se assemelha a outras minorias ignoradas e relegadas às margens. Conforme fica difícil de ignorar os fluxos crescentes de grupos minoritários que ganham espaço no país, é inevitável que o espaço relegado a eles seja questionado, conforme o protagonista demonstra: “Mas eu também era um desses casos infelizes que não podia deixar de pensar se minha necessidade de caridade americana não se devia ao fato de, antes de mais nada, eu ter recebido a ajuda americana” (NGUYEN, 2017a, p. 70). Em outras palavras, o envolvimento norte-americano no Vietnã desvelou interesses internacionais que estavam ligados a essas ações, não sendo possível ignorar ou obscurecer para sempre os impactos dessa relação.

Na medida em que os diferentes grupos interagem entre si e reconstróem suas narrativas identitárias, a identificação ideológica e comunitária também tende a se modificar:

Obrigado, caro comandante, pelas anotações que o senhor e o comissário fizeram em minha confissão. O senhor me perguntou o que quero dizer quando falo “nós” ou “a gente”, como nos momentos em que me identifico com os soldados evacuados do sul a quem fui mandado espionar. Não devo me referir a essas pessoas, meus inimigos, como “eles”? Confesso que, após ter passado quase a vida toda em sua companhia, não posso deixar de me solidarizar com muitos outros. Minha tendência a me solidarizar com outros tem muito a ver com meu status de bastardo, o que não significa dizer que ser bastardo naturalmente predispõe a pessoa à solidariedade. (NGUYEN, 2017a, p. 44).

O protagonista posiciona o si como “nós” quando se refere às experiências que teve no grupo militar comandado pelo General, sendo questionado pelo comandante que lê sua confissão e o tortura, pois este acredita que sua proximidade com outros personagens em posições similares na hierarquia do exército do sul seja um ato de pertencimento ao grupo inimigo. Ao ignorar a diferença ideológica que divide as causas pelas quais atua e ao se solidarizar com os companheiros de guerra e sobrevivência, o narrador dá indicações de uma possibilidade de convivência pacífica que não fenda o povo originário vietnamita por um vetor binário.

Essa perspectiva é despertada pela possível empatia que o personagem demonstra pelo *outro*, com o qual se supunha uma oposição direta. O comandante não se identifica com a forma como o protagonista pensa o outro, pois a possibilidade de estender laços de solidariedade ao *inimigo* imaginado levanta desconfiança, pelo fato de não ser uma perspectiva exercitada por todos, a saber: reconhecer, no outro, similaridades que recriem novos grupos de pertencimento desvinculados de construções ideológicas ou outros meandros de subjetividade.

A desconfiança dá margem para que a insegurança e o medo se manifestem perante o que é desconhecido acerca do outro, de forma que o comissário explica, ao protagonista, que sua presença é vista como um foco de desestabilização: “Você o assusta. Você é uma sombra parada na entrada da caverna dele, uma criatura estranha que vê as coisas de dois lados. Pessoas como você devem ser purgadas, porque você carrega a contaminação que pode destruir a pureza da revolução” (NGUYEN, 2017a, p. 339). O exercício da empatia possibilita que o protagonista tenha um posicionamento de análise que o privilegia em relação aos outros personagens que assimilam as práticas discursivas: “Digam as pessoas o que disserem do General hoje em dia, só posso afirmar que era um homem sincero que acreditava em tudo o que disse, mesmo sendo mentira, o que o torna não tão diferente assim da maioria” (NGUYEN, 2017a, p. 31).

De acordo com Lacroix (2017), ao assimilar práticas e discursos, o sujeito não exercita sua individualidade, apenas começa a reproduzir o que fora internalizado de forma transparente. Esse é o caso do General: mesmo que a causa pela qual lutasse não fosse transparente nem honesta,

ele não era capaz de discernir suas contradições, uma vez que apenas agia conforme o fluxo de ordenação hierárquica no qual estava inserido. Nessa esteira, as expressões e os valores que O General reproduz são guiados pela ideologia tradicional capitalista que internalizou ao ter contato com aliados de guerra. Além disso, seu pensamento também tende a refletir os ideais patriarcais associados ao discurso dominante da classe em que se insere, mesmo que prive a própria filha da própria liberdade almejada em seu discurso.

Em oposição ao molde de capitalismo, assimilado pela fração social representada pelo General, está o molde comunista, o qual serve como pano de fundo para a resistência da guerra civil vietnamita. Esse modelo — também importado de potências internacionais — não deixa de ter suas próprias contradições, como revela Man ao perguntar “Não é extraordinário como em um país comunista o dinheiro ainda pode comprar qualquer coisa que você queira?” (NGUYEN, 2017a, p. 375), no momento em que anuncia, ao protagonista, que comprou uma forma de retirá-lo novamente do Vietnã e garantir sua sobrevivência.

Nesse quadro, é possível diagnosticar que a estabilização das duas coalisões ideológicas depende de sua relação de oposição binária para que suas próprias fraquezas discursivas sejam ocultadas. A imagem do homem das cavernas no romance aparece também em outra situação: “Desde que o primeiro homem das cavernas descobriu o fogo e decidiu que os que continuavam vivendo no escuro eram ignorantes, sempre foi civilização contra barbárie... e cada época tem seus bárbaros” (NGUYEN, 2017a, p. 109). Essa recorrência centraliza um dos agrupamentos humanos como *civilizado* por ter descoberto o fogo, um avanço cultural que legitima a hierarquização superior aos considerados *bárbaros*. Essa distinção aponta para a forma como a legitimação de uma narrativa ideológica surge como oposição ao outro.

Como na passagem anterior, que se refere à possibilidade de tomada de consciência pela empatia com o outro, ambos os confrontos diretos com a ambiguidade geram desconforto e medo, pois podem quebrar a ordem discursiva replicada. Nesse caso, tomar consciência de que o *bárbaro* é uma criação imaginária faz com que a ideologia dominante mostre seu caráter construído e sua artificialidade, além de abrir um leque para interpretação e revelar o caráter de maleabilidade dessas construções discursivas. Assim, não há uma construção ideológica que não necessite de uma oposição para se legitimar — mesmo que a distância entre as diferenças culturais não sejam tão grandes.

É a partir do obscurecimento de características que permitem ambiguidade ou similaridades entre o si e o outro que as lacunas de sentido são formadas. Por fim, a imagem da caverna que reverbera no romance faz referência ao mito da caverna de Platão, em que a possibilidade de sair para a luz, para o desconhecido, é um receio para os que se estabelecem no conforto das sombras. Da mesma forma, adquirir um estado querendo vislumbrar o que repousa nas sombras é concebido como perigoso pelos que promovem a ordem no espaço social de suas respectivas cavernas.

A ordem promovida nos espaços dominados pela escuridão se dá, primariamente, por meio do estado de vigilância e administração do medo. Mesmo que tenha duas mentes capazes de pensar a partir de ambos os vetores ideológicos, o protagonista, ao escrever sua confissão, encontra-se em um estado mental de conformidade, utilizando sua capacidade mental de forma cindida:

Eu compreendia a necessidade de minha detenção temporária e condições secundárias, pois a revolução devia ser vigilante, mas o que não conseguia entender, e esperava que o comissário explicasse, era por que os guardas tinham medo *dele* e, de modo mais geral, por que os revolucionários tinham medo uns dos outros. Não somos todos camaradas?, perguntei ao comandante em uma sessão anterior. Sim, disse ele, mas nem todos os comandantes têm o mesmo nível de consciência ideológica. [...] Devemos ficar vigilantes, mesmo em relação uns aos outros, mas sobretudo em relação a nós mesmos. (NGUYEN, 2017a, p. 325).

A ordem da revolução é mantida por um Estado de repressão, em que, constantemente, os membros desse espaço social temem a vigilância. A incerteza sobre ter as ações vigiadas ou não faz com que as pessoas que compõem esse espaço não tenham um sentimento de liberdade para se expressar. A vigilância, que se estabelece a partir do medo e da incerteza, é disseminada e se estende a todos: os sujeitos que se encontram em uma classe hierárquica acima, os que se encontram numa classe igual e o aqueles que estão numa classe abaixo. A camaradagem, citada pelo protagonista, passa a ser uma máscara para ouvidos e olhos prontos para delatar comportamentos considerados subversivos dessa ordem estabelecida. Sendo assim, no romance, a revolução pela liberdade do Vietnã se torna um regime totalitário e repressivo, “cujo principal instrumento de dominação [dessas expressões governamentais] é a tortura” (ARENDETT, 1970, p. 35), e o medo passa a ser uma peça fundamental para manter a ordem e evitar oposição dentro dessa configuração social em constante vigilância do si e do outro.

Ademais, a exata delimitação de posições hierárquicas e sociais dentro dessa ordem faz com que, quanto mais aproximação exista entre as pessoas envolvidas, mais se espera que haja

desconfiança. A proximidade e a desconfiança parecem ser relevantes conforme as pessoas tendem a pensar o outro a partir do si, como revela o protagonista em diálogo com Man: “Você só imagina o que eles veem por meio da maneira como vê a si mesmo” (NGUYEN, 2017a, p. 337). A frase, utilizada pelo protagonista para tentar aliviar o sentimento de insegurança de Man ao ser visto pela família como *o homem sem rosto*, devido às suas cicatrizes, apenas inquieta o amigo. Apesar de dizer que o medo de Man se baseia em como o homem vê a si mesmo, a passagem também revela o dialogismo das dinâmicas de diferenciação e de construção identitária. Transpondo para um contexto maior, estabilizar a ordem do grupo e a construção comunitária depende de como a diferença é criada a partir do si, remetendo ao caráter relacional da identidade. Dessa forma, a obtenção da autoconsciência sobre quem se insere e como se moldam essas classificações é um perigo para a ordem que regula o espaço.

O protagonista também desenvolve esse pensamento de forma mais detalhada, como um jogo de espelhos:

Talvez alguém dissesse que eu estava vendo coisas, mas a verdadeira ilusão óptica estava em ver os outros e você mesmo como indivisos e íntegros, como se estar em foco fosse mais real do que estar fora de foco. Achávamos que nossos reflexos no espelho fosse quem éramos de verdade, quando o modo como víamos a nós mesmos e como os outros nos viam muitas vezes não era o mesmo. (NGUYEN, 2017a, p. 375).

De acordo com o protagonista, a imagem formada a partir da relação com o outro elide os pontos de ambiguidade ou similaridade entre ambos os modelos utilizados para a comparação. O reflexo percebido a partir dessa dinâmica tende a colocar em foco apenas determinadas características, enquanto deixa de lado tudo o que gera desestabilização dessa imagem cristalizada. A ilusão, assim, passa a ser a imagem de quem é visualizado no primeiro plano do reflexo, como se fosse integral e completo, sem considerar as diversas camadas de subjetividade que perpassam o sujeito e que o tornam uma figura em constante transformação. Quanto mais a imagem visualizada nesse espelho se destaca, maior tende a ser a planificação identitária resultante. Na manipulação do reflexo, o que não possui ênfase ainda tem vetores que podem despertar sentido antagônico ao que está em evidência, mas tende a ser obscurecido ou ignorado. A partir da transposição dessas imagens para a esfera pública, a legitimação das narrativas do si se tornam cada vez mais comuns, fazendo com que as demais expressões que não são enquadradas nos ângulos escolhidos do reflexo sejam consideradas falsas (ou, a partir da atribuição de valores morais, avaliadas como *más*).

À medida que esses projetos discursivos em oposição passam a dependentes da polarização para se estabelecerem, o conjunto de informações excluídas aumenta, tornando a oposição entre os dois polos um cabo de guerra, cuja finalidade principal está na ação da oposição. Quanto mais estabelecido o embate discursivo, menos são consideradas as possibilidades de o embate chegar a um fim. Isso é, sem vislumbrar a possibilidade de que a oposição chegue a uma resolução, também é impossível refletir sobre os objetivos de uma vitória ou de uma possível derrota, uma vez que a ação dessa oposição está centrada apenas em si. Conforme a verdadeira face do comissário se desnuda ao protagonista — da mesma maneira que os conjuntos de ideais que movimentam a resistência e formatam a ideologia do estado vietnamita —, os questionamentos que antes ficavam fora do foco reflexivo tomam forma:

Tendo respondido à pergunta do comissário, encontramos-nos diante de novas perguntas, questões universais e atemporais que nunca se cansam. O que aqueles que lutam contra o poder fazem quando tomam o poder? [...] Por que os que clamam por independência e liberdade tiraram a independência e liberdade de outros? [...] Assim magnetizada pela experiência, nossa bússola continuamente aponta para os que sofrem (NGUYEN, 2017a, p. 382).

A tomada de consciência do protagonista centraliza a principal pergunta que rege a administração da ambiguidade, a qual pode ser reconstruída da seguinte forma: *como estabilizar um projeto identitário pautado pela ausência?* Considerando a metáfora de um cabo de guerra como o embate entre duas ideologias opostas, que necessita de uma oposição direta entre dois polos para que as unidades em cada extremidade tentem agir. A unidade, aqui, é vista como um ponto de identificação para unificação de um grupo social. Sem objetivos em comum ou narrativas compartilhadas, não é possível unificar dos polos. Porém, o que o protagonista nos mostra é que, mesmo ao final de uma disputa, a ausência dessa força opositora deve ser preenchida por novos crivos de sentido; caso contrário, a estrutura da corda deixa de ter sustentação.

De uma maneira ou outra, a mobilização social é engajada a partir da unificação de grupos, os quais necessitam de uma causa opositora. Porém, independentemente dos trajes utilizados para legitimar essas causas, ambos os extremos que guiam os embates a partir do binarismo têm o mesmo objetivo: a tomada de poder. Ainda, a estabilização do poder só é possível quando organizada a partir de uma matriz de sentidos —em caso de superar a força à qual se opõe e dar fim a uma disputa, é necessário que outra ordem seja estabilizada. O que o protagonista e Man discutem, por fim, é que as lutas por independência e liberdade estão tão focadas em se opor a uma determinada ordem que, por fim, a independência e a liberdade tomam um espaço secundário,

permitindo que, em seu lugar, seja estabelecida apenas uma nova formatação de poder. Em outros termos, quanto mais ênfase e estabilização uma oposição binária tiver, mais contradições carregará consigo.

7.2 A VIOLÊNCIA NO MARCO INDIVIDUAL COMO REFLEXO DO ESPAÇO SOCIAL

A expressão e a tomada de decisões dos personagens, assim como as situações em que se envolvem, parecem reproduzir a forma como internalizaram a violência vivenciada na infância. As diversas formas de violência do espaço de socialização dos personagens fazem com que a primeira relação com as regras seja a partir do uso da força, normalizando a violência perpetuada nas diversas esferas que esses indivíduos se inserem.

Essa proximidade com a violência, sendo explicitamente aplicada nos mais variados espaços sociais e por diferentes agentes, torna-se uma atividade comum, posteriormente sendo também a forma como os personagens aprendem a se posicionar para não serem silenciados dentro de seus contextos sociais. Para que os sujeitos não percam a agência sobre suas ações, é importante que suas decisões sejam pautadas a partir de um pano de fundo, o qual situa o si numa narrativa de sentidos que explique os crivos de violência que irrompem ao seu redor. A utilização da violência em um espaço social é legitimada conforme a capacidade que a construção de sentidos tem de justificar o ato:

[Bon] era o único homem que eu conhecera que parecia se comover profundamente não apenas com o amor, mas também com a perspectiva de matar. Enquanto ele era um especialista por necessidade, eu era um novato por opção, a despeito de ter tido minhas oportunidades. Em nosso país, matar um homem — ou mulher, ou criança — era tão fácil quanto virar a página do jornal matutino. A pessoa só precisava de uma desculpa e um instrumento, e muita gente de todos os lados possuía ambos. O que eu não tinha era o desejo ou os diversos uniformes de justificativa que um homem veste como camuflagem — a necessidade de defender Deus, o país, a honra, a ideologia, os camaradas —, mesmo que, em última instância tudo que ele está realmente protegendo seja essa parte mais macia de si mesmo [...] (NGUYEN, 2017a, p. 105)

Bon acredita que a violência que reproduz sob o comando do General e da guerra é um ato patriótico, sustentado pelo discurso militarizado que internalizou. O narrador expõe a constante presença da violência no país em que vive, de forma que a justificativa para a execução de uma pessoa se torna algo secundário. Ainda, a necessidade que faz de Bon um especialista em matar é a forma como o personagem aprendeu a sobreviver, considerando o constante estado conflituoso de seu país. Em contraponto, o protagonista se descreve como novato por opção, sendo sua

motivação para matar atrelada à sua encenação militar, uma vez que não alimenta sentimentos pela aplicação da violência. Para conviver com as ações violentas executadas sobre o outro, é necessário que a consciência do ato seja ofuscada pela motivação desse ato.

A comoção de Bon é um sucedâneo de significação das execuções que carrega consigo, enquanto a ausência de um sentimento do protagonista se deve ao fato de não precisar pesar a privação da vida de alguém pelas suas próprias mãos. Além disso, para que o ato de matar não seja concebido como uma barbárie, faz-se necessário que a violência aplicada ao outro esteja revestida por formatações discursivas, pois a ausência de uma justificativa para tal revelaria facilmente a face da barbárie que se esconde por das camuflagens do uniforme militar.

Seu único interesse era ameaçar os ladrõezinhos de sofrer graves danos físicos até vê-los cair de joelhos, entregar as bebidas escondidas em suas jaquetas e implorar por perdão. Bon estava apenas os ensinando da forma como nós havíamos aprendido. Nossos professores eram firmes defensores da punição corporal que os americanos haviam relegado ao passado, o que provavelmente era um dos motivos para não ganharem mais guerras. Para nós, a violência começava em casa e continuava na escola, pais e professores batendo em crianças e alunos como se fossem tapetes persas, para tirar deles o pó da vaidade e da estupidez, e desse modo torná-los mais belos. Meu pai não era exceção. Ele era simplesmente mais magnânimo que a maioria, tocando xilofone nos nós dos dedos dos alunos com sua régua até nossas pobres juntas ficarem roxas, azuis e pretas. Às vezes fazíamos por merecer a surra, às vezes não, mas meu pai nunca mostrou o menor remorso quando alguma evidência de nossa inocência vinha à tona. Como éramos todos culpados do Pecado Original, mesmo uma punição equivocadamente ministrada era de certo modo justa. (NGUYEN, 2017a, p. 251-252).

Como forma de justificar a utilização da violência, a ação sobre o outro é revestida por camadas que servem como filtros. Uma dessas camadas são as regras de cada espaço: Bon, como alguém que trabalha no bar, deve prezar pela ordem desse estabelecimento, tendo como base as transações de compra e venda que asseguram o funcionamento do local. Seguindo essa lógica, a tentativa dos jovens de burlar a ordem roubando bebidas deve ser punida imediatamente pelo responsável desse espaço social. Aqui, Bon se torna o agente executor da ordem, sendo a violência a resposta imediata do personagem, conforme sua experiência de socialização. A possibilidade de agir dessa maneira é legitimada pelo eixo de regulamentações desse espaço: Bon estaria, à sua maneira, evitando que a estrutura desse espaço deixe de funcionar. Dessa forma, o ato é perpassado por um eixo moral que não é questionado.

A violência cotidiana descrita pelo narrador na passagem também mostra as diversas esferas sociais que podem legitimar o uso da violência. Considerando que a educação dos personagens ocorre em dois núcleos (o privado e o público), é possível categorizar como os valores

são atribuídos nesses ambientes de socialização. O principal eixo que perpassa ambos os espaços está ligado à religiosidade e à hierarquização presente: a escola e o espaço familiar são diretamente conectados aos ideais religiosos impostos pela colonização francesa. A religião, que surge como um recurso para legitimar o uso da violência na dominação do outro, tem uma importância ainda maior com sua participação tanto na escola quanto no núcleo familiar — visto quando o narrador cita sua relação particular com o pai. O pai, mesmo não sendo presente em seu núcleo familiar, reivindica o direito de executar a punição na esfera pública (a escola). Mesmo que a punição não seja justa, ela não pode ser questionada, pois sua legitimação está atrelada à religião que regula o pensamento tradicional dessa comunidade.

De acordo com Mathias (2017), a violência que tende minar os espaços nos quais os refugiados se inserem — em maior ou menor escala — tem “efeitos profundos sobre a autoconcepção do sujeito, produzindo uma configuração anímica que de algum modo repercutirá sobre a produção de recursos nos três eixos essenciais para a construção da identidade e, com ela, a voz própria” (MATHIAS, 2017, p. 71). A divisão interna e a exploração constante também fazem com que as expressões de violência sejam vivenciadas pelos personagens do romance antes mesmo de saírem completamente do Vietnã, considerando o movimento de mobilidade interna que os extensos conflitos causaram à população.

A utilização da violência como punição está arraigada na formação civil desse espaço social, marcado pela dominação militarizada e por confrontos constantes. De acordo com a perspectiva dessa postura inflexível, o protagonista observa que existe a pressuposição de que sujeitos formados por essas práticas se tornariam mais íntegros e capazes de triunfar, possibilitando também aptidão para a guerra e sujeitos despidos de vaidade. A vaidade e a estupidez que essa ordem deseja apagar dos indivíduos em formação são, assim, atreladas à capacidade de interrogar e se opor a uma socialização sem diálogo que tem como base a imposição de regras soberanas aos indivíduos. Apesar da asserção, é evidente que ela é perpassada de ironia, considerando que o próprio narrador, sem refletir, não age em conformidade plena com as ordens que lhe são impostas pelos superiores. Sem poder escapar dessas estruturas, a ação do protagonista e o seu entorno estão constantemente permeados por diferentes níveis de violência e formas distintas de dominação. Essas estruturas transcendem o nível de ação pessoal e o espaço físico, sendo também transportadas para o novo espaço de socialização, quando o personagem e os demais refugiados se assentam nos EUA.

Outro viés problemático da capacidade de questionamento — que, por conveniência do regime imposto no Vietnã diegético, deve ser suprimido — é a capacidade de rememoração. Em outras palavras, a imposição da violência sob um regime de regras estritas não permite que a comunidade colonizada questione a imposição do que é considerado digno de rememoração dentro desse espaço. A principal motivação de Man ao torturar o protagonista é fazê-lo recobrar as memórias esquecidas, buscando, na mente do personagem, o cerne de seu alinhamento. No início do romance, quando em serviço do General, o protagonista cita seu encontro com uma informante de Man que tentava esconder uma lista de nomes de pessoas vinculadas ao *Special Branch*, o esquadrão de combate e inteligência do General e do protagonista (“Todos os nossos nomes, do oficial de patente mais baixa ao General, haviam sido encontrados em uma lista [...] Sua existência de papier mâché era prova de que membros do Special Branch, acostumados a observar, também eram observados” NGUYEN, 2017a, p. 17). Nessa ocasião, o protagonista recolhe para si o papel da boca da mulher e a entrega para ser interrogada, sem que ela pudesse saber que eram colegas de causa, ambos simpatizantes. O protagonista é obrigado pelo major glutão a assistir o interrogatório da agente, tornando-se uma experiência traumática que é obscurecida na memória do protagonista. Com a técnica de tortura por privação de sono e comida que Man utiliza, essas lembranças dolorosas se tornam acessíveis, mesmo de forma involuntária:

Como não é possível ver nem tocar sua mente, só o que podemos fazer é ajudar o paciente a ver sua própria mente mantendo-o acordado, até que ele possa observar a si próprio como sendo um outro. Isso é crucial, pois somos os mais capacitados a conhecer a nós mesmos e, no entanto, os mais incapazes de reconhecer a nós mesmos (NGUYEN, 2017a, p. 345).

Essa técnica de tortura demarca o momento em que o protagonista passa por um processo completo de dissolução do si, denotado na obra a partir da perspectiva de focalização assumida para tratar o narrador enquanto personagem. A partir da maneira como as cenas da memória são reconstruídas no romance, elas se apresentam de forma direta e indireta, o que, até a escrita da primeira confissão, não acontecia. A voz narrativa passa a tratar do “si” como “ele”, e as interações diretas e suas respostas são substituídas por uma marcação de diálogo estruturada como pergunta-resposta. Esse afastamento do narrador de seu personagem reflete sua perda de consciência como protagonista, que passa a agir e rememorar sob a ordem uma nova voz que organiza sua estrutura memorial. Dessa forma, as memórias dolorosas não são apenas acessadas, pois a pessoa que detém o controle dessas informações não é o próprio sujeito. Essa distância entre narrador e protagonista revisa episódios específicos da narrativa identitária do personagem para colocar em foco o que ele

não deve esquecer enquanto a dinâmica de tortura passa a tratá-lo como um *paciente* que possui a mente *operada* de forma externa.

É a partir desse estado de perda da agência individual sobre a própria capacidade de rememoração que são trazidos os fragmentos da memória individual, revelando o impacto da violência sobre os corpos dos personagens para outras esferas:

Como ele poderia ter esquecido a agente com a evidência de papier mâché em sua boca? [...] Ela ficou no centro da sala espaçosa, nua sobre uma mesa coberta com uma manta preta de borracha, mãos e pés amarrados às quatro pernas da mesa. O cinema estava iluminado apenas pela luz fluorescente no teto, as cortinas de blecaute dobráveis puxadas até o fim. Empurradas ao acaso contra as paredes havia cadeiras dobráveis de metal cinza, quanto no fundo da sala havia um projetor Sony. Na parede oposta, a tela de cinema servia como pano de fundo, de onde Claude observava junto ao projetor, para o interrogatório da agente. O major glutão estava no comando, mas, tendo abdicado de seu papel para os três policiais no cinema, sentou e assistia de uma cadeira dobrável, o rosto infeliz e suando (NGUYEN, 2017a, p. 351).

O ambiente do interrogatório, que logo se apresenta como um espaço de tortura e violação, é descrito como uma sala de cinema, apontando para uma possível tragédia da personagem no centro desse espaço. A ambientação e os personagens envolvidos não parecem estar na cena aleatoriamente, considerando a presença de um projetor Sony, que remete ao jornalista e ao próprio major glutão, ambos fantasmas do passado que perseguem o protagonista no presente. A caracterização dos policiais que se posicionam para agredir a jornalista também se demonstra inquietante, uma vez que vestem uniformes brancos e são considerados por muitos como “camundongos” (NGUYEN, 2017a, p. 252). Nesse sentido, o próprio protagonista traça um paralelo com a forma como os três degradam o corpo da agente: “pareceu-me que eram mesmo, no final das contas, camundongos, reunidos em um pedaço de queijo” (NGUYEN, 2017a, p. 353). O êxtase dos policiais para atacar a mulher de forma oportunista demonstra que o interesse principal deles, ao invés de ter respostas, era violar o corpo vulnerável.

Ao perceber que “aquilo não era um interrogatório, mas uma sentença, escrita pelos policiais com seus instrumentos na mão” (NGUYEN, 2017a, p. 352), a agente tenta resistir:

Vamos começar pelo fácil, disse o policial de meia-idade, subindo desajeitadamente na mesa, entre as pernas dela. Qual é seu nome? Ela não disse nada, mas quando ele repetiu a pergunta, alguma coisa primitiva despertou nela, e quando abriu os olhos para olhar o policial, disse: Meu sobrenome é Viet e meu nome é Nam. Por um momento os três policiais ficaram emudecidos. Então explodiram numa gargalhada (NGUYEN, 2017a, p. 353).

O grito de resistência da agente, que soa como um grito de guerra, evoca o nome do país, Viet Nam, e sua fala não passa despercebida, uma vez que traz um momento de silêncio. Mesmo com o riso dos policiais, sua fala gera inquietação. O ato da agente filiada ao partido de resistência do Vietnã também pode ser lido como uma metáfora para a exploração e o ataque do país. Assim como o corpo da agente está para a terra de origem dos personagens, os três policiais estão para os três principais momentos de exploração e degradação do país: a) a colonização francesa; b) a imposição de políticas internacionais sobre o país com a importação de moldes ideológicos; e c) a posterior deterioração do território pela influência da Guerra Fria. Assim sendo, cada um dos policiais está para um dos principais momentos que recaíram sobre o território vietnamita durante os anos de conflito, gerados pela colonização e pela exploração por parte das grandes potências e seus interesses que foram impostos sobre o território.

Além disso, a metáfora remete, explicitamente, ao silenciamento do povo vietnamita, quando a agente é fisicamente incapacitada de exercer sua voz para expressar resistência. Apesar de não poder se expressar diretamente nesse momento, seu olhar não deixa de indicar para o protagonista o que está por trás das sentenças impostas a ela: “Apenas por um momento vi a verdade em seus olhos, e a verdade era que me odiava pelo que acreditava que eu era, o agente de um regime opressivo” (NGUYEN, 2017a, p. 17). A incapacitação física da personagem, tanto no momento de captura quanto no de tortura, não apaga de seu semblante a inconformidade de um sujeito condicionado às hierarquizações e às explorações impostas. Por fim, o corpo da agente é deixado pelos policiais da mesma maneira que o território do Vietnã: explorado com a invasão dos povos colonizadores, degradado pela violência promovida pelas guerras e, por fim, com sua própria voz silenciada pelas ideologias e políticas externas, como forma de “limpar” os indícios mais diretos da colonização e exploração, reestruturando, por fim, uma ordem que não lhe era natural nem mesmo consentida.

A força e o impacto dessas lembranças irrompendo na consciência do protagonista em seus momentos de lucidez durante a tortura não são o bastante para livrar de si o peso de ter participado desse episódio: “ocorreu ao paciente que de fato se lembrava do que esquecera, e que se ao menos pudesse articular isso o fio seria removido da ponta de seu nariz, o gosto da bateria em sua boca iria embora, as luzes seriam apagadas e poderia, enfim, dormir” (NGUYEN, 2017a, p. 349). Sem a capacidade de articular o que havia presenciado, é impossível que o personagem exponha a sua inquietação e se posicione como testemunha da barbárie que ocorrera perante os

seus olhos. Para o protagonista, retirar de si a inquietação do trauma permitiria que ele enfim dormisse, descansasse não apenas dos flagelos impingidos sobre seu corpo, mas também de suas capacidades psíquicas.

Todavia, quando o protagonista expressa o seu desejo de descansar, Man lhe diz: “Claro que você não pode dormir. Revolucionários sofrem de insônia, têm demasiado medo do pesadelo da história para dormir, são atormentados demais pelos males do mundo para não ficar despertos, ou pelo menos foi o que disse o comandante” (NGUYEN, 2017a, p. 357). A capacidade de revolucionar mencionada por Man concerne à capacidade de ação como principal movimento para resistência às redes de dominação. Ao perceber isso, o protagonista entende sua principal fraqueza em relação ao seu envolvimento com a resistência vietnamita: “Vi eu mesmo admitindo. Vi eu mesmo concordar que não estava sendo punido ou reeducado por coisas que fizera, mas pelo que não fizera. Chorei e gritei desbragadamente pela vergonha que sentia. Eu era culpado do crime de não fazer nada” (NGUYEN, 2017a, p. 358). A omissão e o silêncio, assim como o esquecimento, tornam-se crimes tanto contra si quanto contra os demais que habitam esse espaço.

À vista disso, o sono e o descanso do protagonista se relacionam como uma predisposição para o esquecimento e afastamento das tensões latentes do espaço social; em outras palavras, é um posicionamento que permite o apagamento e a reescrita de novas narrativas sobre os eventos antecedentes. Compreendendo a gravidade do esquecimento ao qual estava se permitindo, o protagonista reflete: “Para ser um sujeito revolucionário, devia ser um sujeito histórico que se lembrava de tudo, coisa que podia fazer apenas ficando completamente acordado, mesmo que ficar completamente acordado acabasse, por fim, por matá-lo” (NGUYEN, 2017a, p. 342). Se Man permitisse que seu principal aluno, o protagonista, descansasse e dormisse, também estaria permitindo que seu legado de resistência sucumbisse ao silêncio e a um estado de conformidade.

A tortura executada sobre o corpo do protagonista é, por fim, o último recurso para de não permitir que a memória histórica se apague da mente. A gravidade desse apagamento se reflete na circunstância em que ambos os personagens se inscrevem, pelo fato de serem os únicos do enredo a conquistar a consciência plena sobre as estruturas discursivas utilizadas para dominar. O estado de vigilância constante é retomado como um princípio para que os sujeitos engajados em transmitir mudanças não sucumbam ao relaxamento mental e que, em suma, desenvolvam a capacidade de se articular de acordo com os modelos de discurso necessários para que sua voz possa ser ouvida (em

outros termos, para que suas memórias e ideias tenham o alcance necessário para não serem apagadas).

7.3 APROPRIAÇÃO E RESISTÊNCIA

Com a exaustão do protagonista, que quase o leva à morte, sua psique é dissolvida, fazendo com que o exercício da escrita seja novamente imposto a ele. Dessa vez, a revisão e a reescrita de sua confissão passa a ter o objetivo de rearticular as suas faculdades cognitivas. O estado de dissolução do si enfrentado pelo protagonista é encenado no romance pela mudança da focalização narrativa no decorrer da tortura. Conforme a psique do protagonista se afasta, os eventos do romance são momentaneamente apresentados por meio de discurso direto. O afastamento e dissolução do si do protagonista é representado pela mudança estética do discurso apresentado ao leitor, enfatizando a subversão do estilo discursivo do texto, característica da literatura pós-moderna.

Após a tortura, o narrador volta a se apresentar ao leitor como o protagonista em primeira pessoa, mas ainda remontando os eventos a partir de um tempo passado, levando a crer que o personagem principal do romance ainda não se integra completamente ao narrador. Aqui, a releitura e a reescrita da confissão é uma maneira encontrada por Man para não permitir que o protagonista perca seu fio norteador, representando uma chave para guiar a principal revisão do si que o personagem iria enfrentar:

Quando terminei de copiar minha confissão, meu juízo voltara o suficiente para eu entender que as respostas não seriam encontradas naquelas páginas. [...] Senti pena do homem com duas mentes, como seria de esperar. [...] Como um homem de duas mentes ousava achar que podia se representar, muito menos algum outro, incluindo seu próprio povo recalcitrante? (NGUYEN, 2017a, p. 373-374).

Efetuar a cópia da confissão, revisando a própria trajetória e narrativa identitária anterior, permite que o protagonista reorganize sua mente e exercite suas capacidades cognitivas. Esse exercício de revisão do si revela uma nova forma de conceber a narrativa existencial, considerando que o protagonista não se identifica mais com as formulações anteriores, nas quais se considerava um homem cindido em dois. A principal fraqueza que encontra em sua busca por representação e resistência está vinculada à forma como não se permitia existir em harmonia, colocando constantemente em questão uma construção ambígua do si. Apesar de poder conhecer e ampliar

suas percepções mais facilmente ao se manter num entre-lugar de pertencimento, a cisão impedia que o protagonista se sentisse pertencente a um grupo. Posteriormente, encontrando harmonia, consegue perceber a si com o potencial de se representar e emprestar sua voz também a outros, uma vez que pode transitar por entre diversas etiquetas classificatórias. Podendo se inscrever assim, permite-lhe que também enfraqueça o potencial de classificação de etiquetas excludentes, contanto que seja capaz de legitimar seu lugar de pertencimento.

A tendência de classificar grupos internamente — o que também se aplica ao protagonista em função de seu potencial híbrido — apenas ressalta as inconsistências e enfraquece o sentimento de unanimidade de agrupamentos sociais. Conforme o protagonista reconstrói a si, desperto das classificações impostas a ele por personagens com visões parcialmente ofuscadas por modelos ideológicos e discursivos, ele se torna capaz de reivindicar um local de pertencimento sem que modelos de classificação externos deslegitimem sua narrativa do si.

É a partir da pacificação dos confrontos internos e de uma visão amplificada dos modelos discursivos que regem a socialização que Man e o protagonista percebem a posição irônica em que se encontram: inseridos num sistema de Estado repressor que atua em favor da liberdade:

Além de um homem se rosto, apenas um homem de duas mentes conseguia entender essa piada, sobre como uma revolução travada pela independência e liberdade podia fazer as coisas *valerem menos que nada*. Eu era esse homem de duas mentes, eu e eu mesmo. Havíamos passado por tanta coisa, eu e eu (NGUYEN, 2017a, p. 377).

O pano de fundo que justifica a sociedade em constante vigilância perde seu sentido a partir do momento em que a resistência ao poder opressor anterior passa a executar a mesma repressão sobre o espaço social, embora com outras justificativas. A utilização de slogans de legitimação é descrita pelo protagonista como um objeto prejudicial à própria causa ideológica: “Como podia esquecer que toda verdade significava pelo menos duas coisas, que slogans eram ternos vazios vestidos no cadáver de uma ideia? Os ternos dependiam de como a pessoa os usava, e esse terno agora estava gasto” (NGUYEN, 2017a, p. 371).

O personagem considera os slogans como simplificações discursivas, ideias planejadas para estimular a disseminação de um viés ideológico. A utilização e a reprodução dessas construções prontas e sua simplificação permitem que a própria causa seja revertida — sem que isso seja percebido. A inversão dos valores estampados nos slogans é codificada na conversa dos

personagens como um terno: uma forma de apresentação social a partir de um traje adequado à situação.

Na passagem, também é possível perceber a mudança de posicionamento do protagonista sobre si, quando há ausência de oposição entre os “eus” internos que constituem o seu si. Aqui, há um estranhamento entre o “eu” do passado e o “eu” presente; porém, o narrador não recusa a presença dessas duas forças internas nem relega sua construção anterior a um passado. Pelo contrário: conforme suas palavras se tornam carregadas de consciência sobre si e sobre as próprias ações e conforme o potencial de representação que seu discurso articulado pode alcançar, o narrador e o protagonista novamente se aproximam, dessa vez a partir do uso da primeira pessoa do plural: “Vivamos ou morramos, o peso dessas palavras ficará pendurado em nós. Apenas mais algumas precisam ser escritas à luz dessa lâmpada a óleo” (NGUYEN, 2017a, p. 382).

Essa aproximação e a nova forma de expressar narrativa do si autentica o pertencimento do protagonista como uma voz com potencial de narrar a experiência histórica de sua comunidade. A inclusão de ambos os eus que habitam o personagem em um conjunto plural (“nós”), ao falar de si e de sua memória, aguça a experiência comunitária das memórias que são escritas. Ademais, ao não referir a si a partir de um estado de passado, não permite que essas experiências sejam concebidas como completas ou resolvidas. Existe um esforço constante do protagonista no exercício de sua voz, que atualiza o impacto que ele sofreu e pode ser transcrito como uma voz representante de uma comunidade. São essas palavras que, a partir da escrita de sua confissão, ele busca perpetuar e marcar como uma situação não finalizada.

O reconhecimento do potencial da tomada de consciência e do exercício da voz é retomado anteriormente na metáfora do terno:

Esse terno esquisito caía bem em mim, pois seu corte era moderníssimo. Vestindo esse terno do avesso, minhas costuras indecorosamente expostas, compreendi, enfim, como nossa revolução fora da vanguarda da mudança política à retaguarda do acúmulo do poder. Nessa transformação, não éramos únicos. Os franceses e americanos não haviam feito exatamente o mesmo? Outrora, também eles revolucionários, haviam se tornado imperialistas, colonizado e ocupando nosso pequeno país desafiador, tirando nossa liberdade sob o pretexto de nos salvar. Nossa revolução demorou um tempo bem mais longo que a deles, e foi consideravelmente mais sangrenta, mas compensamos o tempo perdido. Quando se tratou de aprender os piores hábitos de nossos senhores franceses e seus substitutos americanos, depressa provamos ser os melhores. Nós também éramos capazes de corromper grandes ideais! Tendo nos libertado em nome da independência e da liberdade – estou tão cansado de dizer essas palavras! –, em seguida privamos nossos irmãos derrotados da mesma coisa (NGUYEN, 2017a, p. 376).

Compreendendo os discursos que cercam os espaços em que o protagonista se insere, ele se torna capaz de utilizar essas construções a seu favor. Como metáfora de terno, podem ser lidos os discursos que o protagonista é capaz de encenar e vestir em si, enquanto suas costuras estão expostas à ambivalência que carrega consigo. As costuras, como ambiguidades que se estabelecem entre os diversos pedaços que dão formato ao terno do protagonista, não sendo mais escondidas, permitem que as fragilidades das narrativas identitárias e norteadoras desses espaços sejam utilizadas de uma forma a moldar essa vestimenta. De outro modo, não é necessário apagar a ambivalência para resistir às práticas de dominação discursivas e narrativas, mas é preciso saber utilizá-las para realocar o sentido.

Ao final, o vestir o terno ao contrário dá, ao protagonista, a percepção de que os slogans que facilitam a assimilação de ideias e ideologias são simplificações. Com isso, é possível se apropriar das mesmas estratégias discursivas para resistir e reproduzir novas formatações de dominação. Sendo assim, a principal necessidade desses ternos está em fornecer sentido para organizar como esses slogans são apresentados.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista a trajetória do protagonista, que, ao iniciar sua narrativa, é confrontado pela constante experiência de deslocamento perante as etiquetas de classificação e, por fim, ao árduo processo de tortura, ele recobra memórias obscurecidas que passam a fornecer crivos de pertencimento. É possível compreender que o empreendimento do personagem em ressaltar suas características ambíguas se torna uma forma de resistência. Enquanto as etiquetas classificatórias tendem a estabelecer moldes fixos e inflexíveis — seguindo padrões discursivos e ideológicos —, resistir ao apagamento da ambiguidade que permeia as diversas esferas de socialização é uma maneira de evitar simplificações que não contemplam a multiplicidade de experiências e sentidos de sujeitos que se distinguem das narrativas hegemônicas. No caso da comunidade de refugiados do romance, as expressões ideológicas que norteiam a construção de narrativas de sentido fazem com que os personagens sofram com rupturas abruptas de sentido, conforme as experiências étnico-culturais tendem a ser rigidamente classificadas a partir de dois polos de classificação: o “eles” (comunistas) e o “nós” (vietnamitas representantes dos costumes tradicionais).

No romance, também é possível perceber a relação entre as esferas privada e pública no gerenciamento de práticas culturais. A partir das inclinações pessoais, os personagens selecionam e atribuem valores às expressões culturais, moldando suas práticas diárias conforme a narrativa comunitária com que se identificam, transpondo esses símbolos para a esfera pública através de suas encenações sociais. Contudo, aqueles personagens que têm determinada posição social de destaque dentro dessas malhas comunitárias tendem a selecionar e indicar quais vetores ideológicos regem a construção de tradição desses espaços. Apesar disso, para que essas visões de mundo sejam legitimadas, é importante que a esfera privada se comunique com a esfera pública, ou seja, que esses personagens tenham acesso aos meios de produção de símbolos culturais: construções midiáticas, rede de informações e produções artísticas e culturais que se comuniquem com a comunidade. É a partir da reprodução constante de símbolos que podem despertar identificação que as narrativas comunitárias são formuladas, estabilizando os moldes da tradição nesses espaços sociais e permitindo que o sentimento de unificação e pertencimento seja despertado. Sendo assim, as dinâmicas de socialização do sujeito que dependem do confronto entre as esferas pública e privada se tornam um aspecto fundamental no posicionamento do sujeito perante o grupo.

É a partir das narrativas comunitárias de pertencimento que os vetores de identificação dos personagens deslocados de seu território nacional são recriados. A formação de pequenas comunidades no país de assentamento permite que esses personagens mantenham seus costumes a partir dos recursos acessíveis nesse espaço. As produções culinárias, por exemplo, são recriadas a pelo acesso a produtos disponíveis em mercados de outras pequenas comunidades minoritárias asiático-americanas. A utilização de ingredientes em comum com outras culturas demarca as intersecções transnacionais e transculturais que se formam dentro do espaço nacional, demonstrando o potencial de transformação das identidades culturais. Enquanto isso, a identificação nacional também é reformulada com produções artísticas, as quais utilizam a memória conjunta como pano de fundo para reimaginar o si, com o reposicionamento em novos espaços de socialização.

A representação do si passa a ser fundamental para os personagens que pertencem a essas comunidades minoritárias, uma vez que são constantemente confrontados com a deslegitimação de seu pertencimento pelo grupo hegemônico. A depender da caracterização do grupo hegemônico, esses sujeitos são constantemente vistos como estrangeiros dentro do território nacional, mesmo que tenham cidadania ou até mesmo características étnicas híbridas. Com isso, constantemente, recaem sobre eles as narrativas de identidades presumidas, em que estereótipos gerenciados pelo grupo hegemônico são impostos e apagam a identificação pessoal e os meandros de subjetividade de cada personagem. Os estereótipos tendem a ser guiados por simplificações do sujeito a partir da diferenciação entre os grupos compostos por “nós” e “eles”, os quais não se preocupam em verificar a semelhança nas intersecções, mas em intensificar a distância das lacunas entre esses grupos.

Uma das principais formas de perpetuação e legitimação desses conjuntos de identidades presumidas é identificado no romance a partir da indústria cinematográfica, sendo posteriormente exportada para outros contextos nacionais, conforme o potencial de alcance dessas produções. A capacidade de exportar esses símbolos de significação permite que as narrativas sejam moldadas conforme a expressão e o ponto de vista de quem detém o poder sobre essas produções, a saber, as grandes potências culturais do romance. A possibilidade de empregar ao outro a própria versão narrativa dos eventos — neste caso — se torna também o poder de administrar o que é compreendido pelos eventos históricos.

A cisão causada por polos binários no romance delimita o pertencimento e a agência dos personagens que se inserem nos entremeios dessas classificações, como é o caso do protagonista,

em função de sua identificação vietnamita, e de Sofia Mori, considerando sua nacionalidade norte-americana repetidamente deslegitimada pelas experiências de interação com o grupo hegemônico. As interações entre grupo hegemônico e grupos minoritários, dentro dessa dinâmica de formação de narrativas norteadoras, não levam em consideração as zonas de contato, ou seja: as trocas étnico-culturais que ocorrem conforme é estabelecido contato entre dois grupos distintos, as quais resultam em construções híbridas. Esse é o caso do protagonista, perpassado por características resultantes de contato transnacional e transcultural. O protagonista personifica e contrasta as dualidades da ação colonial no Vietnã e a construção individual pelos seus percursos como um sujeito capaz de transitar em diversos espaços nacionais e culturais. Tanto como imigrante quanto refugiado, é a partir do enfrentamento dessas dualidades que o sujeito híbrido finalmente surge, não resistindo ou elidindo as ambiguidades, mas reformulando uma narrativa de si que é capaz de comportar o sujeito híbrido resultante de seu percurso individual.

A respeito do corpo do sujeito como representação de um espaço maior, o romance traz a metáfora do território nacional como um corpo feminino, que constantemente é violado. Essa metáfora se apresenta na narrativa a partir de duas principais personagens: a mãe do protagonista, citada diversas vezes, e a agente comunista que é torturada. No caso da mãe do protagonista, a ação de violência ocorre de forma menos explícita: é trazida a relação de uma jovem mãe solteira cujo pai de seu filho nunca assumiu publicamente seu compromisso com ela, relegando-a ao ostracismo comunitário. Para além da relação do compromisso familiar, o principal ponto que se estabelece é a liberdade do sujeito colonizador, o padre francês, em deixar suas sementes na terra invadida (a mãe como corpo metafórico para esse cultivo), resultando num filho bastardo que carrega consigo marcas de alteridade que não são socialmente aceitas pelos moldes que não comportam expressões de representação híbrida. É a partir dessa vivência individual que o percurso do protagonista se abre para revisar sua identidade a partir de uma reescrita que seja capaz de comportar essas marcas de alteridade, utilizando-as como forma de resistência conforme ele utiliza esses símbolos como forma de transgredir as fronteiras de pertencimento.

Para que essa transgressão seja possível, os personagens precisam adquirir consciência sobre os símbolos fronteirios e se apropriar de determinados recursos discursivos para percorrer caminhos. Para além da apreensão da língua, é necessário dominar os mecanismos discursivos que formam o sentido a partir da utilização da língua, o que surge a partir da apreensão de símbolos e valores culturais. É a partir dessa conquista de consciência que a memória se torna fundamental

para o exercício da voz desses personagens: recobrando as lembranças da violação e da dominação, é possível reconstruir contranarrativas históricas que revisem a participação dos sujeitos de grupos minoritários e de grupos dominantes nos eventos traumáticos. Além disso, a memória permite que esses eventos não sejam vistos como episódios passados, mas como resultados que se perpetuam no presente.

É a partir desse fio da memória que a metáfora do corpo individual da agente sendo violado se manifesta, a partir da necessidade do protagonista, como testemunho e personagem passivo no episódio, reconhecendo sua culpa por esquecer o que havia presenciado para não precisar confrontar sua falta de ação. Em outras palavras, ao permanecer em silêncio durante a tortura da mulher e permitir que essa lembrança fosse esquecida, o protagonista é emudecido enquanto agente histórico. Com a possibilidade de confrontar seu papel e expressar o que foi presenciado, uma nova rede de sentidos se forma a partir relação com a lembrança que lhe gera desconforto. Ainda, as memórias que o protagonista carrega consigo também tomam a forma de fantasmas, presenças constantes que lhe lembram as matrizes de violência que o cercam e instrumentalizam.

A reconciliação do protagonista com suas facetas identitárias é uma unificação dos polos identitários constantemente utilizados como forma de classificar. Essa conciliação é representada a partir da mudança de focalização da voz narrativa, que passa a ser uma voz plural, mesmo que imbuída à consciência do protagonista. Essa mudança evita que as ambiguidades internas tenham sua representação perpetuada como símbolos antagônicos, buscando abranger as diversas intersecções desse indivíduo. A resistência à singularização e à antagonização dos polos é um esforço que se dá para o não apagamento e silenciamento das construções identitárias pelas vias binárias. Nisso, a memória do narrador busca uma reconstrução dos fragmentos do si a partir de uma narrativa identitária que possa abranger as nuances menores, as quais tendem a ser silenciadas pela atribuição de moldes normativos.

Por fim, o reconhecimento do caráter híbrido do protagonista mostra ser um caminho possível para utilizar a ambivalência em seu favor. Mesmo constantemente confrontado com fronteiras de pertencimento, ao conseguir alcançar um estado de consciência sobre sua condição, é possível transgredi-las. A transgressão se dá, principalmente, pela maneira como a ambiguidade é realocada e reconstruída a partir da utilização de formatações discursivas. Para tanto, o protagonista

deve compreender sua condição enquanto sujeito *transnacional*, isto é, situar o si deslocado em uma nova malha de sentidos que possa agregar todo o potencial de transformação de seu percurso.

A voz desse sujeito, que adquire consciência sobre sua condição e empreende esforços para recriar o sentido narrativo do si, passa a ter o potencial de autorrepresentação. Todavia, o romance demonstra que não necessariamente todos os sujeitos deslocados compreendam as estruturas discursivas que permitem transgredir essas fronteiras, considerando que a aquisição da autonomia e a agência sobre o poder de representação e reconstrução das contranarrativas depende de uma mobilização maior e de mais oportunidades.

REFERÊNCIAS

ADAMS, Bella. **Asian American Literature**. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2008.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**: Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. Tradução: Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ANDERSON, Gary. Vietnam and World War Two. **Vital Speeches of the Day**. [s. l.], v. 72, n. 6, p. 181–186, 2005. Disponível em: <<https://search-ebshost-com.ez47.periodicos.capes.gov.br/login.aspx?direct=true&db=aph&AN=20220940&lang=pt-br&site=ehost-live&scope=site>>. Acesso em: 11 dez. 2021.

APPIAH, Anthony Kwame. **The Lies that Bind**: Rethinking Identity. New York: Liveright, 2019.

ARENDDT, Hannah. **Da Violência**. Tradução: Maria Claudia Drummond. Título Original: **On Violence**, 1964-1970. Data de digitalização: 2004.

BAUMAN, Zygmunt. **Identity**: conversations with Benedetto Vecchi. Cambridge: Polity Press, 2004.

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**. Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed. 2005.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernity and Ambivalence**. Cambridge: Polity. 1998.

BAUMAN, Zygmunt. **Liquid Modernity**. United Kingdom: Polity, 2000.

BERND, Zilá. Afrontando fronteiras da literatura comparada: da transnacionalidade à transculturalidade. **Revista Brasileira de Literatura Comparada**, n. 23, p. 211-222, 2013.

BHABHA, Homi K. **Nation and Narration**. London and New York: Routledge, 2000.

BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Tradução Myrian Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis, Gláucia Renate Gonçalves. 2. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

BROOKE, Sebastian. Constructing Identity: Nation, Culture, Language and Media. **英文学思潮** 89, 9-20, 2016. Web. Disponível em: <<https://www.agulin.aoyama.ac.jp/repo/repository/1000/19684/19684.pdf>>. Acesso em: 13 dez. 2021.

BUTLER, Judith P. **Problemas de gênero**: Feminismo e subversão da identidade. Tradução Renato Aguiar. 19. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020.

CANDAU, Joël. **Memória e identidade**. Tradução Maria Leticia Ferreira. 1. ed., 5ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2019.

CERTEAU, Michel. **A cultura no plural**. Tradução: Enid Abreu Dobranetzky. Campinas, SP: Papirus, 1995.

CHAE, Youngsuk. **Politicizing Asian American Literature**. New York: Routledge, 2008.

CHAKRABARTI, Sumit. Moving beyond Edward Said: Homi Bhabha and the problem of postcolonial representation. **Interdisciplinary Political and Cultural Journal**. v. 14, n. 1, p. 5-21, 2012.

COSER, Stelamaris. Híbrido, Hibridismo e Hibridização. In.: FIGUEIREDO, Eurídice (Org.). **Conceitos de Literatura e Cultura**. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2005. p. 163-188.

EAGLETON, Terry. **Teoria da Literatura**. Tradução: Waltensir Dutra. São Paulo: Martins, 2019.

EDENSOR, Tim. **National Identity, Popular Culture and Everyday Life**. New York: Berg, 2002.

FIGUEIREDO, Eurídice. Identidade Nacional e Identidade Cultural. Em: FIGUEIREDO, Eurídice (Org.). **Conceitos de Literatura e Cultura**. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2005. p. 189-205.

GOYAL, Yogita. Un-American: Refugees and the Vietnam War. **Publications of the Modern Language Association of America**, v. 133, n. 2, p. 378-383, 2008.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HALL, Stuart. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Org: Liv Sovik. Tradução Adelaine La Guardia Resende ... [et a.]. 2ª ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

HALL, Stuart. **Identidade e diferença: A perspectiva dos estudos culturais**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva. 15. ed. Própolis, RJ: Vozes 2014. 5ª reimpressão, 2018.

HUTCHEON, Linda. **Poética do pós-modernismo: história, teoria, ficção**. Tradução: Ricardo Cruz. Rio de Janeiro: Imago Ed., 1991.

JAMESON, Fredric. **Pós-modernismo: A lógica cultural do capitalismo tardio**. Tradução de Maria Elisa Cevalco. São Paulo: Ática, 2ª ed., 2000.

KAWAI, Yuko. Stereotyping Asian Americans: The Dialectic of the Model Minority and the Yellow Peril. **Howard Journal of Communications**, v. 16, n. 2, p. 109-130, 2005.

LACROIX, Chantal. **Immigrants, literature and national integration**. London: Palgrave Macmillan, 2010.

MATHIAS, Dionei. A condição de refugiado e o exercício da voz. **Literatura e Autoritarismo (UFMS)**, v. 29, p. 69-80, 2017.

MATHIAS, Dionei. Identidade e narrativas culturais. **Guavira Letras**, v. 17, p. 163-188, 2013.

MATHIAS, Dionei. Literatura e fluxos migratórios em contextos anglófonos: sobre a gênese discursiva de um campo de pesquisa. **Scripta Uniandrade**, v. 16, p. 225-238, 2018.

MCDOWELL, Sara. Heritage, memory and identity. In: GRAHAM, Brian; HOWARD, Peter. (Orgs). **The Ashgate Research Companion to Heritage and Identity**. Abingdon: Routledge, 2008. p. 37-54.

MÜLLER, Juliana Cássia. Marcas de distinção no romance *Every Light in the House Burnin'*, de Andrea Levy. **Crátilo: Revista de estudos linguísticos e literários**, v. 12, n. 1, p. 132-144, 2019.

MUSEUS, Samuel D.; KIANG, Peter N. Deconstructing the Model Minority Myth and How it Contributes to the Invisible Minority Reality in Higher Education Research. **New Directions for Institutional Research**, n. 142, Summer, 2009.

NGUYEN, Viet Thanh. **Nothing Ever Dies: Vietnam and the Memory of War**. Harvard: University Press, 2016.

NGUYEN, Viet Thanh. Just Memory: War and the Ethics of Remembrance. **American Literary History**. v. 25, n. 1, p. 144-16, jan., 2013.

NGUYEN, Viet Thanh. **O Simpatizante**. Tradução: Cássio de Arantes Leite. Rio de Janeiro: Alfaguara, 2017a.

NGUYEN, Viet Thanh. Refugees Memories and Asian American Critique. **Positions-east Asia Cultures Critique**. v. 20, p. 911-192. August, 2012.

NGUYEN, Viet Thanh. Pacific Rim and Asian American Literature. In: GOYAL, Yogita. **The Cambridge Companion to Transnational American Literature**. Cambridge: Cambridge University Press, p. 190-202, 2017b.

NGUYEN, Viet Thanh. **The Displaced: Refugee Writers on Refugee Lives**. New York: Abrams, 2018.

PALUMBO-LIU, David. Assumed Identities. **New Literary History**. v. 31, n. 4, p. 765-780, 2000.

PALUMBO-LIU, David. Introduction. In: PALUMBO-LIU, David. (org.). **The ethnic canon: histories, institutions, and interventions**. Minneapolis: University of Minnesota Press, p. 1-30, 1995a.

PALUMBO-LIU, David. The Ethnic as “Post-”: Reading: Reading the Literatures of Asian America. **American Literary History**. v. 7, Issue 1, Spring, p. 161–168, 1995b. <https://doi.org/10.1093/alh/7.1.161>

PALUMBO-LIU, David. The Minority Self as Other: Problematics of Representation in Asian-American Literature. **Cultural Critique**, n. 28, p. 75-102, 1994. <https://doi.org/10.2307/1354511>.

PEREIRA, Danielle Cristina Mendes. Literatura, lugar de memória. **SOLETRAS – Revista do Departamento de Letras da FFP/UERJ**. v. 28, n. 2, p. 344-355, 2014. DOI: <https://dx.doi.org/10.12957/soletras.2014.16314>.

PHAN, Aimee. New Voices in Vietnamese American Literature. **World Literature Today**, [s. l.], v. 90, n. 5, p. 28-32, 2016. DOI 10.7588/worllitetoda.90.5.0028. Disponível em: <http://search-ebscohost-com.ez47.periodicos.capes.gov.br/login.aspx?direct=true&db=aph&AN=117656721&lang=pt-br&site=ehost-live>. Acesso em: 1 out. 2020.

ROSSI, Paolo. **O passado, a memória, o esquecimento**. Tradução Nilson Moulin. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

PRATT, Mary Louise. **Imperial Eyes: travel writing and transculturation**. London and New York: Routledge, 1992. Ed. 2, 2008.

SANTOS, Luciano dos. As Identidades Culturais: Proposições Conceituais e Teórica. **Revista Rascunhos Culturais**, v. 2, n. 4, p. 141-157, 2011.

SILVA, Tomaz Tadeu Silva; HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença**. Rio de Janeiro: Vozes, 2014.

SCHILDKRAUT, Deborah J. Defining American identity in the twenty-first century: How much ‘there’ is there?. **The Journal of Politics**, 69, 597-615, 2007. doi:10.1111/j.1468-2508.2007.00562.x.

TAKACS, Stacy. Alien-Nation: Immigration, national identity and transnationalism. In: **Cultural Studies**, v. 13, n. 4, p. 591-620, 1999.

TUCKER, Spencer C. **Vietnam**. Lexicon: University Press of Kentucky, 1999.

TUCKER, Spencer C. Overview of the Vietnam War. In: TUCKER, Spencer C. **The encyclopedia of the Vietnam War: a political, social, and military history**. 2. ed. Santa Barbara, California: ABC-CLIO, LLC, 2011. pp. xli-xlvi.

TUNKEL, Nora. **Transcultural Imaginaries: History and Globalization in Contemporary Canadian Literature**. Anglistische Forschungen 428. Heidelberg: Winter, 2012.

VAN DIJK, Teun A.. Ideologia. Tradução: Pedro Theobald. **Letras de Hoje**, Porto Alegre, v. 50. n. esp. (supl.), s53-s61, dez. 2015.

VAN DIJK, Teun A.. **Ideology**: a multidisciplinary approach. London: Sage Publications, 2000.

WIEST, Andrew. **The Vietnam War 1956-1975**. Oxford, England: Routledge, 2005.